

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

Aline Guimarães Bemfica

A errância entre o desejo e o gozo e sua relação com o ato infracional na  
adolescência.

Rio de Janeiro  
2017

A errância entre o desejo e o gozo e sua relação com o ato infracional na  
adolescência.

Aline Guimarães Bemfica

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção  
do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2017

Bemfica, Aline Guimarães.

A errância entre o desejo e o gozo e sua relação  
com o ato infracional na adolescência / Aline  
Guimarães Bemfica / 2017

139 f.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos

Tese de Doutorado em Teoria psicanalítica –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de  
Ciências Humanas e Filosofia, Instituto de  
Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria  
Psicanalítica, 2017.

1. Adolescência. 2. errância. 3. ato infracional 4.  
desejo I. Coelho dos Santos, Tania (Orient.). II.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa  
de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III.  
Título.

CDD:

A ERRÂNCIA ENTRE O DESEJO E O GOZO E SUA RELAÇÃO COM O ATO  
INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA.

ALINE GUIMARÃES BEMFICA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção  
do título de Doutor.

Aprovada por:

---

Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos  
Orientadora - Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Angélica Bastos Grimberg  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Andrea Máris Campos Guerra  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dr. Douglas Nunes Abreu  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Profa. Rosa Guedes Lopes  
Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro  
2017

Dedico esta tese aos adolescentes que escutei e acompanhei em meu trabalho. Foi com esta juventude potente, errante e infratora que eu aprendi sobre o valor do desejo que particulariza o sujeito e sobre a implicação ética da psicanálise no alinhavo entre a singularidade do adolescente e a cultura de seu tempo, em nossa época.

## **Agradecimentos**

Ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por possibilitar as condições para a produção deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), pelo auxílio financeiro.

À professora Dra. Tania Coelho dos Santos, pela orientação de pesquisa e pela transmissão da psicanálise freudo-lacaniana.

À professora Dra. Andrea Guerra Campus Máris, pela generosidade em compartilhar comigo o seu saber, pela parceria e pela confiança depositada na construção coletiva do Projeto Já é!

Às professoras Dra. Andréa Guerra Campus Máris e Dra. Angélica Bastos, pelas orientações na qualificação desta tese.

Aos colegas do grupo de estudo dos seminários lacanianos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Márcia Infante e Lívia Beatriz, sob orientação da professora e amiga Andréa Martello, pela presença fundamental no decorrer deste trabalho de tese, pelas discussões e pelo prazer da leitura que compartilhamos durante dois anos.

Ao professor Dr. François Sauvagnat, pelas supervisões realizadas no estágio profissional realizado em Paris, fruto da parceria da Universidade Federal de Minas Gerais e Université Rennes II.

Aos meus pais e irmã, Álvaro Bemfica e Maria Aparecida Guimarães Bemfica e Alice Guimarães Bemfica, por estarem ao meu lado nas escolhas por mim realizadas.

Aos amigos e colegas Joanna Ladeira, Admardo Bonifácio Júnior, Guilherme Deldebbio, Debora Matoso, Fabiana Cerqueira, Mariana Vidigal, Lili de Paula, Fernanda Gomes, Lis Haddad, Andréa Martello, Vania Baeta, pelas conversas, pela amizade, pelo cuidado.

À Fernanda Otoni de Barros-Brisset e Ana Lúcia Lutterbach Rodrigues Holk, pela “presença” no tempo da travessia deste trabalho de doutoramento.

À Jérémy Hourdé, por ter percorrido comigo, de Paris ao Rio de Janeiro, um pedaço de caminho juntos.

Ao amigo Mathieu Perez, pela companhia nos intervalos da escrita deste trabalho nos cafés da tarde.

Ao querido revisor Patrick Bange, pelo cuidado, pelo diálogo.

## EPÍGRAFE

*Eu não quero esta casa. Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar "feito doido" de uma mulher, e a mesma que o levou a passar por porta tão estreita que dilacera a nudez; é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de radium, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador — em amor pisado; essa coisa, que em Mineirinho se tornou punhal [...].*

Clarice Lispector<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: \_\_\_\_\_. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 19-20.

## **Resumo**

BEMFICA, Aline G. A errância entre o desejo e o gozo e sua relação com o ato infracional na adolescência. Orientação: Tania Coelho dos Santos. Rio de Janeiro: UFRJ/IP. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica).

Nesta pesquisa, objetivou-se investigar o tema da errância a partir da experiência de trabalho com adolescentes autores de atos infracionais. A adolescência é o momento em que o jovem desperta de seu sonho infantil. Ou seja, é o tempo da precipitação de um gozo desconhecido que desarticula os enlaçamentos dos registros do imaginário, do simbólico e do real construídos na infância, atualizando, assim, o trabalho do adolescente de se posicionar em relação ao Outro parental e social, assim como ao seu desejo. Esse trabalho que é exigido do adolescente, conhece dificuldades e possibilidades particulares que variam conforme a época e o contexto de vida, tendo, portanto, uma dimensão universal, assim como suas particularidades de acordo com cada adolescência. Dessa forma, abordaram-se, nesta pesquisa em teoria psicanalítica, algumas diferenças entre a modernidade e a pós-modernidade e localizaram-se algumas particularidades da vida dos adolescentes com os quais trabalhamos, a fim de extrair os elementos que se articulam às errâncias em sua vida e em nosso tempo. Optou-se também por fazer, tal como suscitado pela nossa experiência de trabalho, uma abordagem da errância, localizando-a, no campo da teoria psicanalítica, como uma resposta na adolescência que possui relação com o gozo e com o desejo. A relação da errância com o gozo exigiu a delimitação de dois campos de investigação, a saber, o supereu e o duplo em sua relação com o desejo anônimo parental e seus efeitos nas subjetividades juvenis. Por sua vez, a relação entre a errância e o desejo se articula à recusa do jovem em se manter capturado no lugar mortífero de objeto-dejeto que o anonimato do Outro lhe delega. Essa dupla face da errância nos levou a uma reflexão sobre as possibilidades de inscrição e pertencimento do jovem no campo do Outro social e familiar na medida mesmo em que seu desejo é o que pode fazer barreira ao gozo, não sem a sustentação do lugar do adolescente como cidadão e sujeito de direitos e deveres.

Palavras-chaves: errância, adolescência, desejo, anonimato, gozo.



## **Resumé**

BEMFICA, Aline G. L'errance entre le désir et la jouissance et sa relation avec l'acte infractionnel dans l'adolescence. Orientation: Tânia Coelho dos Santos. Rio de Janeiro: UFRJ/IP. Thèse (Doctorat en Théorie Psychanalytique).

Dans cette étude, nous avons eu pour but d'étudier le thème de l'errance à partir d'une expérience de travail avec des auteurs d'actes infractionnels. L'adolescence est le moment où le jeune s'éveille de son rêve d'enfant. C'est-à-dire que c'est le temps de la précipitation d'une jouissance inconnue qui désarticule les liens entre les registres de l'imaginaire, du symbolique et du réel construits durant l'enfance, mettant ainsi à jour le travail de l'adolescent pour se situer vis-à-vis de l'Autre parental, social, ainsi que par rapport à son désir. Ce travail qui est exigé de l'adolescent connaît des difficultés et des possibilités particulières qui varient selon l'époque et le contexte de vie, ayant donc une dimension universelle, pour tous, ainsi que ses particularités selon chaque adolescence. Pour cela, on a abordé dans cette étude en théorie psychanalytique, quelques différences entre la modernité et la post-modernité et on a repéré quelques particularités de la vie des adolescents avec lesquels nous avons travaillé, afin d'extraire les éléments qui s'articulent aux errances dans leur vie et dans notre temps. On a choisi aussi, selon notre expérience de travail, d'aborder et de localiser l'errance dans le champ de la théorie psychanalytique comme une réponse de l'adolescence possédant une relação avec la jouissance et le désir. La relation de l'errance avec la jouissance a exigé la délimitation de deux domaines d'étude, à savoir, le superego et le double dans sa relation avec le désir anonyme parental et ses effets dans les subjectivités de la jeunesse. A son tour, le rapport entre l'errance et le désir s'articule au refus du jeune de rester captif à la place mortifère de l'objet-déchet que l'anonymat de l'Autre lui délègue. Cette double face de l'errance nous a amené à une réflexion sur les possibilités de l'inscription et de l'appartenance du jeune dans le champ de l'Autre social e familial dans la mesure où son désir est ce qui peut faire barrière à la jouissance, non sans le maintien de la place de l'adolescent comme citoyen et sujet de droits et devoirs.

Mots-clés: errance, adolescence, désir, anonymat, jouissance.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>I. Campo de pesquisa: a psicanálise no trabalho com adolescentes infratores e em errância</b> .....	<b>8</b>
1.1. A adolescência e o desamparo do Outro familiar e social .....	9
1.1.1. Desamparo e a perda do laço social na adolescência .....	9
1.1.2. A violência das nomeações predicativas .....	12
1.2. A adolescência, os atos infracionais e as práticas jurídicas.....	15
1.2.1. Nos primórdios da justiça da infância e da juventude.....	15
1.2.2. E atualmente? Proteção e sanção, dois lados da Justiça da Infância e da Juventude .....	16
1.2.3. Jovens em errância: quando o tráfico de drogas é uma escolha ...	19
1.3. Sobre a prática de acompanhamento de adolescentes no Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte .....	20
1.3.1. Nos territórios da prática psicanalítica – Caso Um: “Aquele que faz tudo errado” .....	23
1.4. Sobre a prática de atendimento aos adolescentes infratores no Projeto “Já é!” .....	28
1.4.1. Nos territórios da clínica – Caso Dois: “Aquele que está em qualquer lugar” .....	30
1.5. Algumas reflexões sobre nosso campo de trabalho .....	32
1.5.1. Sobre a escolha pela errância .....	32
1.5.2. Para além do enquadre edípico, o desejo do analista? .....	34
1.5.3. Sobre a responsabilidade da psicanálise no trabalho com adolescentes infratores e em errância .....	37
<b>II. A articulação do desejo na constituição subjetiva: entre sombras e pedaços de real</b> .....	<b>39</b>
2.1. Constituição do sujeito e articulação do desejo .....	41
2.1.1. “Tu és isto”: corpo, imagem e especularidade.....	41
2.1.2. O desejo inconsciente no mito edípico e a constituição do sujeito como falta-a-ser.....	43
2.1.3. O desejo para além do jogo da tapeação.....	48
2.1.4. A articulação do desejo, a estrada principal do Nome-do-Pai e o real .....	49
2.1.5. A constituição do sujeito no grafo do desejo .....	53
2.2. A articulação do desejo em <i>Hamlet</i> , de Shakespeare: na travessia dos territórios especulares .....	57
2.3. “Ao se manter como falo do Outro Hamlet apresenta a estrutura da recusa da castração” .....	58
2.3.1. Hamlet e a estruturação do mundo humano a partir do narcisismo e do estádio do espelho: “a sombra errante de seu próprio eu” .....	59
2.3.2. O ato de Hamlet e a nomeação .....	64
2.3.3. A retificação do desejo ao preço do luto e da morte ou a extração do objeto .....	66
<b>III. Sobre a modernidade freudiana e a contemporaneidade: a adolescência e seus impasses</b> .....	<b>71</b>
3.1. Sobre o mal-estar na cultura e a compulsão à repetição .....	74
3.2. A travessia da puberdade: do mundo infantil ao mundo adulto .....	78

3.3. Os paradoxos da lei: do supereu como herdeiro do complexo de Édipo à insensatez da lei superegóica.....	82
3.4. Sobre as grandes narrativas e o relativismo pós-moderno .....	87
3.5. Sobre a alteração do Outro na passagem da modernidade à pós-modernidade.....	91
3.6. Pós-modernidade: do Outro aos outros? .....	94
<b>IV. O despertar para a angústia e suas relações com a errância e o ato infracional na adolescência.....</b>	<b>99</b>
4.1. Angústia e desejo anônimo .....	100
4.2. Adolescência e errância: o gozo deslocalizado .....	104
4.3. Sobre a escolha pela errância e a “suspensão” do Outro .....	107
4.4. Entre errâncias: na cena e fora da cena do Outro – <i>Acting out</i> e passagem ao ato .....	109
4.5. Errância e outras rotas .....	112
<b>Conclusão .....</b>	<b>116</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>121</b>

## Introdução

Em 1933, na Conferência XXXV, intitulada “A Questão de uma *Weltanschauung*” (FREUD, [1932]1933/1996e), Freud apresenta o progresso no trabalho científico comparando-o ao trabalho analítico. No trabalho científico, trazemos as nossas esperanças, mas estas, nos diz Freud, devem ser necessariamente contidas. Assim, ao se dedicar a investigar em que implica a atividade do pesquisador, ele afirma que é preciso primeiro observar, se deter sobre os pontos apresentados e constatados na pesquisa e ver se encontramos algo novo em nossos achados. Mas, para tanto, na investigação científica é preciso também suportar que as peças não se encaixam e, tampouco, se completam. É exatamente essa impossibilidade de encaixe entre o que é encontrado e aquilo que se pretende demonstrar o que coloca a pesquisa em marcha. Por sua vez, em relação às conjecturas e às hipóteses formuladas no trabalho investigativo, Freud esclarece que é preciso, caso elas já não se confirmem, suportar deixá-las cair. E, por isso, o trabalho de pesquisa exige paciência e vivacidade, mas também renúncia às convicções prematuras e antecipadas. Caso contrário, teremos grandes chances de negligenciar o encontro com achados inesperados, nos alerta o pesquisador. (FREUD, [1932]1933/1996e).

Sabemos que Freud não restringiu a sua pesquisa aos domínios da clínica, mas a ampliou a partir do diálogo com o direito, com a educação, com a arte. Ao evocar a responsabilidade da psicanálise, esse “ramo especial do conhecimento”, com a sociedade e em relação ao seu reconhecimento como ciência no ensino nas universidades, Freud afirma, em sua Conferência XXXIV, intitulada “Explicações, aplicações e orientações”, que “as aplicações da psicanálise são, também, sempre confirmações dela” (FREUD, 1933/1996f, p. 144).

No campo da aplicação da psicanálise, Freud se debruça sobre o papel das investigações psicanalíticas da delinquência e do crime, afirmando que não é papel da psicanálise se posicionar a partir do julgamento, mas, contrariamente, “examinar as próprias experiências dos indivíduos” (FREUD, 1933/1996f, p. 150), levando em consideração os limites, as derrotas e as dificuldades de seu método terapêutico.

Na esteira dessa postura ética e ao examinarmos as experiências de vida dos adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e internação com os quais trabalhamos, constatamos a presença de uma subjetividade juvenil ‘marcada pelo errar e pelo vagar’ e que nos parecia vir articulada ao sentimento de não-pertencimento desses jovens no campo do Outro parental e social (DOUVILLE, 2002). Verificamos que alguns desses “adolescentes desarrimados do social e de suas leis” (LESOURD, 2004) portavam também as insígnias do erro e do pior no campo do Outro parental e social e, a partir dessa particularidade apresentada por alguns jovens, interrogamos se a errância desses adolescentes não seria uma tentativa de eles se deslocarem das predicções que o reduziam ao lugar de objeto-dejeto no campo do Outro familiar e social.

Seguindo os rumos dessa hipótese, lembramos que Sigmund Freud, em sua análise sobre “as transformações da puberdade” (1905/1996), localiza que o adolescente é confrontado com o deslocamento de seu lugar no seio familiar na medida em que se vê impelido a realizar três trabalhos. Primeiramente, ele precisa se reposicionar, diferentemente da vida infantil, em relação à apropriação de seu corpo e de sua história; em segundo lugar, ele é convocado à dimensão da estranheza que caracteriza o pulsional; e, finalmente, é necessária a realização do trabalho de superação dos ideais que o veiculavam à autoridade parental, que, diferentemente do tempo de Freud, em nossa época, não estão em declínio, mas, contrariamente, já declinaram, seja na família, na sociedade, na política ou na justiça.

Jacques Lacan (1974/2003) trabalhou o tema da adolescência tardiamente em sua obra. Ele lhe dedicou uma atenção especial na década de setenta, a partir da ideia de despertar e da tese freudiana, extraída de seus três ensaios sobre a teoria da sexualidade (FREUD, 1905/1996), de que a sexualidade faz furo no real (LACAN, 1974/2003). Ao situar o real em jogo no encontro com a puberdade, a leitura lacaniana sobre o despertar da sexualidade na adolescência coloca em relevo a tese da inexistência da relação sexual e o malsucedido que é o encontro com a sexualidade para cada ser falante e que produz efeitos de desamarração dos registros do real, do simbólico e do imaginário que compõem o espaço do ser falante (LACAN, 1974/2003).

Por sua vez, a errância não é um conceito psicanalítico. Nas investigações freudianas, não temos o emprego desse termo, mas encontramos termos que fazem ressonância em relação a esse, como desvio e deriva, referentes à teoria freudiana das pulsões (FREUD, 1915/2013). Contrariamente, no ensino de Jacques Lacan, verificamos que esse termo aparece em três momentos. Primeiramente, nos primórdios da década de cinquenta, posteriormente, na década de sessenta e, finalmente, em meados da década de setenta.

Na década de cinquenta, encontramos a expressão lacaniana “sombra errante de seu próprio eu” (LACAN, [1954-1955] /1985, p. 211), que nos possibilitou investigar a relação entre a especularidade e a errância na adolescência. Essa relação se esclarece da seguinte maneira: quando temos uma carência da função paterna, cuja função é fazer barreira ao gozo, o que se apresenta como real é a dimensão do duplo, do especular, na adolescência, podendo produzir, como resposta, o ato infracional especular. Mas, ao atacar o outro, a quem o adolescente ataca? É a partir da inversão entre o sujeito ativo e o agente passivo de um ato infracional que a pergunta de Silvia Helena Tendlarz é aqui retomada. Afinal de contas, “a quem o assassino mata”? (TENDLARZ; GARCIA DANTE; 2012). Essa inversão nos insere no território da especularidade, dos espelhos e dos duplos que, como veremos nesta tese, apresentam relação com a errância, tal como demonstraram os casos acompanhados.

Nesse território dos espelhos e dos duplos, Freud privilegiou, em 1919, em seu texto “O estranho”, a partir da escrita de seu *Unheimlich*, tanto o que há de mais familiar como o que é não-familiar ao sujeito: “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar” (FREUD, 1919/1996, p. 238). O estranho é também uma das vias para abordarmos a adolescência e o real, situado por Jacques Lacan a partir de três referências: o gozo, o corpo e a morte (LACAN, 1973-1974/1995). Ao se referir à relação do sujeito com seu inconsciente, Freud também utilizou a referência à casa para afirmar que, com a entrada do inconsciente na cena do mundo moderno, o eu havia deixado de ser senhor em sua própria casa (FREUD, 1917/2010, p. 135). Esse descentramento, próprio ao sujeito do inconsciente, exigiu daqueles que se viram afetados uma maneira de traduzir o seu lugar no

campo do Outro. Para o adolescente, o que também está em questão é o processo de tradução de seu lugar no campo do Outro de forma que, em relação a esse lugar, ele possa, minimamente, se separar (LESOURD, 2004; LACADÉE, 2011; DOUVILLE, 2002).

Já na década de sessenta, em 1965, em seu escrito “A ciência e a verdade”, Jacques Lacan faz uma segunda referência ao termo *errância*. Com este termo, ele situa um contraponto ao sujeito, tal como expresso na proposição: “encarnar o sujeito é *errância*: sempre fecunda em erros e, como tal, incorreta” (LACAN, 1965/1998, p. 873). O sujeito dividido é este que se opõe à boa forma ou à sua imagem no campo do Outro. Dessa maneira, trabalhar no sentido de acionar a função do sujeito diz respeito a implicar os adolescentes no vazio que causa o seu desejo para além do seu aprisionamento no lugar de objeto-dejeto quando a eles se apresenta o desejo anônimo parental e social, deixando-os em um deserto de referências que o particularizem como sujeitos desejantes.

Quase vinte anos depois, no seminário “Os não-tolos erram” [1973 - 1974], livro 21, Jacques Lacan, ao retomar as três dimensões do ser falante — o Real, o Simbólico e o Imaginário —, localiza que erram aqueles que não se deixam enganar pelo inconsciente, embora os que se encontram na posição de “tolo” do inconsciente também errem. O campo no qual Jacques Lacan nos insere é o da repetição, *iterare*, campo que demarca, ao nosso ver, a necessidade de seguirmos o trilhamento do inconsciente de forma a localizar, a partir da repetição, a dimensão do gozo que se impõe para cada adolescente.

O significante “*errância*” foi também utilizado por Jacques-Alain Miller (1996-1997/2005a) para definir a nossa contemporaneidade. Ele propõe nomear a atualidade como a “época da *errância*”, tendo em vista que na passagem da modernidade à nossa contemporaneidade ocorreu a perda progressiva das referências simbólicas sustentadas pelos ideais, produzindo um sujeito em suspensão, desancorado, na medida em que seus pontos de ancoragem ao Outro já não encontram apoio no campo das identificações, antes sustentadas pelos ideais. Face a esse fenômeno, nos diz Miller, está “o nada, a *errância* numa pura metonímia” (MILLER, 1996-1997/2005a, p. 20).

Em nosso trabalho observamos que, na adolescência, a incidência do

desejo anônimo sobre o adolescente, somada à crise dos ideais e das identificações vivenciadas nessa época, potencializa o supereu vociferante do “Tu és isto” (LACAN, 1949/1998, p. 103) que incide sobre o adolescente. Partindo dessa tese do declínio das identificações sustentadas pelos ideais, nos perguntamos: como retorna o supereu sobre o sujeito na contemporaneidade? Qual a relação entre errância e imperativo de gozo? Seria a errância um tempo propício ao advento do sujeito?

Apresentado nosso campo de investigação e situadas algumas das questões as quais esta tese pretende responder, passemos à delimitação dos capítulos desenvolvidos em nossa pesquisa.

No primeiro capítulo desta tese, intitulado “Campo de pesquisa: a psicanálise no trabalho com adolescentes infratores e em errância”, partimos de uma reflexão sobre a diferença entre o desamparo e o desabrigo do Outro, a errância e a delinquência e situamos, em relação à precariedade dos laços sociais e libidinais do adolescente no campo do Outro familiar e social, a pertinência do trabalho psicanalítico com os jovens.

No decorrer desse capítulo, apresentamos algumas particularidades da vida dos adolescentes que acompanhamos e, paralelamente, situamos os avanços e os impasses da Justiça da Infância e da Juventude no Brasil, de forma a apresentar a necessária articulação, em nosso trabalho, entre o sujeito da psicanálise e o sujeito de direitos e deveres, o cidadão. Ao final desse capítulo, a partir da análise de dois casos clínicos acompanhados, apresentamos alguns elementos que se articulam à errância como resposta ao lugar do jovem inscrito como objeto-dejeto no campo do Outro cujo desejo anônimo não o particulariza.

No segundo capítulo, intitulado “A articulação do desejo na constituição subjetiva: entre sombras e pedaços de real”, trabalhamos, a partir das teorizações freudianas sobre o narcisismo, o processo de diferenciação entre o eu e o outro possibilitado pela função da mediação simbólica que antecede ao advento do sujeito. Dessa investigação, extraímos algumas consequências do conceito de especularidade, tal como proposto na definição lacaniana do estágio do espelho, para refletirmos sobre uma modalidade de resposta infracional na adolescência, o ato infrator especular em suas relações com a noção lacaniana de “sombra errante de seu próprio eu” (LACAN, 1954-



1955/1985, p. 211). Esse percurso nos permitiu seguir na direção da teoria lacaniana da articulação do desejo, especificamente no seminário “O desejo e sua Interpretação” [1958-1959]/2013, circunscrito à sua leitura da obra *Hamlet*, de Shakespeare.

A escolha desse marco teórico no ensino lacaniano e, especificamente, das lições intituladas “Sete lições sobre Hamlet”, se sustentou em três pilares: primeiramente, a ênfase dada nessa peça à ideia de uma “suspensão à hora do Outro”, à hora da mãe, na qual Hamlet resta aprisionado como falo do Outro; em segundo lugar, a dimensão da especularidade, dos duelos imaginários e dos duplos vividos por *Hamlet* nos permitiram trazer uma reflexão sobre a expressão lacaniana “sombra errante de seu próprio eu”, situando, nos domínios da errância especular, a dimensão do ato articulado aos impasses do desejo; e, finalmente, a partir da escrita de S (  $\mathbb{A}$  ) que anuncia a tese lacaniana “Não há Outro do Outro” (LACAN, [1958-1959], 1986, p.41) e nos introduz na função da nominação, que corresponde, no drama hamletiano, à possibilidade de ele se deslocar do lugar do falo imaginário de sua mãe.

No terceiro capítulo, intitulado “Sobre a modernidade freudiana e a nossa: a adolescência e seus impasses”, trabalhamos o tema da adolescência e da errância a partir da revisão do conceito de supereu. Pois, as diferentes vertentes desse conceito, respectivamente em Freud e Lacan, ou seja, como herdeiro do complexo de Édipo/isso freudiano e como imperativo de gozo, apresentam as questões referentes ao gozo na passagem da época moderna para a contemporaneidade.

Feito esse percurso, abordamos algumas particularidades do Outro em nossa atualidade que apontam para a pontecialidade da errância em nosso tempo, especialmente entre os adolescentes que, segundo Coutinho (2009), representam “a figura paradigmática do sujeito contemporâneo, um sujeito em processo, errante, instável por definição” (COUTINHO, 2009, p. 16). Para essa autora, a instabilidade das relações humanas e as mudanças ideológicas pelas quais vem passando a sociedade promoveriam um quadro de vulnerabilidade sustentado por um desejo irrestrito de liberdade. Essa tese dialoga com a leitura de Soler sobre a existência de um “desarvoramento patente” (SOLER, 1998, p. 228) entre os jovens no que diz respeito às suas identificações não

mais orientadas pela diferença sexual e pela tradição, produzindo como consequência uma relativização de sua responsabilidade como sujeito.

No quarto capítulo, intitulado “O despertar da angústia e suas relações com a errância na adolescência”, abordamos a ligação entre a angústia e o desejo do Outro e sua relação com as duas dimensões do ato proposta por Jacques Lacan, a passagem ao ato e o *acting out*.

Finalmente, a partir de uma reflexão sobre os mecanismos operatórios do sujeito — a alienação e a separação (LACAN, 1964/1998) —, propomos abordar a errância como um índice de sujeito na medida em que pode introduzir para o adolescente um tempo de desalinho do campo do Outro parental e social. Esse desalinho pode contribuir para que ele possa se relançar, a partir do vazio que esse desalinho produz, na construção de formas outras de se inscrever no campo do Outro, para além dos significantes que os guiam às cegas, na construção de novas rotas.

## I. Campo de pesquisa: a psicanálise no trabalho com adolescentes infratores e em errância

*A psicanálise não é revolucionária, mas ela é subversiva, o que não é semelhante, [...] porque ela vai contra as identificações, os ideais, os significantes-mestres. Aliás, todo mundo sabe disso. Quando vocês vêem alguém que lhes é próximo começar uma análise, vocês temem que ele cesse de honrar seu pai, sua mãe, seu parceiro e o bom Deus. Quiseram fazê-la mais adaptativa do que subversiva, mas foi em vão. Em geral, é quando o sujeito é subvertido, destituído de sua mestria imaginária, quando sai da gaiola de seu narcisismo, ele tem uma chance de enfrentar todas as eventualidades.*

Jacques-Alain Miller, em “Lacan e a política”, 2004, p. 7-21.

Neste capítulo, traremos uma reflexão preliminar sobre o não-pertencimento do jovem no campo do Outro familiar e social, situando as seguintes problemáticas: o desamparo radical que configura o desabrigo do Outro parental e social articulado a perda do laço social e a violência das nomenclaturas que produzem, sobre os jovens, efeitos de segregação.

Em seguida, apresentaremos os primórdios da Justiça da Infância e da Juventude no Brasil e abordaremos a mudança do paradigma da situação irregular, que caracteriza o antigo Código de Menores (1927-1979), para o paradigma da proteção integral, que configura o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990. Essa mudança de paradigma inaugura o deslocamento do lugar da criança e do adolescente como objeto da ciência jurídica para assumir seu posto de sujeito de direitos e deveres.

Por fim, localizaremos as particularidades de nossa prática e apresentaremos dois casos clínicos, que provêm de inquietações surgidas no trabalho com adolescentes autores de atos infracionais em dois momentos. A primeira experiência foi o trabalho de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, na prefeitura de Belo Horizonte, no Programa Liberdade Assistida/PBH.

A segunda experiência de trabalho foi a prática de atendimento e supervisão clínica no projeto de extensão universitária, Já É!<sup>2</sup>. Esse projeto

---

<sup>2</sup> Projeto de extensão idealizado e coordenado pela Profa. Dra. Andréa Guerra. Este projeto articula ensino, pesquisa e extensão e visa contribuir com as políticas públicas de combate à violência e mortalidade juvenis. A estratégia metodológica deste projeto se organiza em três eixos. Temos, o eixo Clínica, caracterizada pela prática de atendimento psicanalítico individual

compõe o Núcleo PSILACS (Psicanálise e laço social na contemporaneidade) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a SUASE – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Social.

Nosso objetivo, a partir das questões suscitadas pelos adolescentes acompanhados e das inquietações da prática psicanalítica, foi destacar a problemática da errância nesses casos, apresentando os elementos que extraímos para avançar no trajeto desta pesquisa, assim como apresentar a direção clínica dada no tratamento dos adolescentes acompanhados.

## **1.1. A adolescência e o desamparo do Outro familiar e social**

### **1.1.1. Desamparo e a perda do laço social na adolescência**

Na escrita do prefácio do livro de August Aichhorn, intitulado “Verwahrloster Jugend” (1925/1996), Freud traz uma reflexão sobre a incidência da psicanálise no campo da educação e no trabalho com adolescentes delinquentes ou infratores — os “desaventurados”, também por ele denominados como “casos mistos e fronteirios” (FREUD, 1925/1996, p. 25) — e sinaliza que a psicanálise é um meio auxiliar de tratamento e não um substituto da educação parental.

Foi no contexto após a Primeira Guerra Mundial que Aichhorn (1925/2006) desenvolveu seu trabalho clínico com adolescentes em dois campos de saber e de ação: a psicanálise aplicada na interface com o campo da educação e da justiça, no tribunal de menores. A sua pesquisa é resultado da formalização de

---

a jovens em cumprimento de medida socioeducativa, realizado por psicanalistas formados e voluntários, no SPA/UFMG, sob supervisão, a partir de demanda do jovem ou encaminhamento da instituição socioeducativa. O segundo eixo metodológico deste projeto é a “Conversação psicanalítica”, realizada nos centros socioeducativos, com sua equipe e com jovens em cumprimento de medida privativa. Esse trabalho é feito por equipes voluntárias compostas por profissionais e alunos orientados pela psicanálise, a partir de impasses verificados na instituição. Este eixo também inclui as atividades de supervisão. No terceiro eixo, “quadrinhos na cidade”, propõe-se a intervenção comunitária em aglomerados. Essa intervenção é realizada com equipe de psicanalistas e artistas quadrinistas, através de oficinas de produção de quadrinhos, com posterior publicação e utilização dos mesmos como dispositivos clínico-políticos. Nos ateremos, nas considerações sobre este projeto neste trabalho de doutorado, apenas ao eixo “Clínica”.

sua prática como diretor de um reformatório juvenil e produziu uma fecunda reflexão sobre a função da família e das instituições educacionais e judiciárias na vida dos adolescentes cujos laços no campo do Outro se tornaram frágeis devido às consequências da guerra.

Aichhorn, ao relatar e analisar a sua experiência de trabalho, situa as consequências subjetivas da guerra para os adolescentes acompanhados por ele, assinalando, especialmente, a desestruturação familiar, a perda de referências simbólicas de pertencimento no campo social e a ausência de projetos de vida. Como contrapartida, ele localiza a importância da construção de novos laços do adolescente com a cultura como um bordejamento ao trauma da guerra e ao desamparo, considerado por Freud como “a fonte dos motivos morais” (FREUD, 1895/1996).

Ao retomar o título desse livro, traduzido por Dr. R. Del Portilho como “Juventud descarriada”, Hebe Tizio (2007) propôs a substituição do termo “descarriada” pelo significante “desamparado”. O seu argumento para a realização dessa alteração foi a retirada da ênfase da delinquência juvenil e o acento nos efeitos do desamparo radical do Outro familiar e social sobre o adolescente, já que o que se apresenta sobremaneira nos casos acompanhados por Aichhorn são os efeitos de desregulação pulsional ocasionados pela perda dos laços que a guerra produziu na vida desses adolescentes.

Essa perspectiva adotada pelo autor citado nos interessa muito especialmente nesta pesquisa. Isso porque, no contexto de vida dos jovens na favela das grandes cidades brasileiras, a cultura do tráfico de drogas e a guerra diária, que mata um grande número de jovens, colocam em pauta, entre outras, essa mesma questão já assinalada por Freud e Aichhorn, ou seja, o efeito de desregulação pulsional causado pelo desamparo radical do Outro familiar e social, que produz tanto uma captura fácil dos adolescentes pelas malhas do tráfico de drogas, quanto seu Outro tirânico, com suas leis e hierarquias particulares. Nesse contexto, especialmente para os jovens que se encontram desarraigados do Outro, em errância, a criminalidade pode produzir um efeito de filiação, dando aos adolescentes um sentimento de pertencimento, ainda que em uma conjunção sustentada por uma lei de ferro.

Entretanto, a errância não nos parece ser uma resposta privilegiada na vida dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas quando eles se encontram bem inseridos em seu sistema de hierarquia e leis particulares ou quando o adolescente tem uma “escolha decidida” pela “vida do crime”. Mas, como essa inserção do adolescente no tráfico de drogas produz também uma série de rupturas de seus laços sociais, seja na família ou na escola, contribuindo para que ele se encontre desarvorado do Outro (BRANDÃO E SOUZA, 2013), esse contexto pode ser propício à errância na adolescência.

Na reflexão realizada sobre o lugar do tráfico de drogas na vida dos adolescentes, Soares, MV Bill e Atayde (2005) enfatizam a busca do jovem de um lugar para si em um contexto social delicado, caracterizado por três fenômenos: a invisibilidade, o abandono e a violência. Os autores localizam que esse quadro parece se iniciar com certa rejeição vivida em casa, que, por vezes, “estende-se ao convívio com uma comunidade pouco acolhedora e se prolonga na escola, que não encanta, não atrai, não seduz o imaginário jovem e não valoriza seus alunos” (MV BILL, ATAIDE, SOARES, 2005, p. 208).

Por sua vez, para Debieux e Vincentin (2010), o que está em questão na invisibilidade é que o sujeito termina por se inserir no universo da indiferença, sem insígnias de pertencimento no campo do Outro: “Nessa posição de expulso, o sujeito perde a sua visibilidade na vida pública, não tem voz, entra no universo da indiferença” (DEBIEUX; VINCENTIN, 2010, p. 114).

O que nos interessa sublinhar nessa reflexão é que, quando fracassam os dispositivos educacionais, entre eles a família, a comunidade e a escola, o sentimento de pertencimento do adolescente no campo do Outro que sustenta a presença de um desejo de saber e de viver é colocado em risco (LACADÉE, 2011). Pois um adolescente marcado pela invisibilidade é aquele que pode estar em todo lugar e, ao mesmo tempo, se encontrar em lugar algum. Nesse sentido, a invisibilidade se conjuga ao sentimento de não-pertencimento do adolescente desabrigado do Outro, marca fundante da errância entre os jovens que, em alguns casos, convocam, a partir de seus atos infracionais, o Outro da lei e da proteção.

### **1.1.2. A violência das nomeações predicativas**

Durante grande parte do século XX, o modelo jurídico do Código de Menores (1927/1979) prevaleceu como forma de pensar e tratar a infância e a adolescência em situação de risco, abandono e envolvimento com as práticas infracionais. Nesse modelo acima referido, os critérios adotados para as decisões tomadas no âmbito da justiça da infância e da juventude, mesmo após a revisão desse documento no ano de 1979, eram a correção e a tutela. Estes critérios de ação jurídica e social eram sustentados pela rubrica do lugar da criança e do adolescente como objeto do discurso da ciência jurídica.

Esse modelo se sustentava no paradigma da criança em situação irregular no qual o adolescente, objeto da ação jurídica e social, era situado a partir de diferentes nomes, entre eles, delinquente, pivete, deficiente, carente, menor. A conexão dessas nomenclaturas foi responsável por fazer emergir, no imaginário social, a figura do “menor infrator”, produzindo subsídios para a criminalização da pobreza que ganhou força com a junção realizada entre adolescência e perigo (ARANTES, 2011; VOLPI, 2008).

Sobre a aplicação dessas nomenclaturas, Kátia Zacché (2012) esclarece que o ‘menor’, enquanto categoria social, acabou por se constituir como um objeto privilegiado das ações jurídicas e sociais voltadas para a infância e juventude, somando-se a essa nomenclatura outros tantos nomes: “abandonada, desvalida, delinquente, viciosa” (ZACCHÉ, 2012, p. 24). Essas nomenclaturas que se estabeleceram no universo da infância e da juventude sob o prisma da doutrina da situação irregular contribuíram para a manutenção das práticas discriminatórias e segregadoras que inauguraram, informa a pesquisadora, o estabelecimento de um período de judicialização da infância que ainda persiste em nossos tempos:

É, pois, nesse campo, o da criminalização da pobreza e da necessidade de seu controle, que o tratamento jurídico diferenciado da infância e da juventude se estabeleceu, através de um controle sócio penal também diferenciado, realizado a partir da criação de uma nova categoria penal, a categoria menor. (ZACCHÉ, 2012, p. 24)

Lembramos que o uso dessas nomenclaturas pode servir também ao encarceramento dos modos de pensar as complexas questões vividas pelos

adolescentes infratores. Entretanto, esse não é o argumento mais preocupante no que diz respeito às nomeações predicativas para os adolescentes autores de atos infracionais. Conforme propõe Quadros (2011), as nomeações predicativas podem exercer sobre os indivíduos o minucioso trabalho de segregar, discriminar e, além de tudo, justificar a violência contra os adolescentes envolvidos com as práticas infracionais. Esse autor, na esteira do pensamento de Badiou (2005), propõe que, além da nomeação predicativa que encarcera os corpos e as ideias, entre na cena do discurso social a “pluralidade irreduzível dos nomes próprios”, que se pode opor à “ditadura dos predicados”:

Combater as nomeações, a sacralização de determinados nomes significa defender a democracia, o pluralismo; significa o reconhecimento de um sujeito que não ignore os particularismos, mas o ultrapasse; que não tenha privilégios e não interiorize nenhuma tentativa de sacralizar os nomes comunitários, religiosos ou nacionais. (QUADROS, 2011, p. 58)

Uma outra abordagem sobre os perigos das nomeações predicativas foi apresentada por Lacadée a partir da referência ao “desprezo paternalista” (LACADÉE, 2011, p. 11) expresso nas mídias a partir da imagem do pior que, ao incidir sobre os jovens, pode produzir um transitivismo sem mediação com a imagem que lhes é mostrada na tela, os aprisionando predicativamente.

O psicanalista parte de uma crítica da nomeação predicativa e do lugar de objeto inominável do adolescente infrator, considerado pelas mídias como merda a ser evacuada, em direção à ideia de que o jovem acaba, diante do olhar do Outro ao qual ele não se enlaça, reduzido a uma mancha, ali mesmo onde foi retirada sua cota de humanidade, restando na cena como um objeto. Nessas condições, para muitos adolescentes, a prevalência do agir, do *acting out* se apresenta na cena do Outro como um apelo ou uma outra modalidade de agir, a passagem ao ato, que vem demonstrar a rejeição do laço com o Outro.

Teria a configuração nominativa predicativa do “menor” sofrido alguma alteração com os avanços da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei. 8.060/90), que surge na cena da democracia brasileira em 1990? Como sabemos, no ECA, a nomenclatura “menor infrator” foi substituída por “adolescente autor de ato infracional”. Entendemos que essa alteração é fundamental, especialmente por inserir a dimensão da autoria, ou seja, da responsabilidade jurídica do adolescente somada ao seu lugar de



sujeito de direitos e não de sujeito do direito. Essa nova nomenclatura, adolescente autor de ato infracional, retira da cena jurídica, ou ao menos deveria suspender, a carga pejorativa que o nome “menor infrator” encerra.

Retomando, o ECA surge devido à necessidade de afirmação do lugar da criança como sujeito de direitos e deveres e não como objeto da ciência jurídica de sua época. A não distinção dos direitos da criança e da juventude independentemente de raça, religião, idade, sexo ou classe social significava a entrada, na cena brasileira e democrática, de um novo paradigma: o da proteção integral, expressa na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Infância, com suas aberturas, promessas e problemas.

Nota-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente representou um grande avanço em nossa sociedade, especialmente por ser um marco legal que designou uma oposição à doutrina da situação irregular. Essa oposição se refere à necessária alteração do lugar do adolescente como o “menor” e ao reconhecimento da população infanto-juvenil brasileira como sujeito de direitos (ZEITOUNE, 2010).

Entretanto, mesmo hoje em dia, não é incomum a existência de práticas, políticas e discursos que apresentam o adolescente infrator como portador de um alto nível de periculosidade e destituído de condição humana, o que dificulta, em muitas instituições, a garantia de seus direitos adquiridos (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Dessa forma, é importante sustentar uma tensão em relação às práticas jurídicas e sociais que tendem a excluir o lugar do adolescente como sujeito de direitos e mantê-lo na mesma posição que lhe era outorgada no contexto do Código de Menores, isto é, como objeto, no caso da ciência jurídica. Isso porque nos parece ser a posição do adolescente como objeto dejetado do campo do Outro que prevalece quando, no imaginário social, o adolescente autor de ato infracional é confinado a um nome que o reduz, “menor”, que o aliena e que o inclui, ao mesmo tempo em que o exclui, mais uma vez, da cena do Outro. Essa configuração acaba por deixar os adolescentes mais expostos à multiplicidade dos nomes aos quais eles se alienam, distanciando-se, assim, da dimensão da alteridade e se aproximando do território da especularidade.

## **1.2. A adolescência, os atos infracionais e as práticas jurídicas**

### **1.2.1. Nos primórdios da justiça da infância e da juventude**

Como eram os tempos de outrora no que diz respeito aos jovens excluídos da cena democrática brasileira? Lembramos, logo de saída, que a necessária leitura sobre os processos de exclusão, segregação e violência contra as crianças e adolescentes, realizada de forma bastante sucinta para os termos deste trabalho, em nada retira a responsabilidade de cada jovem pelo seu crime, pela sua história, pela sua errância, pela posição subjetiva que ele tem diante de sua vida. Antes, nos permite realizar algo que entendemos ser fundamental a todos aqueles que trabalham com adolescentes autores de atos infracionais, ou seja, compreender um pouco sobre o delicado contexto de nossa história.

Arantes (2011) encontra os primeiros esboços da história das crianças e dos adolescentes pobres nos estabelecimentos assistenciais do Brasil Colônia – a Casa dos Expostos e os Recolhimentos dos Órfãos (ARANTES, 2011, p. 173). O avanço na assistência estatal, até o início do século XX, andou no Brasil a passos curtos. A preocupação do Estado com estes que, alguns anos depois, viriam a preencher as vagas das instituições hospitalares e as prisões, surge, em um primeiro momento, apenas em decorrência das condições de insalubridade dessas instituições. No campo específico da adolescência, a autora nos diz que o interesse estatal em relação à criança pobre, sustentada sob a rubrica do abandono, se inicia no momento em que entram em vigor as leis abolicionistas e o consequente número de pessoas pobres trabalhando e vivendo nas grandes cidades.

Essas crianças, ao final do Império, irão conhecer uma forma muito particular de autoridade, não a de seus pais, mas a do juiz que dará a elas o destino que melhor julgar, instalando-se, no território de nossas brasilidades, uma prática segregadora e sustentada pela própria violência jurídica, a saber: o trabalho em casas de família, fábricas, e outras modalidades de “servidão das crianças”, que configura, desde então, um processo de sequestro da infância (ARANTES, 2011, p. 176).

Após a abolição, com a instauração da República, esse processo não foi revertido. A autora situa que, da Lei do Ventre Livre (1871) à escrita e à aprovação do Código de Menores (1927), tivemos um longo percurso para que o tutor legal das crianças em situação de abandono e exclusão deixasse de ser o senhor de escravos e se tornasse, em um contexto não menos complexo, as instituições caritativas. Nesse deslocamento sofrido da tutela das crianças submetidas ao poder do senhor de escravo ao Estado, o que se viu no Brasil foi a criação de “uma assistência pública de natureza correcional” (ARANTES, 2011, p. 177) sustentada nos princípios da regeneração e da defesa da sociedade.

### **1.2.2. E atualmente? Proteção e sanção, dois lados da Justiça da Infância e da Juventude**

Os adolescentes, ao cometerem um ato infracional, especificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – lei 8.069/90, como conduta análoga ao crime, são, em linhas gerais, após sua apreensão, submetidos à autoridade jurídica na Vara da Infância e da Juventude. O juiz da Vara da Infância e da Juventude, que é responsável pela avaliação e pela decisão do caso de determinado jovem, tem em seu campo de atuação, a partir dos critérios de inclusão social, de percurso infracional e de contexto familiar, a possibilidade de aplicar uma das seis medidas socioeducativas (VOLPI, 2008).

Essas medidas estão indicadas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. São elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento coercitivo e educacional. Em nosso trabalho, observamos que a aplicação de uma medida socioeducativa, em grande parte dos casos, vem conjugada à aplicação de uma medida protetiva, demonstrando, logo de saída, a dupla face da questão infracional entre os adolescentes: a proteção e a sanção.

Lembramos, conforme especifica Zamora (2010), que no Brasil, em média, 15% de nossa população é composta por adolescentes. Estes, por sua vez, fazem parte desse país caracterizado por uma intensa desigualdade

social, que configura o que a autora denomina de uma “violência estrutural” (ZAMORA, 2010, p. 59). Nesse contexto nada favorável, muitos adolescentes são expostos a condições que contribuem para sua trajetória infracional. É nesse sentido que se torna indispensável pensar a justiça da Infância e da Juventude a partir de sua natureza sancionatória e pedagógica:

A partir do paradigma da proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, entende-se que, no caso de infração, deve-se conjugar a retribuição com aspectos protetivos, referentes ao direito de cidadania. Para isso, a autoridade judiciária atribui ao jovem uma das chamadas medidas socioeducativas. A medida tem, portanto, tanto a natureza pedagógica quando a sancionatória. Afinal, qualquer proposta de educação envolve regras claras, limites, cuidados e proteção. (ZAMORA, 2010, p. 59)

A rede de serviços na qual está inserido o adolescente autor de ato infracional é composta por diversos órgãos que formam também a rede de proteção necessária a essa parcela jovem da sociedade brasileira. Conforme apresentam Fazzi, Hatem, Salum, Campos, Santos e Aarão (2015), compõe parte do sistema de Justiça da Infância e da Juventude os seguintes órgãos:

Vara da Juventude Cível e Infracional, Promotoria da Infância e da Juventude Cível e Infracional, Polícias; Defensoria Pública Cível e Infracional e Conselhos Tutelares, que, articulados, e também integrando a rede de proteção da infância e ao adolescente, encarregam-se de aplicar a justiça nas situações que envolvam interesses de menores de 18 anos, em conformidade com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente. (FAZZI, HATEM, SALUM, CAMPOS, SANTOS e AARÃO, 2015, p. 24)

No campo da Justiça da Infância e da Juventude, estas duas perspectivas acopladas, a da proteção e a da sanção, compõem o quadro da responsabilização jurídica do jovem e acompanharam a mudança do paradigma da situação irregular, do antigo Código de Menores (1927/1979), para o paradigma da proteção integral, que funda o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Esse estatuto se sustenta no seguinte marco legal disposto pelo Art. 227 da Constituição Federal Brasileira:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 227, CFB)

Conforme esclarece Maria Regina Fay de Azambuja (2009), o lugar dado ao jovem no ECA como sujeito de direitos é uma conquista recente que se sustenta em três documentos fundamentais: a Constituição Federal de

1988, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente (AZAMBUJA, 2009, p. 27).

Por sua vez, Silva (2010) localiza, a partir dos anos 80, a presença de variados movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças que contribuíram para a promulgação da lei 8.069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o autor:

Adotando as regras estabelecidas pela Convenção da ONU de 1989, o ECA se destaca por contemplar não apenas questões relacionadas ao abandono, à infração e à delinquência juvenil, mas também aos direitos da criança e do adolescente em todas as esferas da vida social, atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público a responsabilidade pela efetivação destes direitos. A Lei Complementar 8.069/90 trouxe mudanças fundamentais na legislação nacional relativas à infância e adolescência. Em suas disposições, trata o adolescente como sujeito de direitos e não mais como objeto de intervenção; estabelece a descentralização das políticas públicas de atendimento para a esfera municipal; busca articular a ação em rede através da intervenção de instituições governamentais e não governamentais; cria os Conselhos de Direitos e Tutelares com formação paritária entre representantes do governo e sociedade civil, além de outras determinações. (SILVA, 2010, p.15)

Um outro dado importante é que a diversidade das políticas em curso e a construção de uma política voltada para o segmento adolescente da população em conflito com a lei conclamam, conforme diretriz do Governo Federal, de um lado, o reexame do lugar desse jovem na sociedade brasileira e, de outro, a descoberta da variedade de sentidos que a transgressão comporta para cada adolescente. Tal reexame, necessariamente, passa pelo recente reconhecimento e proteção legal dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, com a criação da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescentes (BEMFICA; VILAS BOAS, 2015).

Ainda no escopo da discussão tecida pelas autoras, a ilicitude dos adolescentes vem conjugada aos seguintes fatores: ausência do Estado, ocupação desordenada do espaço geográfico, falta de proteção social, entre outros. Entretanto, esses fatores não retiram de cena a responsabilidade dos jovens pelos atos cometidos. Contrariamente, é tensionando esses fatores, sem, no entanto, prescindir de com eles operar, que se abre uma brecha para a reflexão sobre o ato infracional na adolescência como resposta a um conflito subjetivo e social.

### 1.2.3. Jovens em errância: quando o tráfico de drogas é uma escolha

O ato infrator cometido por um adolescente tem múltiplas significações e estas variam de acordo com cada jovem, ou seja, caso a caso. Ele pode ser uma tentativa de inscrição simbólica, um ato de desobediência civil (THOREAU, 2012), uma resposta à especularidade, uma forma de sair da cena do Outro, uma tentativa de se incluir na cena do Outro.

Conforme apresenta Brandão e Souza (2013), em relação aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, houve, do ano de 2008 até 2013, em Belo Horizonte, o crescimento do índice de adolescentes encaminhados ao serviço de liberdade assistida devido ao tráfico de drogas. Anteriormente, sinaliza a autora, os adolescentes que cumpriam essa medida o faziam, sobretudo, devido a atos de furto e roubo. Sobre os atos infracionais cometidos pelos adolescentes, os dados produzidos pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH) compõem o seguinte quadro:



Figura 1 - Quadro extraído da dissertação de metrado de Oliveira (2010).

Esse nos parece ser um dado importante, pois, nos dois casos acompanhados, da errância se seguiu, inicialmente, a entrada do adolescente no tráfico de drogas. A particularidade é que, tanto em um caso como em outro, não havia uma “escolha decidida” do jovem pela “vida do crime”, havia, contrariamente, no momento em que foram acolhidos no trabalho de acompanhamento e atendimento psicológico, a presença das “marcas

deixadas pela vivência do tráfico e da guerra na vida dos adolescentes: solidão e perda do laço do social” (BRANDÃO E SOUZA, 2013, p. 13)<sup>3</sup>.

A perda do laço social na adolescência pode provocar a emergência do ato infracional que, conforme alerta Capanema (2009), tem sido banalizado pelos adolescentes, tal como demonstram a repetição e a perseverança de seus atos, tornados atividade rotineira em suas vidas, o que dificulta que o adolescente possa se engajar subjetivamente no campo de sua responsabilidade: “assistimos, na contemporaneidade, à banalização do ato. Os adolescentes em conflito com a lei, em grande parte, demonstram, com seus atos repetitivos, uma rotina. Como recuperar a função do ato quando sua banalização o apaga?” (CAPANEMA, 2009, p. 90). Essa questão ocupa todos aqueles que trabalham com os adolescentes infratores e parece exigir, por parte do analista, uma escuta ampliada e implicada, no sentido de localizar tanto as coordenadas macropolíticas como as coordenadas singulares do adolescente em seu possível laço com o Outro.

### **1.3. Sobre a prática de acompanhamento de adolescentes no Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte**

Em Belo Horizonte, as medidas socioeducativas em meio aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade – são executadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social. A execução dessas medidas é regida, em todo o país, pelos regulamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e também pelo SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (LIMP, 2014).

Sobre essa medida, é proposta no ECA, na seção intitulada Da Liberdade Assistida, em seu Art. 118, uma diretriz que sustenta a aplicação da

---

<sup>3</sup> Para a questão do tráfico de drogas, da política da guerra às drogas, criticada por tantos pesquisadores e ativistas, sobre a morte desses jovens, em grande parte negros, enfim, sobre as particularidades desse complexo contexto, remetemos o leitor ao trabalho de dissertação de Mônica Brandão, intitulado “Adolescentes em conflito com a lei: um estudo sobre os adolescentes no tráfico de drogas e o alcance das medidas socioeducativas em meio aberto”, de Belo Horizonte, realizado em 2013.

medida de liberdade assistida sempre que se afigura a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Assim, a autoridade jurídica designa um programa de atendimento no qual o adolescente contará com o acompanhamento de um técnico social por um tempo mínimo de seis meses. Esse tempo pode, em qualquer momento, ser prorrogado, assim como pode ocorrer uma substituição da medida socioeducativa aplicada pelo juiz, de acordo com as diretrizes apontadas pelo orientador social, pelo Ministério Público ou pelo defensor público.

A especificidade da execução da medida de liberdade assistida em Belo Horizonte, no Programa Liberdade Assistida/PBH, é a abertura de possibilidades para que o adolescente tenha formas de exercitar a sua cidadania, ao mesmo tempo em que cumpre com a sua responsabilidade jurídica. A metodologia utilizada é, sobretudo, educacional e tem como objetivo a interação do adolescente na vida pública, a partir da utilização dos dispositivos de socialização.

Após dez anos de execução de medida socioeducativa de liberdade assistida, foi publicado, no ano 2000, o livro “Medida socioeducativa em meio aberto: a experiência de Belo Horizonte” (2010), que versa sobre a metodologia utilizada na construção do modelo de execução de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade no Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS). A execução das medidas socioeducativas em meio aberto faz parte da política de proteção social especial de média complexidade e se orienta pelos seguintes pilares sustentados nessa metodologia: construção da cidadania do adolescente, consideração da subjetividade dos jovens e processo de responsabilização.

Sustentado nesses três pilares, esse programa contava também, tal como demonstrará um dos casos que será trabalhado nesta tese, com um parceiro muito específico dos técnicos que compuseram e, acreditamos, compõem atualmente esse programa, a saber, o “orientador social”. A função do orientador social foi extensivamente trabalhada por Kátia Zacché (2012) em sua dissertação de mestrado intitulada “Orientadores sociais voluntários no Programa Liberdade Assistida de Belo Horizonte – contextualização e experiência”. Conforme explica a autora, está implícita na função do orientador social a mediação das relações sociais do jovem, de forma que este possa



encontrar possibilidades de construir e/ou ampliar seus laços com a cidade. A autora precisa da seguinte maneira a diferença entre o técnico que acompanha o caso e a função do orientador social:

Diferentemente do técnico, cada voluntário acompanha um único adolescente, com quem passará a ter encontros regulares durante todo o período que durar o cumprimento da medida. Para realizar esta tarefa, o voluntário se compromete a dedicar duas horas semanais para os encontros regulares com o adolescente e as visitas à escola e, eventualmente, à residência do jovem, além da contribuição na elaboração dos relatórios que serão encaminhados à Vara da Infância e Juventude. (ZACCHÉ, 2012, p. 58)

Compõem também a metodologia desse trabalho alguns dispositivos auxiliares de formação, entre eles: supervisão clínica, apresentação dos casos acompanhados e seminários de formação. Ressalta-se que, na cidade de Belo Horizonte, a psicanálise é a orientação de trabalho de boa parte dos variados corpos técnicos, as instituições, que compõem o campo da socioeducação. E, às vezes, isso possibilita um trabalho clínico do adolescente no cumprimento de uma medida socioeducativa.

Bem, às vezes, curiosamente, isso se passa. É curioso que isso possa se passar, não? Pois, no campo da execução do cumprimento da medida socioeducativa, o adolescente tem que ir ao atendimento, essa é a sua pena, digamos assim. Um psicanalista, claramente, se vê embaraçado com esse lugar, já que, no campo da psicanálise, não se força ninguém a entrar no dispositivo analítico.

Entretanto, às vezes, e apenas o caso poderá dizer o porquê, esse lugar ofertado pelo psicanalista contribui para a construção de um outro circuito de vida que leve em consideração o real em jogo para cada adolescente e a positividade da errância, contribuindo, assim, para o trabalho de simbolização e responsabilização do adolescente pelo seu ato infrator, por sua vida, pela sua condição de sujeito. Esses são os casos que guiam esta pesquisa. Passemos, assim, ao primeiro caso desta pesquisa.

### **1.3.1. Nos territórios da prática psicanalítica – Caso Um: “Aquele que faz tudo errado”**

Examino, aqui, o caso de um adolescente acompanhado durante um ano e meio no cumprimento da execução da medida socioeducativa de liberdade assistida. Esse adolescente, a quem darei o nome de Riobaldo, tem dezessete anos e sua escolha pela errância se deu na época em que tinha treze ou quatorze anos. Inicialmente, nos perguntamos: o que singulariza esse adolescente?

Riobaldo inicia seu acompanhamento após um longo tempo vivendo entre confusões com seus amigos, rivalidades e errâncias. Quando foi apreendido pela polícia, devido ao uso de drogas, estava também ameaçado de morte, pois havia cometido o ato de roubar a “boca de fumo” na comunidade onde morava. Entre a sua apreensão pela polícia, seu retorno para a sua casa e a nova aplicação de medida socioeducativa, o adolescente toma oito tiros, ficando dois meses em coma.

Ao chegar para o cumprimento de sua medida, o adolescente relata que vive “para lá e para cá” e, sem arrimo no Outro, só encontra a confusão. Ele se lembra que, na infância, era bom aluno, gostava de ir à escola, era interessado. Aos poucos, foi se desinteressando dos estudos e, como se deslocava demais, habitando ora na casa de um amigo, ora de outro, ora na casa da irmã, ora na casa da mãe, ora na casa da avó, tornou-se impossível continuar a estudar.

Pelo seu ponto de vista, a suas confusões têm a ver com a sua relação com a sua irmã, configurando o seguinte drama fraternal: “não me dou bem com a minha irmã, ela é como a minha mãe, pensa que eu não valho nada”. Ele diz morrer de ciúme dela, já arrumou briga e confusão por causa de seu ciúme, por causa dos rapazes com quem a sua irmã se envolvia.

Nas primeiras semanas do acompanhamento do adolescente, após muita insistência, a sua mãe vem ao meu encontro: “eu não suporto as confusões dele. Ele faz tudo errado. Ele não tem jeito, é um merda como o seu pai”. Ela havia se casado ainda jovem e, com o seu marido, teve três filhos. “O filho mais velho é tudo para mim. Ele é responsável, um filho muito amado. Ele está preso, mas é inocente. Riobaldo, o filho mais novo, era quem deveria estar preso em seu lugar. Isso sim, seria o certo, pois ele faz tudo errado”.

Ela havia sido abandonada pelo seu marido, a quem se referia como aquele que “valia nada”, pois batia nela, nas crianças, bebia e faltava ao trabalho. Ela, por sua vez, trabalhava o dia inteiro em serviços domésticos e considerava mesmo que fez tudo o que podia pelos seus filhos. Agora eles terão que “se virar sozinhos”. A sua filha arrumou um marido e se casou, relata. Ela não está disposta a cuidar de Riobaldo, ele já é grande e, portanto, “já tem condições de se virar”. Ela quer continuar a sua vida e seguir com seus planos de se mudar da cidade. Riobaldo não pode mais morar no bairro em que ela mora, pois está ameaçado de morte: “de lá do bairro não saio. Quem sai é ele”.

Riobaldo repete sem ressalvas ou distanciamento o discurso materno: “eu só me meto em confusão e faço tudo errado”. O seu drama se situa, assim, entre o não-lugar que ele encontra no desejo materno e a identificação com seu pai.

Em uma dessas confusões, Riobaldo relata que roubou a boca de fumo de sua comunidade. Tal ato teve grandes consequências. Ele tomou oito tiros, mas sobreviveu após dois meses em coma no hospital. Quando saiu, viveu um tempo em pânico, com medo de tudo, com medo de morrer. Não quer morrer. Ele quer viver. Como? Onde? Não sabe nem para onde ir. Nesse tempo de seu acompanhamento, providenciamos um abrigo para o acolher. A primeira intervenção foi, assim, possibilitar ao jovem um “abrigo do Outro”, no qual ele pudesse se ancorar.

Ao ser abrigado, ele começa também a trabalhar. A equipe acompanha a desenvoltura do jovem, diziam que ele era um trabalhador. Ele levantava cedo e voltava no fim do dia. Neste momento em que as coisas caminhavam bem, ele foi pego fumando maconha dentro da instituição, que entrou em contato conosco informando que expulsaria o adolescente.

Ao conversamos, inseriu-se uma questão sobre o comportamento do adolescente e, nessa conversa, o que ficou em evidência foi a desenvoltura do adolescente com os colegas e no trabalho. Mas, “droga é droga”, sustentou a instituição. A radicalidade dessa normatividade foi ponderada a partir do questionamento introduzido por nós que o acompanhávamos no cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida. Colocamos em questão os efeitos do uso da maconha na vida do adolescente e suas consequências institucionais, na medida em que, muito além dessa infração, ele tem avançado

em sua vida, tal como relatado pelo jovem e confirmado pela própria instituição. Assim, a instituição parceira concorda em mantê-lo abrigado, sob o argumento de que ele tem dado bons retornos em relação ao trabalho.

No decorrer de seu tratamento, o adolescente localiza aquilo que considera ser o drama de sua existência: “nunca me senti amado por minha mãe, mas por minha avó, sim, foi ela quem me criou”. O adolescente apresenta, assim, uma questão sobre o seu ser, sobre ser amado e também excluído da cena do desejo do Outro.

Riobaldo está perdido no jogo da tapeação que é o desejo do Outro ao qual ele responde como objeto-dejeto, ponto chave de sua identificação paterna. Por outro lado, este jovem não sabe muita coisa sobre o seu pai. O que sabe é que ele viveu pouco com a família, pois bebia demais: “ele virava o capeta, batia na geral. Um dia foi embora. Sem dizer nada, sem dar explicações. Não quero ser como meu pai, quero ser alguém que mereça respeito, quero ter uma família”. O adolescente abre em seu discurso, a partir dessa dialetização, uma brecha para se desalienar desse lugar do pior no qual está identificado?

O adolescente está feliz com o trabalho, mas sabe que pode conseguir algo melhor. Ele começa um novo trabalho em uma marcenaria e demanda por conhecer o trabalho do orientador social do programa. Ele e seu “orientador de referência” saem juntos: “falamos de coisas de homem”, diz o jovem. “Assim, coisas que só interessam aos homens, sobre mulher. Cê sabe, né?”.

No dispositivo ofertado pela escuta psicanalítica, o saber entra em jogo na fala desse adolescente a partir de uma nova identificação que se esboça para Riobaldo, dando-lhe insígnias sobre seu lugar de homem desejante de uma mulher. O saber que ele começa a tecer a partir do encontro com o orientador social, que se tornou para ele um referente, foi o que possibilitou ao adolescente uma certa vacilação em relação à “maldição parental” superegóica que o aprisionava no circuito de suas repetições.

O orientador social é para Riobaldo um homem no qual ele localiza algumas insígnias fálicas, tais como “trabalhador”, “estiloso”, “por quem as mulheres se interessam”. Nesse tempo, ele arrumou uma namorada: “quero me casar com ela. Mas, ela é ciumenta”. Ele demanda que eles venham juntos um

dia ao seu atendimento, para conversar um pouco porque “ela é doida de ciúme”.

O adolescente localiza que aquilo que a sua mãe diz dele é o que ela fala do pai dele. Mas não se exclui de sua responsabilidade: “eu faço como meu pai”, anunciando, também, que tem medo de não saber fazer diferente. O seu pai, do qual a sua mãe falava, não era o seu pai, mas era o homem da vida dela. Um homem que nada valia, o pior, “uma merda”. Ele, o “merda”, não é ele, o pai. Como é que faz para sair do espelho do outro?

Riobaldo fala do trabalho, da vontade de fazer algo que tenha mais a ver com seu jeito, inserindo, para além do espelho, algo de sua singularidade. Nesse momento de seu tratamento, Riobaldo começa um novo trabalho no qual realiza o ofício da marcenaria. Nesse trabalho, ele “dá tudo que pode”, chega cedo, é atento ao ofício, “leva jeito para a coisa”. Entretanto, dois meses se passam e ele não recebe o salário previsto: “assim fica complicado, tem a namorada e a gente quer se casar”. Diante de tal configuração, ele começa um novo trabalho: “não é simples, não me interessa tanto, mas paga bem. Felizmente, porque eu vou ser pai, meu filho vai ser meu caminho. Agora não dá para vacilar”.

Nesse momento da sua vida, ele e sua namorada se preparam para receber a sua filha que vai nascer. Nessa época, a sua namorada estava com quatro meses de gravidez.

Um dia ele chega no abrigo no qual residia e um colega de quarto, entre insultos e provocações, pega a sua identidade e rasga. Tal ato foi suficiente para que Riobaldo partisse para cima dele e o “cobrisse de porrada”. Diante de um outro que, em um ato violento, rasga a sua identidade, o adolescente revida. Não seria esse ato um ato de sujeito?

A instituição de abrigamento entra em contato com o serviço de execução de medidas socioeducativas e afirma que ele não poderá continuar vivendo lá. O adolescente estava, nessa época, com dezoito anos, o que significava uma impossibilidade de abrigamento institucional devido à sua idade. Inicialmente, tentamos um contato com a sua mãe e ficamos sabendo que ela havia se mudado para outro estado, sem notícias, sem aviso prévio, nem póstumo. Riobaldo não sabe o que fazer: “tenho medo que a confusão recomece.

É muita treta, não dá para cair no rolo”. No seu atendimento, optamos por entrar em contato com o antigo marceneiro com quem ele trabalhou e que nunca o pagou. Riobaldo fala com o seu antigo chefe, que nos diz precisar de algumas horas para responder. Eu também entro em contato com seu antigo patrão e digo que seria muito importante que ele pudesse acolher o adolescente, pois a situação havia se complicado e precisaríamos de tempo para nos organizar. Ele acolhe por alguns dias Riobaldo, nos dando tempo para encontrar alguma solução para essa situação.

Durante esse tempo, após alguns dias, Riobaldo me diz que pode falar com a mãe da sua namorada: “quem sabe poderia morar lá?”. A mãe de sua namorada concorda, pois, segundo Riobaldo, “ela tem visto que eu gosto de trabalhar. Acho que ela pensa que eu vou ser bom pai porque disse que, se eu contribuir com a casa, posso morar lá”. Poucos meses depois, nasce o filho de Riobaldo, “ele vai ser meu caminho. Eu sou um trabalhador”.

Apoiado nessa referência construída no campo do Outro social, Riobaldo insere seus índices de separação em relação ao lugar de objeto-dejeto que ele tinha no campo do Outro parental. Nesse sentido, o seu trabalho consistiu em mediar a intensidade desse Outro consistente, anônimo e caprichoso.

O que se atualizava para Riobaldo, nos mais variados contextos, era o deserto do Outro. Mas a sua errância, que vinha como resposta a esse deserto que se atualizava em sua vida, encontrava, agora, no circuito e nos laços feitos com a instituição e com o trabalho de escutar a si mesmo, uma nova perspectiva, a do tempo de compreender, sem que, necessariamente, ele precisasse se precipitar entre “fugas e errâncias” (LACADÉE, 2011).

Este jovem pôde contar com outros referentes sobre ele no campo do Outro social, pois ele já não se encontrava localizado apenas a partir do lugar do erro e da merda que o reduziam, no campo familiar, a um objeto-dejeto. Foi na medida em que haviam entrado novos pontos de ancoragem e de captonagem para ele em sua história que este jovem pôde, na direção de sua errância, encontrar modos de construção de outros rumos.

Antes de construir esses rumos, Riobaldo circulou por toda a rede de serviços públicos em seu entorno: abrigo, conselho tutelar, instituição de cumprimento de medida socioeducativa, centro mineiro de toxicomania,

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM).

Esse dado de seu acompanhamento nos remete ao trabalho de pesquisa de Barros (2015) sobre o tema da errância, a partir de sua prática com os adolescentes em situação de rua, em decorrência da ruptura de vínculos familiares e comunitários. Em sua pesquisa, Barros (2015) sustenta a tese de que a errância produz um movimento que instaura um traçado a ser recolhido pelo analista no trabalho com os jovens. Isso porque é na rua e nas instituições que esses jovens realizam alguns circuitos para alocar a sua errância, seja nas comunidades em que vivem, entre os “irmãos da rua”, ou em outros movimentos da cidade. Esses lugares podem ser lidos como “operadores sociais e políticos”, incidentes “sobre as pulsões de maneira crucial” de muitas formas, agindo a partir de “mediação dos registros da imagem e da linguagem, modulando e precipitando, enfim, os efeitos destes” (BIRMAN, 2012, p. 31).

Este caso demonstra que a função da psicanálise nos casos acompanhados é possibilitar a construção de um espaço de escuta do jovem, para dar lugar à sua errância, verificando a que esta vem responder na vida do adolescente, não sem o apoio e o traçado construídos por cada jovem nas instituições nas quais eles estabelecem seus circuitos (BARROS, 2015). Nesse sentido, nos parece fundamental acompanhar o adolescente e, a partir de sua errância, que já produz uma suspensão do Outro ao qual ele responde, verificar como ele se enlaça no campo do Outro, insistindo, a cada vez, no compromisso que a sua posição como sujeito desejante implica.

#### **1.4. Sobre a prática de atendimento aos adolescentes infratores no Projeto “Já é!”**

O projeto de extensão universitária “Já é!”, da UFMG, oferece atendimento clínico aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Esse projeto atendeu, no percurso de quatro anos, de 2012 a 2016, trinta e quatro casos de adolescentes com percurso infracional, sendo em média vinte adolescentes do sexo masculino e quatorze do sexo feminino.

Esses jovens foram submetidos à aplicação da medida socioeducativa de internação, executada pelo Estado de Minas Gerais – Secretaria de Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUASE).

Diferentemente do trabalho anterior, no qual os adolescentes eram obrigados, via sanção jurídica, a se submeterem ao acompanhamento realizado por um técnico social do programa no qual cumpriam a sua medida socioeducativa, a demanda dos jovens para serem atendidos pelo psicólogo voluntário do projeto “Já é!” não passa pela imposição jurídica. O adolescente chega até esse projeto porque demandou atendimento clínico à instituição na qual se encontra ou porque veio encaminhado por uma demanda da própria instituição.

Quando a demanda é institucional, realizamos uma conversa com o técnico responsável pelo encaminhamento de forma a esclarecer e a compreender o que está em questão no encaminhamento realizado e na demanda apresentada. E, nas entrevistas iniciais, realizadas com o adolescente, antes que o seu acompanhamento seja formalmente iniciado, verifica-se se há, ou não, de fato uma demanda de tratamento por parte do adolescente.

Nesta parceria estabelecida entre a universidade e a Secretaria de Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUASE), trabalhamos também com encontros semestrais para a discussão do fluxo dos adolescentes e sua inserção no projeto. Quando um adolescente é acompanhado, de acordo com cada caso, propomos algumas conversas com a equipe da socioeducação, especialmente quando há necessidade de encaminhamento do adolescente para algum curso ou atividade.

Por fim, paralelamente ao trabalho do profissional voluntário que acompanha o adolescente, contamos com os dispositivos de supervisão clínica quinzenal e com a formação teórico-clínica oferecida a toda equipe e ao público externo, prevista nos seminários semestrais organizados pela equipe de trabalho e intitulada “Adolescência em tempos de guerra”, à época em sua sétima edição.



#### **1.4.1. Nos territórios da clínica – Caso Dois: “Aquele que está em qualquer lugar”<sup>4</sup>**

Neste momento, analisaremos o caso de uma adolescente que esteve em acompanhamento pelo período de seis meses, durante parte do tempo do cumprimento da medida socioeducativa de internação. Luana, nome fictício, demandou ser encaminhada ao projeto “Já é!” devido à dificuldade de relacionamento que tinha com as colegas dentro da instituição de internação. A adolescente recebeu a medida de internação, aplicada por um Juiz da Vara da Infância e da Juventude, devido a um ato de violência contra uma outra adolescente que ela havia tentado esfaquear, porque ela havia falado mal dela, deixando-a “fora de si”.

No decorrer dos atendimentos com o técnico voluntário do programa “Já é!”, a adolescente diz que precisa falar de um outro ato que tem a ver com o problema que ela enfrenta em sua família. Ela havia tentado matar o seu padrasto, com quem a convivência era muito ruim. Assim, ao localizar algo que lhe faz enigma, a adolescente esboça uma primeira demanda de tratamento.

No centro socioeducativo, Luana atuava sem parar, quebrava as coisas, agredia os outros, queria tudo na hora e sem intervalos: “não suporto esperar o tempo das coisas”. A adolescente demandou atendimento porque tinha medo de que voltasse a cometer novos atos, pois “sempre vejo muita maldade nos outros, me sinto ofendida com facilidade, e, assim, ofendo os outros, parto para cima”. A partir desses primeiros atendimentos, formulamos a hipótese segundo a qual, quando o outro especular a invade, inserindo-a no território da rivalidade, o “fora de si” é o que aparece em cena. Nesse sentido, o seu ato apresenta, inicialmente, um índice de sua dificuldade de se diferenciar do outro, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, produz, em ato, uma separação.

Essa jovem considera seu “psicológico fraco”, pois “não consegue dominar seus impulsos”. Ela acha mesmo que apenas quando conseguir

---

<sup>4</sup> Este caso foi atendido por Guilherme Deldebbio durante a sua participação no projeto de extensão “Já é!”. O relato acima foi construído a partir das supervisões por mim realizadas e da formalização do acompanhamento deste caso pelo psicanalista acima citado, a quem, aqui, agradecemos. Este caso foi também por ele apresentado no seminário “Adolescência em tempos de Guerra”, VII, UFMG, 2015, sob coordenação da Profa. Dra. Andréa Guerra.

mapear essas coisas é que terá condições de sair da internação. A internação faz, neste caso, uma função de contenção para essa jovem que passa a interrogar o excesso presente na afetação que o outro lhe causa?

Ao relatar a sua história, a adolescente se refere ao momento em que seu pai, em torno de seus dez anos de idade, se separou de sua mãe. Três anos depois, sua mãe arrumou um namorado e parou de lhe dar atenção: “eu podia ir para qualquer lugar e chegar a hora que eu quisesse”. Antes da separação de seus pais, as coisas eram diferentes em sua vida. A sua mãe era presente, incentivava-a a estudar e fomentava seu sonho de ser guarda-mirim.

Luana estava cada hora em um lugar, sem ter que se preocupar com seu retorno para casa. Arrumou um namorado, um jovem traficante da região, e foi morar com ele. Nessa relação, “não tardei a entrar em um mundo sedutor, no qual havia armas, drogas e festas”.

Esses objetos, entretanto, não substituem o desamparo que ela encontra quando o desejo do Outro materno não se apresenta, particularizando-a. Antes, esses objetos a colocam em um circuito o qual ela nomeia como “um vício”. Luana, nesse momento, não tinha muita coisa com o que contar: não tinha escola, nem trabalho. Às vezes ia para casa da sua mãe. Falava para a sua mãe que não voltaria para o morro. Entretanto, no dia seguinte, estava “enfiada lá de novo. Nem polícia conseguia me tirar do morro”.

Nessa época, seu namorado foi morto. Ao seu ver, tratou-se de um crime passional, pois o rapaz que matou seu namorado, um traficante importante do morro, gostava dela. Segundo relata, “foi uma perda muito dura”, pois ela e seu namorado faziam “tudo junto”, eram “grudados”, tal como ela e sua mãe. Para Luana, a relação com seu namorado lhe dava a ilusão de completude: “Ele era, sem dúvida alguma, a pessoa mais importante da minha vida. Com ele, eu não precisava de mais nada”.

A morte dele foi terrível, um vazio sem tamanho ocupou a sua vida. Ele era uma pessoa com muita maldade, mas a amava. Antes dessa relação se considerava “boba e pura” e, “quando ele morreu, me tornei valente e má como ele”. A tentativa de homicídio contra o padrasto ocorreu nessa época. Ela já não tinha nada a perder. A partir de então, a única coisa que sabia era que as pessoas tinham medo dela: “Sou como a minha mãe, eu não aviso que faço, eu vou lá e faço”.

Após a morte de seu namorado, Luana passa a se identificar com ele. Nesse caso, a nossa hipótese é que a identificação com o traço de seu namorado vem fazer uma função de suplência que se antecipa ao trabalho de luto pelo qual essa jovem deveria passar. A relação de Luana com seu namorado não repete, com novos custos, a relação estabelecida com seu Outro materno?

Se, em um primeiro momento, essa adolescente estava no lugar de falo imaginário de sua mãe, em um segundo momento, é a afânise de seu desejo, face ao qual ela se desertifica, que parece desencadear a sua errância. Quando essa jovem encontra a mulher e não a mãe, ela, caída da cena materna, inicia a sua errância. Durante o seu tratamento, a adolescente localiza, a partir da entrada em seu discurso da presença de sua tia, irmã de sua mãe, um lugar que lhe diz respeito. A sua tia era cabelereira. Luana, por sua vez, era quem cuidava das garotas na internação, arrumava seus cabelos, se fazia, às vezes, de “profissional da beleza”. Esse traço familiar lhe pertence, trata-se de uma herança vinda do campo do Outro na qual ela se ampara. Trata-se de um traço que a singulariza no campo do Outro.

O final do cumprimento de sua medida socioeducativa antecipou o fim de seu tratamento. Essa adolescente escolhe ir morar com a sua tia em uma cidade próxima à sua. O psicanalista que a acompanhava aciona a instituição sugerindo que o “desligamento” da adolescente do sistema socioeducativo fosse mediado pelo contato com a rede de serviços da cidade na qual a adolescente iria morar. Essa conexão possibilitou o encaminhamento da adolescente para a rede de serviços de sua nova cidade de forma que ela tivesse a chance de dar continuidade ao seu tratamento.

## **1.5. Algumas reflexões sobre nosso campo de trabalho**

### **1.5.1. Sobre a escolha pela errância**

O tema da errância entre os adolescentes é amplo, não podendo, portanto, se restringir a nenhum enquadre. Entretanto, foi preciso, de nossa parte, fazer um recorte a partir do que a prática psicanalítica nos apresentou. A partir dos

casos acompanhados, inicialmente, observamos que a escolha do adolescente pela errância responde a duas condições, digamos, preliminares. Primeiramente, o lugar de objeto-dejeto que ele encontra no campo do Outro. E, em segundo lugar, o desejo anônimo do Outro. Essa perspectiva sobre a errância nos parece ir ao encontro das seguintes abordagens traçadas sobre esse tema: a errância como resposta ao rechaço da vinculação do sujeito à lei do desejo (SAUVAGNAT, 2004); a errância como sentimento de não-pertencimento e desfiliação que assola o adolescente (DOUVILLE, 2002); a errância articulada à falta de significação sobre seu ser no campo do Outro (LACADÉE, 2011); a errância como resposta ao desarrimo do adolescente no laço social (LESOURD, 2004).

Nossa hipótese é que o lugar de objeto-dejeto, com o qual o jovem se identifica no campo do Outro, o petrifica e o impossibilita de se relançar para além dessa marca de um “Tu és isto” (LACAN, 1949/1998, p. 103) sem mediação simbólica. Ao retomar a questão da inscrição simbólica, Zenoni (2007) assinala o que está em jogo na expressão “do pai ao pior” (ZENONI, 2007, p.). Ele esclarece, a partir dos mecanismos de alienação e separação que constituem o sujeito, a diferença entre o mandato simbólico que designa a alienação e a escolha do pior na qual não há inscrição do sujeito, a não ser como objeto não simbolizável no campo do Outro.

Nesse sentido, a escolha pela errância visaria uma primeira tentativa do adolescente se deslocar do lugar do erro e do pior que ele encontra no Outro, sendo, portanto, positividade, abertura para o novo, pois, conforme ensina Célio Garcia, “não é porque há uma pré-constituição do sujeito ao nível do Outro que ele esteja condenado a nada fazer, ou a agir sempre da mesma maneira no seu embate com o Outro” (GARCIA, 2011, p. 30).

A errância entre os adolescentes infratores esclarece também sobre a diferença entre o declínio da autoridade paterna que caracteriza a modernidade e o lugar degradado do pai (RAMIREZ, 2016) em nossa contemporaneidade. Nessa direção, Barros (2014) nos convida a pensar sobre a esfera da degradação do pai a partir de uma reflexão sobre o lugar das “crianças solitárias, largada ao gozo dos objetos, no deserto do Outro. Essa é a infância de nossa época, onde ela quer que esteja, ora largada à tela da internet, ora largada nas ruas, nos becos, nas bocas. Cada um com a sua droga”

(BARROS, 2014, p. 17). Trata-se, para estes adolescentes, da radicalidade do encontro com a inexistência desse Outro, seja no campo familiar ou no campo social. Por sua vez, os laços construídos por estes jovens têm a marca da provisoriedade e da intermitência. (BARROS, 2014)

A referência à inexistência do Outro também inclui, na análise de Sauvgnat (2004), no texto intitulado “O preço de uma errância”, o deserto. Ao se referir a um conto indiano no qual os jovens — sob a prescrição do imperativo materno, fundado na dívida com um Deus obscuro, com o qual essas mães tinham contraído uma dívida devido à chance de conseguir gerar um filho — deveriam seguir para o deserto até se jogarem de um precipício, Sauvagnat (2004) se pergunta sobre o elemento de contingência que pode alterar a rota prevista neste destino superegóico. Pois, caso não tivessem coragem de se jogar do precipício, esses jovens deveriam seguir em errância até o momento de sua decisão.

Nesse caminho, não teriam alguns jovens tomados outras rotas para além desse imperativo tirânico que representa o supereu materno? Essa perspectiva desejante anunciada por Sauvagnat (2004) na leitura deste mito, nos remete, por fim, à realização de um trabalho muito particular que alguns jovens precisam fazer para que eles possam se manter enlaçados em sua vida: o de ultrapassar o “deserto do Outro” e construir, para si mesmo, novas referências nas quais possam se apoiar e outras rotas nas quais possam seguir, ainda que provisoriamente, ainda que intermitentemente.

### **1.5.2. Para além do enquadre edípico, o desejo do analista?**

Nos dois casos que guiam esta pesquisa, tal como apresentado, certo abandono parental se apresentou, agravando as condições da existência do jovem, ao colocar em jogo o valor de sua existência no campo do Outro. Entretanto, esse “abandono” não equivale a sustentar uma equação causal entre família desestruturada, ato infracional e errância na vida desses adolescentes. Muito pelo contrário, quando falamos de abandono nos referimos a um abandono moral, ou seja, ao abandono da responsabilidade parental que

se refere a não deixar as crianças e adolescentes à mercê de seus próprios impulsos, de sua fragilidade e de sua onipotência infantil (KELL, 2011).

Ao discutir sobre a transmissão dos valores, dos ideais e do interdito na família, Julien (2000) situa o deslocamento da vida privada à vida pública e seus efeitos sobre a conjugalidade e a parentalidade, enfatizando o declínio da imagem social do pai, a mestiçagem étnica e a subversão da linhagem como as grandes mudanças, iniciadas com a modernidade, na família. A partir dessas características, ele insere a seguinte questão aos psicanalistas: restaremos na nostalgia do pai sustentada pela ideia de decadência moral e dissolução do indivíduo? Ou, longe de tentar “reatar o fio rompido da tradição” (JULIEN, 2000, p. 21), seguiremos na brecha aberta pela modernidade?

A resposta a essa pergunta já havia sido apresentada tanto na investigação freudiana como no ensino lacaniano. Entendemos que Freud (1926/1996) e Lacan (1974/2003), a seu modo, apresentaram, em relação ao trabalho analítico, a necessidade do sujeito se desembaraçar dos significantes do Outro. Eles localizaram, especialmente no campo da adolescência, os desafios desse desatar dos nós na trama de sua experiência subjetiva, especialmente, nos casos em que temos uma carência paterna. Para grande parte dos adolescentes que escutamos, nos casos em que temos a radicalidade do desabrigo do Outro, é potência da consistência imaginária do Outro que marca posição de comando. E é aí que o trabalho analítico pode incidir, no sentido mesmo de contribuir para vacilar, suspender esse Outro. Ou seja, indo além do Édipo. Isso porque a relação entre o sujeito no mundo com seus outros, ou seja, a relação familiar e social, se estabelece sobre o fundo de uma dissimetria, de uma alteridade, sendo essa alteridade que, paradoxalmente, possibilita a criação de um laço social.

A possibilidade de sustentar a alteridade entre o sujeito e o Outro foi trabalhada por Poli (2002), a partir de uma leitura da “angustiada errância” de André, personagem do livro *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar. A autora enfatiza o trabalho da adolescência como a busca de um lugar de enunciação em relação à estrutura familiar na qual um adolescente está inserido a partir da apropriação, por parte dele, do insubordinável real da experiência familiar como contraponto a “um ideal circunscrito por bordas estáticas” (POLI, 2002, p. 52).

O motivo é que as bordas estáticas do ideal familiar produzem uma

idealização que contribui para a fixidez do sujeito representado pela verdade que aquela estrutura encerra, gerando uma dificuldade do adolescente se desvencilhar do discurso do Outro que o funda, ou seja, de desfazer esse “nó fantasmático que impede ao sujeito o acesso ao seu desejo” (POLI, 2005, p. 60). Nessa direção, Alberti (2009) situa e esclarece o lugar da psicanálise no mundo a partir do alerta de que esta não é uma técnica do enquadramento edípico. A autora retoma que, entre todas as coisas que Freud transmitiu com a sua pena, a percepção que ele teve da falha da função paterna. A falha da função paterna se articula, de maneira particular, ao desligamento que vivencia o adolescente em relação a seus pais:

“O que falha, ou melhor, o que o sujeito adolescente verifica como falha, é a própria função paterna, que não alcança a sustentação do sujeito que, quando criança, supunha um Outro consistente. Diante dos impossíveis – a relação sexual, A Mulher, a castração – o sujeito é fundamentalmente desamparado, e o adolescente se depara com isso de um modo que não há retorno”. (ALBERTI, 2009, p. 10)

Essa falha da função paterna que estrutura a neurose é retomada por Guerra e França Neto (2012) em relação aos limites da organização edipiana na vida desses jovens que parecem ocupar o campo do Outro a partir da existência de uma “intermitência entre laço e desenlace” no campo social (GUERRA; FRANÇA NETO, 2012, p. 491). Essa forma do adolescente habitar o laço social introduz uma reflexão sobre as sociedades não mais regidas pela organização tradicional edipiana: os novos arranjos e organizações familiares. Por outro lado, esses novos enlaces no campo social, na medida em que são intermitentes, colocam, mais do que nunca, em questão a função do desejo do analista no trabalho implicado com os adolescentes, na medida em que, anuncia Jacques Lacan: “O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de assujeitar a ele” (LACAN, 1964/1996, p. 260).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que foi especialmente a partir do campo da psicanálise aplicada que Jacques-Alain Miller, em seu livro “Perspectivas dos Escritos e Outros escritos de Lacan: entre desejo e gozo” (2011), na seção intitulada “Do desejo do analista”, demarca os perigos da

psicoterapia autoritária. Ele declara que verifica, nesse campo, uma nítida explicitação do desejo daqueles que acompanhavam os casos atendidos em instituições, na medida mesmo em que se evidenciava que esses operadores “quando estavam diante dos sujeitos não pensavam nem um pouco em trazê-los de volta à norma e encontravam a norma no próprio desejo que lhes era comunicado nas entrelinhas” (MILLER, 2011, p. 34).

O que está em questão no desejo do analista é a dimensão de seu ato, o ato analítico, que não consiste em um fazer, mas em autorizar o fazer do sujeito, de forma que este possa entrar na rota de suas associações, em “rota livre”, esta que “faz voltar as lembranças, que [...] remete o passado ao presente e que desenha, a partir daí, um futuro” (MILLER, 2011, p. 35). A partir dessa reflexão, Miller avança em sua abordagem do desejo do analista para dizer tudo o que ele não é, a saber, ele não é fazer o bem, não é o desejo de colocar o sujeito em conformidade com o social, não é o desejo de curá-lo. O desejo do analista, que nada tem a ver com o desejo de ser analista, elucida Miller, contrariamente, visa localizar a singularidade do sujeito, a sua diferença absoluta.

### **1.5.3. Sobre a responsabilidade da psicanálise no trabalho com adolescentes infratores e em errância**

Em seu seminário, livro 12, intitulado “Problemas Cruciais para a psicanálise”, na aula de 15/05/65, Jacques Lacan afirma que o psicanalista é aquele que se encontra em uma posição responsável, a mais responsável de todas. Pois, por meio da conversação ética que ele propõe, abre-se a possibilidade do sujeito se introduzir na ordem do desejo. Ao seguirmos essa orientação, nos perguntamos: o que caberia à psicanálise, com sua ação e sua ética, no trabalho com os adolescentes em errância, os “irregulares” (GARCIA, 2011)?

Célio Garcia precisa o lugar da psicanálise em uma tensão constante entre o cidadão (sujeito de direitos e deveres) e o sujeito (sujeito do desejo), ao esclarecer, inicialmente, aos profissionais do “campo psi”, sobre a importância do não desconhecimento da trajetória de exposição às situações de risco social



na vida desses jovens e, tampouco, do desconhecimento dos efeitos das contingências desastrosas que atingiram suas vidas pessoais, entre elas, as situações de desagregação do grupo familiar, a ausência do genitor, o desemprego e as condições precárias de sobrevivência. Assim, o autor afirma:

Por conseguinte, o cidadão é aquela dimensão comum da comunidade, é o qualquer um; o sujeito, por outro lado, é raro, ele resulta de uma opção, de um acontecimento ao qual ele é fiel, e com isso ele se mostra na sua autonomia. Temos, aqui, uma questão política, pois há uma tensão entre o cidadão e o sujeito. (GARCIA, 2011, p.66)

Sustentar essa tensão significa manter viva a importância do acionamento do sujeito na prática clínica no trabalho com os jovens que, com sua errância, produzem, paradoxalmente, um circuito pela rede de serviços públicos com os quais, por vezes, estabelecem laços, se organizando a partir de uma certa rede discursiva no campo do Outro. Nessa tensão, a singularidade que a psicanálise pode imprimir no trabalho com o adolescente inclui um certo frente-a-frente com a lei que, esclarece Garcia (2011), não se resume ao âmbito jurídico, ao encontro com o juiz.

Para a psicanálise trata-se da lei do pai, da lei singular a cada um, da lei do desejo, que requer uma implicação do adolescente com a sua responsabilidade subjetiva para além de sua responsabilidade jurídica. Isso porque um adolescente pode “cumprir de boa” a sua medida e não se responsabilizar subjetivamente pelo seu ato e pela sua posição em face a esse ato. E isso é mesmo muito comum. Muitos adolescentes respondem prontamente a todos os critérios de uma medida: voltam a estudar, cumprem com o tempo previsto de sua sanção, falam aquilo que os técnicos e os juízes querem escutar e, assim, cumprem a sua medida. Mas isso, de forma alguma, implica a responsabilidade subjetiva do sujeito que só é possível quando o adolescente toma uma posição em seu discurso, ou seja, se posiciona subjetivamente no território conflituoso de seu gozo e de seu desejo no campo do Outro. Digo isso porque, ao tomar uma posição em seu discurso, o adolescente pode, em alguns casos, redimensionar a dimensão do ato infracional em sua vida, subjetivando a lei que faz, para ele, limite ao gozo.

A decisão de acompanhar um adolescente, de sustentar com ele a construção de um caminho, de percorrer lacunas e coordenadas de uma história tantas vezes fragmentada, perturbada, atravessada por contingências

duras e irreversíveis, pode tornar possível um trabalho de simbolização do adolescente sobre o que lhe causa sofrimento, dando-se lugar para o real em jogo em cada caso, que deve operar como um guia em cada trabalho, a cada vez, com cada jovem. Trata-se, enfim, de trabalharmos com os adolescentes em errância na direção da construção de sua posição desejante.

Dessa forma, é preciso trabalhar com o adolescente no sentido de dar lugar ao vazio que o estrutura e que o localiza como falta-a-ser, possibilitando que ele possa se posicionar a partir de sua própria voz, de forma que algo novo se inscreva em sua vida.

A partir desta abordagem, retomamos a proposição lacaniana apresentada em “A ciência e a verdade” (1966/1998), na qual se esclarece, a partir do que foi denominado como terrorismo lacaniano referente à responsabilidade do sujeito pela sua condição, que “encarnar o sujeito é errância: sempre fecunda em erros e, como tal, incorreta” (LACAN, 1966/1998, p. 873). Neste momento de seu ensino, Lacan faz um alerta fundamental aos analistas ao dizer que a psicanálise exclui a ternura da bela alma. Encarnar o sujeito é trabalhar na vertente da bela alma, é operar a partir da tecnocracia, é suturar o sujeito em sua divisão, ele, entretanto, se encontra situado a partir de “uma exclusão interna a seu objeto” (LACAN, 1966/1998, p. 875).

Partindo dessa orientação, faremos, no segundo capítulo, um percurso pelo processo de constituição do sujeito. Percorreremos as teorizações freudianas sobre o narcisismo, o estágio do espelho e o complexo edípico, a fim de compreender as operações em jogo no deslocamento da criança do jogo da tapeação que caracteriza seu aprisionamento no desejo do Outro à assunção de sua posição desejante. Tomaremos como ponto de partida a peça *Hamlet* (1599-1601), de Shakespeare, apresentada por Jacques Lacan como um paradigma da articulação do desejo.

## **II. A articulação do desejo na constituição subjetiva: entre sombras e pedaços de real**

*(...) a única vantagem que um psicanalista tem o direito de tirar de sua posição, sendo-lhe esta reconhecida como tal, é a de se lembrar, com Freud, que em sua matéria o artista sempre o precede e, portanto, ele não tem que bancar o psicólogo ali onde o artista lhe desbrava o caminho.*

Jacques Lacan, “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol. V. Stein”, 1965, p. 200.

Neste capítulo, trabalharemos a estrutura da constituição subjetiva erigida a partir dos conceitos de narcisismo, de estágio do espelho e do complexo de Édipo e apresentaremos os elementos em jogo na fundação do sujeito do desejo. Para cumprir com essa proposta, faremos uma travessia pelos territórios especulares freudianos e lacanianos, com o objetivo de apresentar a função do objeto perdido na articulação do desejo. E, finalmente, extrairemos desse percurso algumas referências teóricas que possam explicitar o que está em jogo no advento do sujeito desejante. Este percurso visa demonstrar que a dimensão da responsabilidade de cada um por sua condição de sujeito e, especialmente no que se refere ao “sujeito adolescente”, implica em um deslocamento, sempre parcial, dos territórios especulares que compõem as subjetividades.

O advento do sujeito e a articulação do desejo requerem o deslocamento da criança do lugar de puro reflexo do Outro materno que sustenta o eixo da specularidade na constituição subjetiva. Esta proposição é fundamental em nosso trabalho, pois, conforme apresentado, em resposta ao desejo anônimo do Outro parental e social, em face ao qual o adolescente soçobra como um objeto-dejeto, restando submetido ao imperativo de um “Tu és” (LACAN, 1949/1998, p. 103) sem mediação simbólica, o que aqui se apresenta é a dimensão especular e dual presente na relação com o outro.

Seguindo os rumos dessa observação, em um segundo tempo deste capítulo, acompanharemos a leitura de Jacques Lacan em sua abordagem da peça teatral *Hamlet* (1599-1601), de Shakespeare, considerada por ele como aquela que apresenta, sobremaneira, o tema da articulação do desejo. Nesta peça, Hamlet se desloca, errantemente, em seus duelos imaginários. O que o permite se deslocar desse território sombrio? É a dimensão da perda de seu

lugar de falo do Outro que o permite assumir a posição de sujeito, ainda que ao preço do luto e da morte.

## **2.1. Constituição do sujeito e articulação do desejo**

### **2.1.1. “Tu és isto”: corpo, imagem e especularidade**

Freud extrai o conceito de narcisismo a partir da descrição clínica de P. Nacke (1899 apud FREUD, 1914/1996b), apresentando-o como a conduta em que o indivíduo toma a si próprio como se fosse um objeto sexual do qual ele extrai suas satisfações. Esse postulado introduz, no cerne da problemática da imagem narcísica, duas reflexões: uma reflexão sobre a função da libidinização do ego que possibilita ao *infans* a construção das coordenadas de seu corpo e outra sobre a presença de fixações da libido em alguns objetos, especialmente, no próprio eu. Na construção dessas coordenadas, a economia libidinal do *infans* deverá sofrer, esclarece Freud (1914), uma perturbação do narcisismo original em decorrência da função da ameaça de castração, cuja consequência é a formação do ideal do eu, que é um substituto do narcisismo da infância.

A teoria freudiana do narcisismo, que é também uma teoria sobre a construção do corpo, é a base da cunhagem do conceito lacaniano do estágio do espelho como formador da função do eu, ou seja, como imagem. Segundo Lacan, “basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribuiu a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1949/1998, p. 97). Para a construção deste conceito, Jacques Lacan se apoiou no esquema óptico para a teoria do narcisismo e no esquema do buquê invertido de Bouasse (LACAN, 1954-1955, p. 142) e assinalou algumas particularidades. Em primeiro lugar, ele enfatiza o lugar do olho do observador diante de um espelho côncavo. O olho que vê permite visualizar o buquê de flores em um vaso a partir da inserção de um segundo espelho, o espelho plano, o lugar do Outro, permitindo que a imagem real se torne uma imagem virtual. Essa imagem é um invólucro do corpo libidinal e seus objetos, parciais, pré-genitais,

que são grampeados no campo do Outro. Para entender essa operação é preciso ter em mente que no princípio da vida do *infans* não há unidade do corpo, o que temos são pulsões parciais e autoeróticas que correspondem à ideia do corpo despedaçado. A unidade do corpo é adquirida, no estágio do espelho, a partir da relação especular, ou seja, a relação com a imagem do outro possibilitador da apreensão do corpo enquanto unidade narcísica.

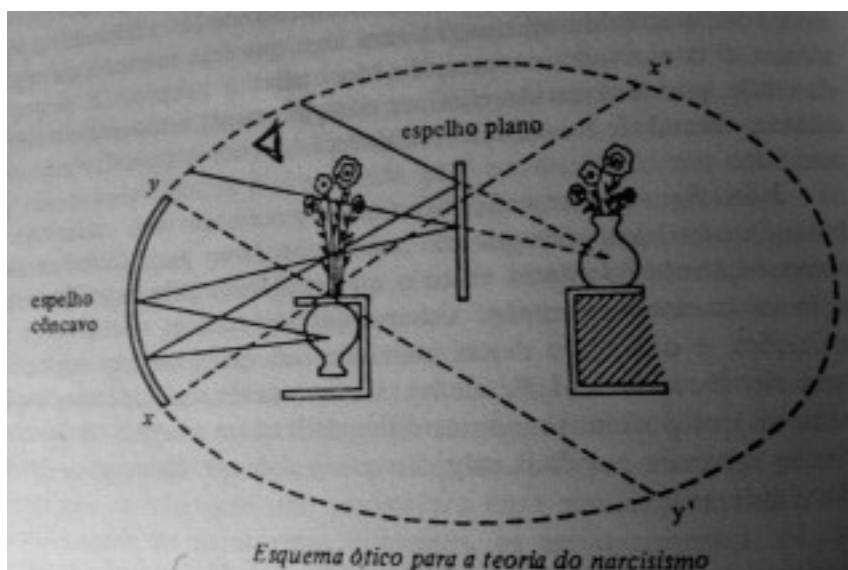


Figura 2- Figura “Esquema ‘óptico para a teoria do narcisismo”, encontrada no seminário, livro 2, “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise” (LACAN, 1954/1985, p.142).

O estágio do espelho, esse momento anterior e fundamental à constituição do sujeito, se caracteriza por essa assunção jubilatória da imagem especular que se precipita na formação do eu. A conclusão deste estágio é inaugurada pela identificação com a *imago* do semelhante, o pequeno outro, o rival, o eu ideal/*i* (*a*) e instaura o que Lacan denominou como “drama do ciúme primordial” (LACAN, 1949/1998, p. 101). Isso porque a imagem especular, o eu ideal, possui uma inércia própria, vinculada à dualidade e à agressividade, devido à nomeação extática na qual o sujeito se encerra em um “Tu és isto”, “em que se revela, para ele a cifra de seu destino mortal” (LACAN, 1949/1998, p. 103).

Entretanto, há uma assimetria entre a imagem virtual e a imagem real que contraria a relação narcísica. A abordagem da relação especular pelo esquema óptico demonstra que o que temos, de um lado do espelho, não

necessariamente está do outro lado e, portanto, já insere uma diferença em relação ao estágio do espelho, que indica que tudo o que se encontra do lado real se encontra, na mesma medida, ainda que invertido, do lado virtual (CASTILHO, 2007). Isso que resta não captável no espelho do Outro aloca a presença real do objeto perdido, que sustenta a estrutura de desencaixe (LYRA, 2008) entre o sujeito e sua imagem.

Esta breve abordagem do estágio do espelho nos permite situar, no trabalho com os adolescentes, o que nos parece ser na psicanálise um ponto ético e político fundamental, a saber, que o estatuto desse “Tu és” que antecipa para o sujeito a sua imagem no campo do Outro não o enquadra completamente. Posto que há sempre um ponto de fuga que podemos designar um um ponto de resistência do sujeito, posto que contrário a qualquer suposta ideia, sempre falaciosa, de completude.

O sujeito do desejo está do lado da falha, da falta e do furo se encontrando, por um lado, alienado ao Outro parental ou ao discurso do Outro que o funda, mas, paradoxalmente, alhures em relação às suas predicções e predições. Essa referência nos parece fundamental, especialmente, neste tempo em que os ideais sociais, políticos e éticos declinaram produzindo, para o adolescente, novos impasses concernentes à assunção de sua posição desejante.

### **2.1.2. O desejo inconsciente no mito edípico e a constituição do sujeito como falta-a-ser**

Para a antropologia, um mito é uma narrativa, uma construção simbólica dotada de autenticidade, transmitida de geração em geração e legitimada dentro de determinado grupo. A função do mito é responder – pelo viés da representação – ao real da natureza, do desamparo, da origem, bordejando, assim, o vazio de respostas do homem sobre a vida, sobre a morte, sobre a sexualidade e, assim, amparando os sujeitos em uma narrativa, em uma ficção.

No contexto do estruturalismo francês, Lévi-Strauss (2012 [1957]) se referiu ao mito como uma linguagem que trabalha em um nível elevado, contemplando uma combinatória de elementos isolados, com propriedades

específicas, que afirmam a inexistência de uma versão verdadeira sobre as variantes colhidas. No capítulo intitulado “A estrutura dos mitos”, ele afirma que o mito se encontra “ao mesmo tempo na linguagem e além dela” (LÉVI-STRAUSS, 2012 [1957], p. 297), pois comporta a presença de eventos passados que compõem uma estrutura permanente, englobando, simultaneamente, o presente e o futuro.

Para Freud, o mito representado nessa peça tem uma validade universal, pois todos os homens foram, em alguma medida, pequenos Édipos, desamparados e confrontados com seus desejos inconscientes, com o incesto e com o parricídio (FREUD, 1913). O drama edípico reedita, individualmente, para cada um, o drama da humanidade, tal como expressado no mito de Totem e Tabu (1913), a partir do cometimento de um ato primordial: o parricídio, esse ato que funda a cultura ao produzir um terceiro transcendente, que ocupa o lugar de exceção no acesso ao gozo interditado aos demais.

Nesse ensaio, inicialmente, Freud apresenta a necessidade de investigação da cultura dos povos selvagens na medida em que eles apresentam “um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento” (FREUD, 1913/1996, p. 21). Ao refletir sobre a cultura dos povos aborígenes australianos, Freud constata certa precariedade de sua organização social, caracterizada pela ausência de liderança e religião e pelo nomadismo. Mas ressalta que se encontram no fundamento da organização social dos povos primitivos o “horror ao incesto” e o lugar do “totem” como aquele que faz a função das instituições religiosas e sociais no sentido em que todos os indivíduos deverão a ele as suas obrigações sociais: “a relação de um australiano com seu totem é a base de todas as suas obrigações sociais: sobrepõe-se à sua filiação tribal e às suas relações consanguíneas” (FREUD, 1913/1996, p. 22).

O último ponto que vamos destacar desse vasto trabalho freudiano é a abordagem dos desejos inconscientes do incesto e do parricídio correlacionados à origem do tabu em sua familiaridade com a instância psíquica do superego: “a punição pela violação de um tabu era, sem dúvida, originalmente deixada a um agente interno automático: o próprio tabu violado se vingava” (FREUD, 1913/1996, p. 38). O tabu é apresentado por Freud como o primeiro “sistema penal humano” (FREUD, 1913/1996, p. 38) e possui a

especificidade de não ter nenhuma explicação acerca de sua origem, sendo, assim, correlacionado às origens do supereu.

Nesse mito, a partir da realização em ato do parricídio, se esclarece, tendo como base o primarismo do gozo encarnado no pai primevo, gozador, o processo de constituição do sujeito no deslocamento efetuado da vida psíquica infantil até a identificação, por meio do canibalismo, com esse Outro elevado à categoria transcendente e, portanto, submetido à castração, posto que morto.

Essa estrutura extraída desse mito é verificada por Freud também no mito edípico e remonta ao lugar do desejo inconsciente e da culpa na história de cada sujeito. A peça Édipo Rei, de Sófocles, conta a história de Édipo, filho de Jocasta e Laio (rei de Tebas). Nessa peça, a predição do oráculo de Delfos dita o destino de Édipo – ele mataria seu pai e desposaria sua mãe. Para impedir que essa predição se realizasse, o recém-nascido foi dado por seus pais a um pastor, que deveria se incumbir da tarefa de matá-lo. Entretanto, o pastor salva a vida de Édipo (*Oidípous* = pés inchados), que será criado por um senhor e sua esposa que não tinha filhos. Na terra de seus pais, na cidade de Corinto, um dia, em uma festa, ele é surpreendido por um homem ébrio que lhe diz que ele é filho adotivo:

Foi numa festa, um homem que bebeu demais embriagou-se e logo, sem qualquer motivo, pôs-se a insultar-me e me lançou o vitupério de ser filho adotivo. Depois revoltei-me; a custo me contive até findar o dia. Bem cedo, na manhã seguinte, procurei meu pai e minha mãe e quis interrogá-los. Ambos mostraram-se sentidos com o ultraje, mas inda assim o insulto sempre me doía; gravara-se profundamente em meu espírito. (SÓFOCLES, 2004, p. 58)

Após esse ocorrido, Édipo procura o oráculo, que nada lhe diz sobre a origem de sua filiação. Ele responde apenas sobre o destino trágico que lhe era delegado, ou seja, a maldição do destino na afirmação de que ele desposaria sua mãe e mataria seu pai. A partir dessa predição, Édipo, ao interpretar que mataria seus pais adotivos, sai em fuga, na tentativa de fugir da predição oracular.

Em seu percurso, seguindo o que Freud denominou como “neurose de destino”, Édipo encontra, contingencialmente, em uma emboscada, Laio, seu pai, em quem desfere um golpe mortal, conhecendo, a partir daí a glória de salvar Tebas da maldição da Esfinge. Essa glória veio seguida de seu segundo crime – desposar Jocasta, sua mãe, como o oráculo havia previsto.



Após tornar-se rei, Édipo descobre os crimes que havia cometido. Como ele poderia suportar olhar para as suas filhas – Antígona e Ismene – que sua mulher, aquela que era também a sua mãe, gerou? Devido ao horror pelo qual é acometido, Édipo fura seus olhos com os broches que Jocasta portava no momento em que se matou.

Assim, com os olhos furados, Édipo não precisaria ver seus pecados em seus próprios filhos. Seu destino é o exílio, no qual deveria seguir em sua vida errante: “Não sou um miserável monstro de impureza? E terei de exilar-me e em minha vida errante não poderei jamais voltar a ver os meus nem pôr de novo os pés no chão de minha pátria” (SÓFOCLES, 2004, p. 59).

A partir do mito de Édipo, Freud apresenta a particularidade da relação do homem com seu desejo inconsciente e com a lei simbólica a qual os indivíduos estão submetidos, ou seja, a lei de interdição do incesto, que institui que o filho não deitará com a sua mãe, assim como afirma que ela não reintegrará o seu produto. Dessa forma, com a instauração da proibição/castração, a relação incestuosa fica delegada ao plano do desejo inconsciente. A lei da castração é o que possibilita para o sujeito a entrada no circuito do desejo, pois o que não se realiza em ato se torna pensamento ou desejo inconsciente.

O processo de regulação pulsional promovido pelo complexo nuclear da neurose, o complexo de Édipo, revela, nesse sentido, a sua importância como fenômeno central do período sexual da primeira infância (FREUD, 1924/1996, p. 193), que, juntamente com o complexo de castração, amarra a questão do sexual na neurose para o sujeito, culturalizando-o. Um ano depois da escrita desse ensaio, em seu texto “Inibição, sintoma e angústia”, Freud afirma que no trabalho analítico o que se apresenta, fundamentalmente, é “a necessidade de desviar as exigências libidinais do complexo edipiano” (FREUD, 1925/1996, p. 115).

Em seu seminário “As formações do inconsciente”, livro 5, Jacques Lacan (1957-1958) esclareceu que o crime edipiano é uma operação metafórica, ou seja, uma operação concernente ao campo da linguagem, que cumpre o objetivo de localizar o sujeito no campo do Outro que lhe preexiste a partir dos “diversos níveis daquilo que se trata no complexo de castração” (LACAN, [1957-1958] /1999, p. 205). A função do pai como agente da metáfora

paterna, supera e faz cair por terra o que Lacan (1938) denominou de ponto de vista ambientalista sobre a carência do pai. Essa crítica anuncia que o Édipo poderia se constituir também nos casos em que o pai não se encontra presente.

Ou seja, o pai não se reduz ao indivíduo do ambiente da criança. O pai é um elo com a cultura, com a linguagem, com o simbólico e, por isso, ele é uma metáfora, isto é, a função paterna é simbólica, é uma função que corta com o plano especular, incestuoso e parricida, confirmando-se como a lei simbólica de proibição do incesto e do parricídio. Dessa forma, é na transposição do complexo edípico para o campo da linguagem que se configura um “Édipo-lei” (MIRANDA, 2010), posto que a lei é o que se articula no nível do significante, ao substituir o significante materno pelo Nome-do-Pai. Em seu escrito “De uma questão preliminar ao tratamento possível da psicose” (1957-1958), Jacques Lacan esclarece que:

Com efeito, como não haveria Freud de reconhecê-la, quando a necessidade de sua reflexão o levava a ligar o aparecimento do significante do Pai, como autor da Lei, à morte, ou até mesmo ao assassinato do Pai? – Assim mostrando que, se o assassinato é o momento fecundo da dívida através do qual o sujeito se liga à vida e à Lei, o Pai simbólico, como aquele que significa essa Lei, é realmente o Pai morto. (LACAN, [1957-1958]/1998e, p. 563).

Ou seja, no campo da fala e da linguagem, tal como demonstrado pelo primeiro ensino lacaniano, a operação significante promove uma perda de gozo para o sujeito. Entretanto, resta a sua parte maldita, ou seja, aquilo que o sujeito tem de mais estranho e também de mais íntimo, que é o resultado da separação do sujeito do lugar de objeto incestuoso, que marca a relação dual entre mãe e filho.

Essa relação, no estádio do espelho, engendra os excessos da paixão e da violência, visto que compõe o reinado do capricho materno no qual a criança está inscrita como um a-sujeito, na medida mesmo em que se encontra, inicialmente, submetida ao capricho do Outro, “mesmo que esse capricho seja um capricho articulado” (LACAN, [1957-1958] /1998, p.195).

Dessa forma, para além do capricho materno e do jogo da tapeação, no qual a criança se encontra aprisionada na relação dual, é o desejo do sujeito que está em jogo, do sujeito como aquele que se articula, visto que se encontra

submetido à lei do desejo do Outro. Isso quer dizer que o sujeito se funda na lei que instaura a sua falta-a-ser, instituindo a metonímia do desejo.

Essa possibilidade do sujeito assumir uma posição nos territórios do desejo e da lei instaura, para Jacques Lacan, tal como apresentado em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”(1960), a seguinte perspectiva: “faz-se necessário que o gozo seja recusado para que ele possa ser alcançado na escala invertida da lei do desejo” (LACAN, 1960/1998b, p. 841). Trata-se, assim, do gozo submetido à lei da castração, ou seja, da produção do gozo fálico que, diferentemente do gozo imaginário, não está alienado ao Outro, mas se encontra vinculado à lei, estando, portanto, a serviço do desejo.

### **2.1.3. O desejo para além do jogo da tapeação**

Conforme trabalhado, para Freud, o pai é considerado como o agente da castração e é a identificação em direção a este que situa o sujeito na via do desejo, na medida em que o desloca de sua atração pelo objeto incestuoso. Ou seja, é o pai que possibilita a direção do desejo deslocado para outra coisa que não o objeto primordial do desejo infantil, a mãe, sendo essa a função simbólica do pai como o agente da castração. Ao se situar como exceção à castração, ele termina por orientar o gozo na direção do gozo fálico. Assim, o mal-estar na civilização freudiano se refere aos efeitos da renúncia ao gozo se e na medida em que está identificado com a lei do desejo do pai (COELHO DOS SANTOS, 2001). Essa relação da lei ao desejo foi nomeada por Jacques Lacan, em seu seminário “As psicoses”, livro 3, como a “virtude da situação simbólica do Édipo” (LACAN, [1955-1956]/2002, p. 104).

A perda de gozo resulta da separação em relação ao objeto incestuoso. A relação dual entre mãe e filho — que, no estádio do espelho, engendra os excessos da paixão e da violência — reduz-se com a entrada do pai no circuito, dando lugar ao surgimento do sujeito barrado pelo significante, que permite alcançar a sublimação das pulsões, sob o regime da lei. Com Lacan, aprendemos que é o desejo da mãe, como desejo de falo, que entrará no jogo

da tapeação a partir da lei do pai, tal como ele se refere em seu seminário, livro 4, “A relação de objeto” (1956-1957):

A criança tenta se moldar, integrar-se naquilo que ela é para o amor da mãe, e, com um pouco de sorte – até mesmo com muito pouca – consegue isso, pois, basta um indício, por mínimo que seja, para sancionar essa relação tão delicada. (LACAN, [1956-1957]/1995, p. 232)

No jogo de tapeação, a criança acaba por se reduzir àquilo que o Outro lhe indica, ficando aprisionada ao seu olhar, entregue ao olho e ao olhar. Por isso, para que esse lugar de presa entregue ao Outro não se produza inteiramente, é preciso que incida a castração, que funda a ordem simbólica, o reino da lei.

A instauração da ordem simbólica produz uma defesa em relação ao gozo, visto que coloca o problema da satisfação do desejo materno em outro lugar. A entrada do pai significa que o jogo está perdido e a criança pode relaxar, pode sair da tapeação, desse jogo de ser tudo o que satisfaz o outro. E também o que não satisfaz.

A evolução dos acontecimentos da vida de uma criança depende, assim, dessa intervenção da ordem simbólica no plano imaginário da tapeação, cuja lei incide sobre a criança no lugar de falo imaginário, de forma que ela não fique exposta ao desamparo de nunca ser o suficiente para satisfazer o Outro, que é a base do sentimento de ser devorada pela mãe.

#### **2.1.4. A articulação do desejo, a estrada principal do Nome-do-Pai e o real**

Em “O seminário sobre a carta roubada” (1998a), a partir do esquema da dialética intersubjetiva chamado “esquema L”, são definidos por Jacques Lacan, na marcação do eixo a-a’, os dois termos da relação narcísica, a saber, o eu e a imagem especular, que colocam em evidência a relação dual do eu, ou seja, do eu indiferente em relação ao outro. No campo dessa miragem narcísica, produzem-se os efeitos de sedução e captura que caracterizam a simetria e a duplicidade do eu pertencentes ao registro do imaginário. Nesse território dual, o sujeito pode formular uma questão sobre a sua existência, ou seja, pode interrogar “o que sou eu nisso? “, desde que esteja inserida a posição do terceiro termo que ordena a subjetividade.

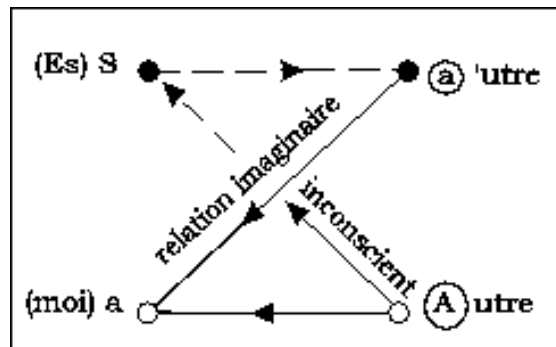


Figura 3 - Figura encontrada em: “O seminário sobre a carta roubada”, *Escritos* (LACAN, 1998a, p. 58).

O terceiro termo corresponde à função de acolchamento do Nome-do-Pai, tal como apresentada por Jacques Lacan em seu seminário “As psicoses” ([1955-1956], 2002). Nesse seminário, a leitura lacaniana do complexo edípico, pela via da metáfora paterna, situa o advento do sujeito a partir de uma integração específica, sem a qual a “relação do significado e do significante parece sempre fluida, sempre pronta a se desfazer” (LACAN,[1955-1956]/2002, p. 296). A função de “acolchamento” do Nome-do-Pai orienta a estrada principal pelo qual o sujeito transita. Ou seja, trata-se do Outro da lei, do Outro do Outro, que aloca o significante do Nome-do-Pai como um ponto de estofo da linguagem:

A estrada principal é assim um exemplo particularmente sensível do que lhes digo quando falo da função do significante e enquanto ele polariza, engancha, agrupa em feixe as significações. Há uma verdadeira antinomia entre função do significante e a indução que ela exerce no agrupamento de significações. O significante é polarizante. É o significante que cria o campo de significações. (LACAN,[1955-1956]/2002, p. 328)

Estabelecida essa base, no ano seguinte, em seu seminário “As formações do inconsciente” ([1957-1958]/1999), Lacan retoma o ternário edípico freudiano, a partir da ideia de virtualidade do falo. O falo entra nos territórios da virtualidade, ou seja, acede ao seu estatuto de um objeto-ausência, quando ocorre a privação do falo imaginário da mãe, a criança, via ação paterna. O falo é, nesse sentido, um “ponto de encruzilhada” (RABINOVICH, 2005, p. 5), de convergência dos registros real, simbólico e imaginário, tendo em vista que, em relação a ele, é um símbolo alhures que localiza, no primeiro tempo do Édipo, a busca incansável da criança em satisfazer o desejo da mãe.

O primeiro tempo do Édipo é também denominado como etapa fálica primitiva, devido ao lugar da criança, identificada com o objeto do desejo materno.

Em um segundo momento, no plano imaginário, o pai intervém como sendo aquele que priva a mãe, submetendo a sua demanda a um tribunal superior — Outro do Outro—, a lei. Esse segundo momento é marcado pela saída da criança do lugar identificado ao falo, visto que ela não é o objeto imaginário que situa o desejo materno.

E, por fim, o terceiro tempo do complexo edípico é caracterizado por um outro tribunal superior, que incide também sobre o pai, exigindo provas de que este tem o falo, mas não é o falo, ou seja, instaurando o assentimento com a castração. Isso significa que o pai também está submetido à lei da castração, à lei que funda a civilização.

Em resumo, temos: um primeiro tempo no qual prevalece o registro imaginário, isto é, do ser ou não ser o falo; um segundo momento da entrada em cena da possibilidade de ser castrado como algo essencial na assunção do falo; e um terceiro e último tempo, o tempo da identificação do sujeito com o atributo fálico, sem o qual o sujeito restaria assujeitado, ou seja, não identificado como aquele que pode ter, mas aprisionado como aquele que encarna o falo (LACAN, [1957-1958]/1999, p. 199). Segundo Lacan:

O menino tem todo o direito de ser homem, e o que lhe possa ser contestado, mais tarde, no momento da puberdade, deverá ser relacionado a alguma coisa que não tenha cumprido completamente a identificação metafórica com a imagem do pai, na medida em que essa identificação se houver constituído através desses três tempos (LACAN, [1957-1958]/1999, p. 201).

Assim, esse fracasso da identificação metafórica é fundamental de ser localizado no tempo da articulação do desejo que a adolescência atualiza. Isso porque o que retorna na adolescência é esse excedente da infância que não foi assimilado na identificação, incidindo na vida do adolescente como um trauma. Nesse sentido, as posições reativa/defensiva ao Outro, apresentada por alguns adolescentes, pela via da provocação, do insulto, do desafio, assim como a errância, abrem a possibilidade do adolescente se reposicionar, na medida mesmo em que ele puder localizar o que diz respeito à sua parte maldita, não assimilada no campo do Outro, real com o qual ele terá que se haver.

No campo desta reflexão, um ponto que nos parece fundamental é a crítica de Zenoni (2007) sobre a vulgarização que a psicanálise lacaniana sofreu ao ser reduzida ao Nome-do-Pai como significante da lei. Zenoni precisa que, no primeiro ensino de Jacques Lacan, a retirada do complexo de Édipo de uma conotação mitológica para seu enquadre na ideia de metáfora paterna possibilitou compreender o que desde sempre esteve assinalado por Freud, a saber, a subordinação do imaginário que caracteriza a ligação erótico-agressiva entre a mãe e sua prole ao simbólico, ao campo da crença, do nome, da operatividade de sua função enquanto pai mítico, pai morto.

Mas, para além da referência freudiana prevista no primeiro tempo do ensino lacaniano, para Zenoni (2007) é preciso se desprender da ideia unilateral da interdição/proibição do pai, visto que esta remeteria a uma mensuração da função paterna nos parâmetros de uma perfeição simbólica que se articula à perspectiva da lei que se opõe ao desejo na qual o pai, como fundamento da ordem, exclui a imperfeição, a impossibilidade do que é “fora da lei”, sem lei. A perspectiva lacaniana, retomada por esse autor, é a de uma mediação entre a lei e o desejo, sustentada pela tese lacaniana anunciada em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960/1998b), segundo a qual “a verdadeira função do Pai [...] é, essencialmente, unir (e não opor) um desejo à Lei” (LACAN, 1960/1998b, p. 839).

A função do pai, a de inserir o limite, é, assim, redimensionada a partir da conciliação entre o desejo e a lei, fazendo, portanto, “a função de limite ao pior” (ZENONI, 2007. p. 19). Essa função inclui o interdito, mas o enlaça ao desejo não na perspectiva da proibição, mas da mediação, como um entrelaçamento que limita, paradoxalmente, o próprio não-limite da lei que visaria, em última instância, reger todos os aspectos do comportamento, produzindo os efeitos de retorno do real em uma tentativa sem sucesso de suprimir os comportamentos desviantes à ordem, desviantes da lei.

Temos, então, dois tempos, duas formas de se pensar a função do pai: o pai é a lei, é o modelo, é o ideal, o único que tem o falo e que priva o filho que com ele se identifica para o ter; e o pai como mediador das relações entre o interdito e o desejo, no exercício da função de suplente, de artifício. Zenoni (2007) situa o deslocamento de uma versão do pai à outra a partir do

Seminário, livro 5, “As transformações do inconsciente” (1957-1958), visto que esse seminário já antecipa o desejo para além do Outro como a sede do código. Trata-se do desejo que inclui coisas novas, não necessariamente codificadas no palco do Outro. No palco do Outro já não há garantias e é isso que pode ofertar possibilidades outras vinculadas à causa do desejo, ou seja, no campo de  $S(\mathbb{A})$ .

### 2.1.5. A constituição do sujeito no grafo do desejo

O grafo do desejo corresponde ao esforço de Jacques Lacan para situar a função simbólica nos domínios da psicanálise a partir de uma leitura do estágio do espelho, do complexo de Édipo e da tríade mãe-filho-falo (KAUFMAN, 1996). A transposição do complexo edípico para o grafo do desejo foi iniciada no seminário, livro 5, “As formações do inconsciente” ([1957-1958]1999). Este grafo foi extensamente trabalhado em seu seminário, livro 6, “O desejo e sua interpretação” (1958-1959/2013) e finalizado em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960/1998b).

Neste grafo, temos, primeiramente, a tese lacaniana que indica a situação a partir da qual o desejo se articula: “a função estruturante do significante em relação ao sujeito, seu valor constitutivo no sujeito como falante” (LACAN, [1957-1958]/1999, p. 526).

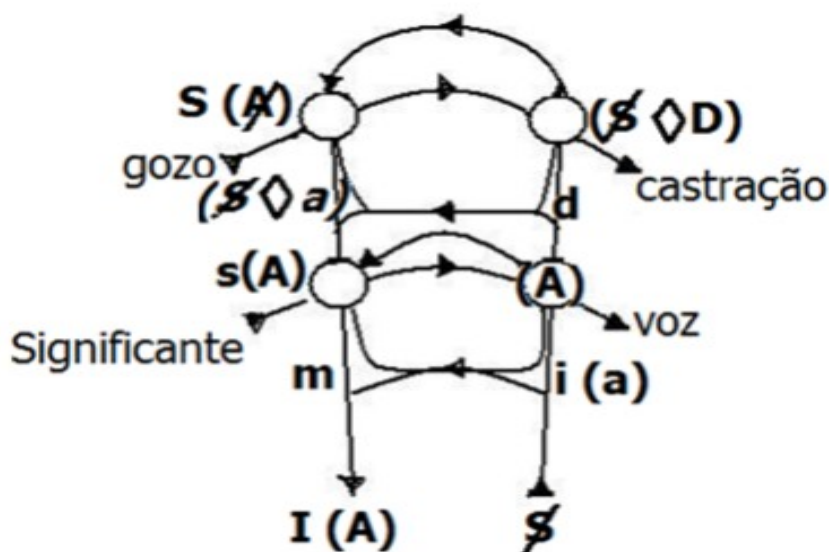


Figura 4 - [Seminário “O desejo e sua interpretação”, 1958/59-2013, p. 338]



Ao demonstrar a estrutura na qual o desejo pode tomar o seu lugar nesse discurso que é o inconsciente, Jacques Lacan situa o sujeito entre os dois tempos do grafo do desejo. Em um primeiro tempo, temos a demanda mais antiga do sujeito que produz a identificação primária, marcada pela onipotência materna, ou seja, pela instauração do lugar do sujeito como dependente do significante, dependente do Outro. A identificação é articulada à mortificação que “o significante impõe a sua vida” (LACAN, 1958/1998d, p. 620), marcando a relação do sujeito e seu desejo fundado no campo do Outro.

Em primeiro lugar, no nível inferior do grafo temos o campo do estádio do espelho, ou seja, a entrada do sujeito no campo do Outro, o tesouro dos significantes, que possibilita uma significação sobre o ser da criança, obtida de forma retroativa e a partir da conformação da imagem e da configuração de seu corpo infantil. O Nome-do-Pai, “esse nó significante” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 526), intervém, produzindo uma significação/identificação e intervindo na relação do sujeito e seus outros nos domínios do imaginário: “o mesmo acontece com a identificação: nenhum dos sistemas de identificação é concebível se não fizermos intervir algo que é estranho à vida animal, e que é a cadeia significante” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 527).

No segundo andar, temos o campo do sujeito que, ao se deparar com a pergunta “Que queres?”, é confrontado com a inconsistência desse Outro e com a abertura do vazio de significação que aí se antecipa da seguinte maneira: eu não sei o que o Outro quer de mim. Face a esse enigma, o sujeito é confrontado em relação ao seu próprio desejo: “O ponto de partida do desejo faz-se no mesmo nível no qual parte a cadeia significante. Todo resto é situado a partir daí” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 528). Paralelamente a este seminário, em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960), Jacques Lacan situa, no segundo nível do grafo, a autonomia do significante em relação ao significado, este em oposição ao campo do signo. Isso compõe o primeiro andar do grafo do desejo:

Esse corte da cadeia significante é o único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real. Se a linguística nos promove o significante, ao ver nele o determinante do significado, a análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso (LACAN, 1960/1998b, p. 815).

Assim, o vetor do inconsciente, a linha do desejo inconsciente, alcança, primeiramente, o campo do Outro no nível da mensagem:  $s(A) \rightarrow A$ . A partir disso, o sujeito, dividido pelo significante, demanda ao Outro uma resposta à sua necessidade, tal como indica o matema da pulsão ( $\$ \diamond D$ ). Ele faz, portanto, um apelo. Para além desse apelo, os campos da demanda e da necessidade, revestidos pelas insígnias do campo do Outro, retornam para o sujeito, produzindo certa indexação do desejo a partir do enquadre da fantasia, que inaugura uma relação de junção e disjunção entre o sujeito barrado e o pequeno  $a$ , objeto imaginário, especular, resto da operação do sujeito dividido pelo significante. Nesse sentido, a fantasia é a interpretação do desejo,  $\$ \diamond a$ , é um recurso utilizado pelo sujeito para lidar com a “opacidade do desejo Outro” (MILLER, 2014, p. 8): “o recurso que o sujeito faz à fantasia quando tem que se haver com a opacidade do desejo do Outro, cuja ilegibilidade tem como efeito o *hilflosigkeit* freudiano, o desamparo do sujeito” (MILLER, 2014, p. 7).

Assim, o desejo não é flutuante, livre, posto que se encontra determinado pela posição do sujeito em relação ao objeto imaginário, numa relação de junção e disjunção, referida por Lacan tanto à fantasia como no contexto da relação que o eu (*moi*) tem com a imagem do outro: “Pois nossa relação com o inconsciente é tecida por nosso imaginário, quero dizer, nossa relação com nosso próprio corpo” (LACAN, 1958-1959/1986, p. 31)<sup>5</sup>. A fantasia que determina o sujeito é homóloga à relação do eu com a imagem do Outro, que fundamenta a tese “o desejo do homem é o desejo do Outro” (LACAN, 1958-1959/1986, p. 38). A fantasia é, nesse sentido, a resposta que o sujeito elabora em relação ao desejo do Outro.

Essa referência possibilita entendermos melhor a expressão lacaniana ‘desejo errático’, no mesmo ano, em seu texto “A significação do falo” (1958/1998c). Nesse escrito, Lacan retoma o recalque originário (*Urverdrängung*) para afirmar o resto pulsional não articulável na demanda, aparecendo “num rebento, que é aquilo que se apresenta no homem com o

---

<sup>5</sup> A tradução acima realizada corresponde à edição publicada pela Escuta Editora, no ano de 1986, « Hamlet por Lacan ». Segue, nesta nota, a versão em francês e atualizada deste seminário, tal como estabelecido, no ano de 2013, por Jacques-Alain Miller : “Ce qui constitue notre rapport à l’inconscient, le signifiant, pour dire le mot, c’est nous qui en fournissons le matériel – c’est cela même que j’enseigne, et que je passe mon temps à vous dire – avec notre imaginaire, je veux dire avec notre rapport à notre propre corps, car l’imaginaire, c’est cela”. (LACAN, 1958-1959/2013, p. 327).

desejo (*Das Begehren*)” (LACAN, 1958/1998, p. 697). Em sua crítica sobre a redução teórica do desejo à necessidade, Lacan apresenta a função significante do falo na economia intra-subjetiva, afirmando seu desígnio em relação à produção de efeitos de significado.

A fenomenologia que se depreende da experiência analítica é de natureza a demonstrar, no desejo, o caráter paradoxal, desviante, errático, excentrado, e até mesmo escandaloso, pelo qual se distingue da necessidade. (LACAN, 1958/1998c, p. 697)

Assim, o que o sujeito demanda ao Outro retorna a ele como uma mensagem revestida pelo véu do significante do campo do Outro, na qual ele se aliena, embora não totalmente, pois o desejo não se encerra na necessidade, demonstrando-se errático em relação ao objeto que satisfaz a pulsão e para além do objeto imaginário do desejo.

Esse breve percurso sobre a articulação do desejo na constituição subjetiva nos parece atualizar dois tempos fundamentais da adolescência. Em primeiro lugar, o tempo do enunciado, o tempo da inércia da imagem e do desejo do Outro que funda o sujeito e que também o aliena. E, em segundo lugar, o tempo da enunciação, da construção da fantasia, das respostas ao enigma do desejo do Outro que também está submetido à castração, não detendo, portanto, a resposta última sobre o sujeito, que é, contrariamente, corte, intervalo, hiância, suspensão em relação à verdade do Outro que o funda, no qual se encontra alienado e do qual precisará se separar para aceder ao território do desejo.

Passemos, na segunda parte deste capítulo, à apresentação de algumas outras nuances da articulação do desejo, tal como extraída por Jacques Lacan<sup>6</sup> da peça *Hamlet*, de Shakespeare. Nessa peça, inicialmente é demonstrada a estrutura do imaginário, do jogo de tapeação entre o sujeito e o Outro, que Hamlet atualiza a partir de seus duplos e dos duelos que enfrenta consigo mesmo. E é a perda do objeto Ofélia, ou seja, a dimensão ética do objeto perdido o que, nessa peça, situa a possibilidade do sujeito advir como dividido e desejante.

---

<sup>6</sup> Trabalhamos com duas referências de leitura intercaladas: o seminário VI estabelecido em 2013, em francês, e a tradução do ano de 1986, intitulada *Hamlet por Lacan*, publicada pela editora Escuta/Liubliú, Unicamp. A versão em francês constará nas passagens que apresentam diferença de tradução entre uma e outra versão, nas notas de rodapé.

## 2.2. A articulação do desejo em *Hamlet*, de Shakespeare: na travessia dos territórios especulares

Segundo Jacques Lacan, na peça *Hamlet* o que se demonstra é que “não há momento em que, de maneira mais completa, a fórmula o desejo do homem é o desejo do Outro esteja mais sensível, mais realizada, anulando completamente o sujeito” (LACAN, 1958-1959/1986, p. 55). Esse trecho situa a singularidade da posição de *Hamlet* em relação a seu desejo, que se encontra, apresenta Jacques Lacan, suspenso à hora do Outro, à hora de sua mãe, cujo desejo, por sua vez, se encontra alhures.

A radicalidade dessa peça é que seu pai, o Rei da Dinamarca, *Hamlet-pai*, foi assassinado por seu irmão, tendo como cúmplice a sua mulher, Gertrudes. Essa estrutura patricida e parricida é, portanto, também incestuosa e rompe com toda uma ordem simbólica estruturada pelo Nome-do-Pai, substituindo-a pela regência de um “rei de Farrapos”, encarnado por Claudius. Essa estrutura tem correspondência com a particularidade da errância na adolescência, a saber, a referência à anulação do sujeito aprisionado no desejo do Outro que lhe delega, com seu anonimato, o lugar de objeto-dejeto. A questão de fundo que sustenta essa ideia é também a carência de alguns jovens do abrigo do Nome-do-Pai (RAMIREZ, 2016).

Lembremos que *Hamlet* é uma peça teatral composta por cinco atos. No primeiro ato, o espectro do pai de Hamlet, assassinado e traído, este que incorpora a voz do supereu, cobra caro a sua dívida a Hamlet: “e após ouvir, debes vingar-me” (SHAKESPEARE, 2015, p. 73). Assim se inicia a saga hamletiana que se passa na corte, entre reis, rainhas e interesses políticos. *Hamlet*, filho do finado rei, está às voltas com a vingança que deverá cumprir. Seu pai foi assassinado por Claudius, seu tio e amante de Gertrudes, sua mãe, a rainha da Dinamarca. Nesse contexto, cabe a Hamlet seguir os ditos do espectro de seu pai, esse fantasma cuja voz será comparada por Lacan ao supereu.

Tanto em *Hamlet* quanto em *Édipo*, essas duas tragédias do desejo, o sujeito é impelido a um ato criminoso. Qual a diferença entre o ato criminoso de Édipo e o de Hamlet? O ato edipiano é criador, fundado na revolta contra o pai. Édipo, antes da queda, advém herói. Já *Hamlet* vive, nas palavras de Lacan, a

dimensão do “insuportável ser” (LACAN, 1958-1959/1986, p. 10), pois o problema de Hamlet, face ao pecado não pago do Outro, “é de encontrar o lugar tomado pelo que lhe disse seu pai” (LACAN, 1958-1959/1986, p. 10). Sua missão é árdua, ele não pode deixar que o leito real da Dinamarca seja a “guarida do incesto e da luxúria” (SHAKESPEARE, 2015, p. 252).

Essa peça foi trabalhada por Jacques Lacan no seminário, livro 6, “O desejo e sua interpretação” ([1958-1959] /2013). Ao se referir a esse seminário, Jacques-Alain Miller (2014) afirma que devemos nos deixar ensinar sobre a experiência do desejo que essa peça articula, atualizando-a em nosso tempo. Sigamos, assim, essa direção, lembrando, inicialmente, que o interesse de Jacques Lacan não é pelo inconsciente do poeta e artista Shakespeare, mas está dirigido para uma reflexão sobre como se encontra encenada a articulação do desejo na obra hamletiana, nos planos distintos da subjetividade humana que são, ali, sobrepostos a partir da arte, esse saber que se apresenta, desde Freud, como aquele que se antecipa a Psicanálise.

### **2.3. “Ao se manter como falo do Outro Hamlet apresenta a estrutura da recusa da castração”**

Jacques Lacan afirma que, ao se manter como falo do Outro, Hamlet apresenta a estrutura da recusa da castração — que é um posicionamento infantil, primário e que compõe os territórios da relação pré-edipiana (FREUD, 1924/1996) — e resta, assim, em um estado de “suspensão à hora do Outro” (LACAN, [1958-1959]/1986): “o sujeito, como ensina a doutrina depois de sempre, quer manter o falo da mãe. O sujeito recusa a castração do Outro” (LACAN, [1958-1959]/2013, p. 280)<sup>7</sup>.

Recusar a castração do Outro e se manter o falo da mãe é situar-se no território, nomeado por Jacques Lacan, em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, de “pisoteio do capricho do Outro” (LACAN, 1960/1998b, p. 828), que apresenta o fantasma da onipotência do Outro e seu necessário refreamento pela Lei. Isso porque, quando a lei não refreia a onipotência do Outro, a alienação do sujeito preso nas armadilhas de

---

<sup>7</sup> “Le sujet, comme l'enseigne la doctrine depuis toujours, veut maintenir le phallus de la mère. Le sujet refuse la castration de l'Autre” (LACAN, 1958-1959/2013, p. 280)

corresponder ao objeto imaginário de seu desejo, ou seja, como [i (a)], produz uma imagem fixa, na qual “o eu, a partir daí, é função de domínio, jogo de impotência, rivalidade constituída” (LACAN, 1960/1998b, p. 828). Nos territórios do eu, o que se abre para Hamlet é a rivalidade especular, na qual ele erra, de cena em cena, sem entrar nos domínios do teatro de seu desejo que implica em consentir com a castração do Outro, o qual permite ao sujeito se inserir para além dos domínios maternos, além do Outro. Passemos, no tópico seguinte, a abordar mais detidamente os territórios especulares do eu.

### **2.3.1. Hamlet e a estruturação do mundo humano a partir do narcisismo e do estágio do espelho: “a sombra errante de seu próprio eu”**

O sentimento de ser do jovem Hamlet, príncipe da Dinamarca, não se refere ao impuro, como em Édipo, mas beira o vazio de sentido quando ele afirma “minha vida não vale mais que um alfinete” (SHAKESPEARE, 2015, p. 152). Para entendermos essa especificidade da vivência hamletiana, retomemos a questão do narcisismo no ensino lacaniano tal como apresentada no seminário “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise” ([1954-1955]/1985). Jacques Lacan, ao tomar como ponto de partida a interpretação dos sonhos (FREUD, 1900/1996) e, fundamentalmente, a análise do sonho freudiano da Injeção de Irma, se envereda no progresso do pensamento de Freud a fim de compreender os fundamentos do ser humano tal como se descobre na experiência analítica, com o objetivo de “explicar o último estado do pensamento de Freud, que se expressa no Além do princípio de prazer” (LACAN, 1954-1955/1985 p. 172).

Jacques Lacan percorre a passagem do esquema do aparelho psíquico (FREUD, 1895) à teoria freudiana do narcisismo (FREUD, 1914) para reafirmar o lugar de descentramento do sujeito em relação ao eu/ego, definido por Freud como um precipitado de identificações aos objetos abandonados (FREUD, 1923/1996). Lacan atualiza Freud, estabelecendo uma relação entre a identificação e a imagem, já referida anteriormente, e expressa da seguinte maneira: “se me permitem pô-lo em imagens, o eu é como a superposição dos

diferentes mantos tomados emprestado àquilo que chamei de briquebraque de sua loja de acessórios” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 198).

Ao retomar a noção de regressão do ego, Lacan afirma o contraste entre a ideia de um progresso normativo do eu, fundado na noção de etapas típicas do ego, e a ideia de “decomposição espectral da função do eu” (LACAN, p. 1954 [1955], p. 210), que tem seu fundamento nos limites do poder de mediação simbólica face à revelação do real sem mediação que o sonho da injeção de Irma desvela para Freud.

No campo do ego, a tensão original entre a imagem do eu/corpo e o Outro marca a presença de uma relação dupla do sujeito consigo mesmo, tal como expresso na referência à ideia de “sombra errante de seu próprio eu” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 211). Com essa expressão, Jacques Lacan retoma a relação do sujeito com a sua imagem especular, enfatizando a dimensão do inominável. A sombra errante é a fragmentação do sujeito e se refere à dimensão metonímica do objeto e, tal como a imagem especular, serve como uma primeira mediação entre o homem e o mundo, sendo caracterizada pela evanescência, pela duplicidade, pela inércia e pelo erro.

Nesse território de sombras e espelhos, a nominação estrutura a percepção: “o nome é o tempo do objeto” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 215). Neste momento de seu ensino, essa nominação é definida como a “surgição do simbólico em relação ao imaginário” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 217), a partir do poder de nomear os objetos. Na estruturação do mundo humano, o lugar do objeto perdido na economia psíquica do sujeito possibilita que ele, o homem, se perceba a si mesmo como desejante. Mas, quando essa referência ao objeto perdido não se encontra presente, “é o mundo que, para ele, se decompõe, perde seu sentido, e se apresenta sob um aspecto alienado e discordante” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 211).

A expressão lacaniana “sombra errante de seu próprio eu” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 211) tem familiaridade estrutural com a ideia da pluralidade imaginária do sujeito policéfalo. O sujeito policéfalo caracteriza-se pelo espalhamento/espelhamento das diferentes identificações do eu em contraponto ao sujeito do inconsciente que, em seu descentramento, apresenta íntimas relações com o acéfalo:

Se há uma imagem que nos poderia representar a noção freudiana do inconsciente é justamente esta de um sujeito acéfalo, de um sujeito que não tem mais ego, que é extremo em relação ao ego, descentrado em relação ao ego, que não é do ego. (LACAN, 1954-1955/1985, p. 213)

Ao avançar neste tema, Lacan afirma que podemos ler a expressão “sombra errante de seu próprio eu” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 211) a partir de um outro ângulo, o da relação imaginária que sustenta o impasse você ou eu, face à qual o elemento simbólico intervém, afirmando a discordância fundamental entre o sujeito e o objeto. Mas estaria Hamlet preso nas sombras errantes das imagens de seu próprio eu?

Entre sombras e duplos, em seu ensaio sobre “O inquietante/o estranho” (1919), Freud se dedica ao exame de *Das Unheimliche*, extraído dos domínios da estética, definida como a teoria das qualidades do sentir. Freud assume três vias de investigação. Inicialmente, ele retoma os tratados de estética para daí se distanciar, pois, aí, ele nada encontra.

Em segundo lugar, ele aborda a literatura médico-psicológica da época, especificamente o trabalho de E. Jentsch, extraído de sua leitura a tese da singularidade desse sentimento de estranheza de pessoa para pessoa.

A terceira via foi a exploração do significado depositado na palavra “*Unheimlich*”, guiada pela seguinte pergunta: como o familiar pode se tornar estranho/inquietante? Essa questão surge em decorrência de uma tese inicial, assumida por Freud: “o inquietante é aquele tipo de coisa assustadora que remonta ao que é há muito conhecido, ao bastante familiar” (FREUD, 1919/2010, p. 331). Essa tese é assumida no momento em que ele presta esclarecimentos sobre a reunião de casos individuais, fonte principal de sua investigação.

Freud destrincha os extratos cedidos pelo dr. Theodor Reik sobre a tradução do termo *unheimlich*. Ele inicia sua pesquisa pelo latim, passando pelo grego, pelo espanhol e pelo francês, para extrair a seguinte ambiguidade: a palavra *unheimlich* exhibe, para além de suas variadas nuances, uma na qual ela faz coincidir o seu oposto, *heimlich* é assim idêntico a *unheimlich*: familiar, não-familiar. Somada à nuance da ambiguidade desse termo, Freud expressa algo novo, que se atualiza em sua reflexão, o retorno do recaiado, a saber, o significado de *unheimlich* como “tudo o que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu” (FREUD, 1919/2010, p. 338).



Na segunda parte desse ensaio, Freud escolhe como exemplo daquilo que desperta em nós a sensação de estranheza a leitura dos contos fantásticos de E.T.A. Hoffmann, considerado por ele como o mestre do inquietante/estranho na narrativa. Elege “O homem de areia”, em Contos Noturnos, no terceiro volume da edição Grisebach (Freud, 1919/1996).

A partir da literatura, Freud amplia, ao mesmo tempo em que sintetiza os temas centrais que o fenômeno do estranho ou do inquietante aglutina nessa obra. Assim, primeiramente, Freud localiza a relação entre o estranho e a castração; em um segundo momento, ele acentua a referência à aparição de algo que se agita no sujeito; em terceiro lugar, ele articula a angústia infantil da ameaça de castração retomando a função do pai; e, finalmente, ele apresenta, entre as fontes infantis, a relação entre o estranho e o duplo/duplicação somada a duas outras gradações e desenvolvimentos do Eu: a divisão e a permutação do Eu.

Em relação à primeira referência, o duplo, Freud inclui, a partir da leitura de Otto Rank, a sua vertente ambígua, que aponta sua semelhança com o supereu: o duplo se desloca, após a fase do narcisismo primário, que domina a vida da criança, do lugar “de garantia de sobrevivência” ao do “inquietante mensageiro da morte” (FREUD, 1919/2010, p. 352):

A ideia do duplo não desaparece necessariamente com esse narcisismo inicial, pois pode adquirir novo teor dos estágios de desenvolvimento posteriores da libido. No eu forma-se lentamente uma instância especial, que pode se contrapor ao resto do Eu, que serve à autoobservação e à autocrítica, que faz o trabalho da censura psíquica e torna-se familiar à nossa consciência [*Bewusstsein*] como consciência [*Gewissen*]. No caso patológico do delírio de estar sendo observado, ela torna-se isolada, dissociada do Eu, discernível para o médico. O fato de que exista uma instância assim, que pode tratar o restante do Eu como objeto, isto é, de que o ser humano seja capaz de auto-observação torna-se possível dotar de um novo teor a velha concepção do duplo e atribuir-lhes coisas novas, principalmente aquilo que a autocrítica vê como pertencente ao superado narcisismo dos primórdios (FREUD, 1919/2010, p. 354).

Na sequência de sua análise, Freud enfatiza a repetição articulando-a à uma fatalidade na vida do sujeito e à presença de algo inelutável, do qual ele não pode se ausentar, do qual ele não pode escapar, pois retorna a ele a todo o tempo. A compulsão a repetir, que funciona às expensas do princípio do prazer, essa que chamaremos de ‘pulsão reincidente’, se aloca à revelia do sujeito: o inquietante/estranho.

Nos últimos parágrafos, Freud finaliza a construção da sua teoria do estranho/inquietante, inserindo o encontro com o sexual, o encontro de um homem com o sexo feminino. Trata-se, para além de qualquer questão anatômica, do inominável. Dessa forma, na teoria freudiana do estranho/inquietante, temos apresentado: (a) o duplo e suas relações com o supereu; (b) compulsão a repetir; (c) o retorno do recalcado; (d) encontro com o sexual, o enigma que o órgão feminino implica.

Esses elementos, como vimos, estão todos dispostos na peça shakespeariana. Hamlet circula entre sombras. A sua repetição se apresenta nos constantes duelos com seu duplo, no nível que Lacan denominou *i* (a), dessa “sombra inconsciente e pútrida” que ele encontra em seu rival. Esse encontro demonstra também que o rasgamento essencial do sujeito, que o possibilita passar “para além desta vidraça onde se vê, amalgamada, sua própria imagem” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 223), não se produziu em um primeiro momento para Hamlet, tal como se verifica na relação sombria que ele sustenta com o desejo do Outro.

A dimensão do desejo irá se articular à entrada na cena hamletiana da função do objeto perdido que o encontro com o feminino, com Ofélia, precipita. Nesse momento, o nome que ele constrói, “Hamlet, o dinamarquês”, faz a função de símbolo. Mas sua saga sombria continua demonstrando os efeitos da recusa da castração que instituem o lugar do sujeito como falo imaginário do Outro. Esse lugar é o tempo todo contrastado com a necessária função do objeto perdido, tal como presentificado por Ofélia, que indica que a articulação do desejo para o sujeito se dá apenas ao preço da morte e do luto de seu lugar como falo imaginário do Outro. Algo resta insondável para Hamlet, demonstrando que o estranho é também isso que não se deixa encaixar, não se apreendendo, portanto, no campo das nomações ou da imagem.

Em relação ao estranho, *unheimlich*, Zizek (1993), na retomada do esquema L de Jacques Lacan, já mencionado, problematiza, no eixo *a – a'*, o apóstrofo que distingue a imagem dupla (*a'*) do eu (*moi*)-mesmo (*a*). O citado autor localiza que esse detalhe anuncia o que Jacques Lacan, em seu ensino posterior, especialmente a partir do seminário sobre a “Angústia”, livro 10, viria a esclarecer, a saber, o deslocamento do objeto imaginário do desejo para o objeto real, não especularizável, causa do desejo. Veremos, neste capítulo e

na última parte desta pesquisa, que esse deslocamento do estatuto do objeto inclui, especialmente para o sujeito adolescente, uma travessia e um deslocamento do espelho do Outro onde o ele se inscreve, alienando-se.

### **2.3.2. O ato de Hamlet e a nomeação**

Em relação à articulação do desejo inconsciente que *Hamlet* encena, a ênfase de Jacques Lacan não incide sobre a verdade oracular que anuncia os crimes que representam os desejos recalcados, inconscientes, indestrutíveis e puníveis que serão cometidos por Édipo. Édipo se funda na seguinte articulação significativa: “Ele não sabia”. Nessa articulação, o pai encarna o inconsciente do sujeito, do sujeito inconsciente de seu voto edipiano, ou seja, seu voto parricida e incestuoso.

Na dramaturgia hamletiana, a voz do pai não é mais oracular e esta nos parece ser uma referência que esclarece a prevalência da dimensão especular em *Hamlet*: “ele sabia”. Hamlet deve vingar a morte de seu pai, mas, ao invés de agir, ele resta imerso na violência especular, tal como demonstram os seus duplos e duelos. Em relação ao seu verdadeiro ato, o que temos é a postergação do mesmo até a sua morte, demonstrando a tragédia do desejo de Hamlet que, segundo Jacques Lacan, se encontra impossibilitado de desejar.

O que Lacan esclarece sobre o ato de Hamlet?

O ato de Hamlet responde à questão sobre seu ser: Ser? Não ser? “Ser ou não ser? ”. Hamlet está às voltas com um problema: o pecado não pago do Outro (a luxúria da mãe e o fratricídio). Ou seja, as leis simbólicas não foram respeitadas e Hamlet se encontra prisioneiro na dimensão do imaginário, na medida em que o Outro se mostra não submetido à lei simbólica, isto é, a castração está recusada.

Temos sobre o ato de Hamlet duas considerações nodais. Logo de saída, Lacan aponta que não é claro o porquê de suas hesitações. Lembramos que Hamlet-pai era um pai amado e idealizado. E esse seria um motivo mais do que suficiente para que Hamlet seguisse a voz do espectro de seu pai que lhe ordenou a vingança de morte contra Claudius.

Hamlet pode agir, mas não consegue se vingar do homem que matou seu pai e que ocupou seu lugar junto à sua mãe. O ato de Hamlet é, assim,

adiado. Esse impasse corresponde, de um lado, à materialização de uma ordem do supereu e, de outro, à fixação edípica em sua mãe, apresentando o problema do homem com o seu desejo.

A procrastinação de Hamlet se refere à impossibilidade de ele se posicionar como desejante. A partir dessa leitura, Lacan inicia a sua crítica ao esquema dialético, deslocando a questão do desejo para além do desejo por sua mãe e inserindo uma outra perspectiva: trata-se do desejo de sua mãe, que introduz, na estrutura do inconsciente, a questão da ignorância situada: “uma ignorância situada não é algo puramente negativo. Uma ignorância situada não é nada mais que a presentificação do inconsciente. Eis o que dá a Hamlet o seu alcance e a sua força” (LACAN, 1958/59 [1986], p.31).

Uma segunda referência sobre o ato é: seu ato é também contra si mesmo. Os seus duelos são imaginários e correspondem ao aprisionamento no qual ele se encontra como falo imaginário do Outro, em relação ao desejo de sua mãe que é, ao mesmo tempo, um desejo que se encontra alhures.

Nesse enquadre, Hamlet se desloca errantemente entre sombras, duplos, fascinações, duelos e morte, demonstrando que sua economia pulsional é regida pela potência do campo especular no qual o eu se configura a partir de suas sombras, réplicas e espectros, até alcançar, a partir do luto de seu lugar de falo da mãe, um certo deslocamento desse território sombrio que aqui intitulamos como “o território da errância especular”.

Para se deslocar desse território sombrio, Hamlet precisa assumir a hora do encontro consigo mesmo. Na parte intitulada “não há Outro do Outro”, que retomaremos ao final deste capítulo, Lacan esclarece que o sujeito só advém quando a pergunta “O que você quer”? (LACAN, 1958/59 [1986], p. 43) se apresenta, para além da demanda alienada no sistema do discurso. O que o sujeito tem para encontrar além do lugar da verdade dada pelo Outro? Nos responde Lacan, “alguma coisa que se nomeia” (LACAN, 1958/59 [1986], p. 43).

### **2.3.3. A retificação do desejo ao preço do luto e da morte ou a extração do objeto a**

Para se deslocar do território das imagens, no qual eu e outro se confundem, é preciso que o objeto possa ser alocado como objeto perdido na dinâmica do sujeito: “O sujeito não o é mais, ele o rejeita de todo o seu ser, ele só poderá reencontrá-lo no momento em que ele mesmo o sacrificará (LACAN, 1958-1959, p. 63). A partir do ensaio “Luto e Melancolia” (FREUD, 1917/1996), Lacan esclarece que “é pela via do luto que Hamlet se reencontra como um homem” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 38) e, ainda, “esse luto, ele o assume numa relação homóloga à relação narcísica do eu e da imagem do outro [...]” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 39).

Essas duas colocações nos levam a compreender que o luto do qual se trata em *Hamlet* se refere ao que faz limite aos domínios do aprisionamento espectral, egóico e imaginário do sujeito, que é limitado pela dimensão do objeto *a*, o que não se vê no espelho: “o objeto *a* é este objeto que sustenta a relação do sujeito ao que ele não é” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 85).

Essa particularidade do objeto *a* não especularizável foi trabalhada por Miller (2014) no texto dedicado a esse seminário lacaniano e intitulado “Apresentação do *Seminário 6*: o desejo e sua interpretação, de Jacques Lacan”, a partir da referência à noção de “ponto pânico do sujeito” (MILLER, 2014, p. 8).

Em sua abordagem, Miller elucida que, ao recorrer à fantasia, o sujeito encontra no objeto do desejo o que seria a verdade sobre o seu ser, entretanto, nessa primeira abordagem da fantasia, o objeto do desejo é um objeto imaginário que não se equivale ao objeto como causa do desejo. A partir da particularidade da fantasia apresentada nesse seminário, ou seja, como defesa do eu fundada na junção/disjunção do sujeito dividido em relação ao objeto imaginário, Miller recorta do texto lacaniano a expressão ‘ponto pânico do sujeito’ para dizer do apagamento que se produz quando o sujeito é confrontado com a “ausência de seu nome de sujeito” e com a opacidade do Outro, defendendo-se com a sua fantasia e com o seu eu:

Não se deve entender, por esse apagamento, que o sujeito está identificado, mas, sim, como que apagado: é o ponto em que ele não pode dizer mais nada de si mesmo, em que é reduzido ao silêncio. É, então, que ele se apega ao objeto do desejo. (MILLER, 2014, p. 8)

Esse modo de defesa, esclarece Miller, se utiliza dos recursos do estágio do espelho incluindo, aí, posturas que vão do triunfo à submissão. Esse espaço entre o triunfo e a submissão nos parece situar os impasses da relação de Hamlet com o desejo, potencializados na presença do gozo enigmático d'A mulher com o qual Hamlet se embaraça, Ofélia, esse objeto sublime e, ao mesmo tempo, decaído.

Conforme mencionado, o encontro com Ofélia, personagem considerada por Jacques Lacan como aquela que fornece o barômetro da posição de Hamlet em relação a seu desejo, e com quem ele mantém, através das palavras, uma relação erótica, ou seja, o encontro com o desejo, produz para *Hamlet* a ruptura de sua imagem aprisionada no campo materno e afirma o x da tragédia do desejo que marca sua juventude: a impossibilidade de se orientar pelo falo. O falo é um “ponto de encruzilhada” (RABINOVICH, 2005, p. 9), é um ponto de convergência dos registros real, simbólico e imaginário, é um símbolo alhures que localiza, no primeiro tempo do Édipo, a busca incansável da criança em satisfazer o desejo da mãe.

Podemos entender que Ofélia é a libra de carne, o pedaço real que cabe a Hamlet perder para entrar nos territórios dos símbolos. Ela é a expressão da perda do objeto na economia do desejo que constitui o corpo como borda, pois se o objeto está acoplado à pulsão, não estamos no registro da borda, mas do todo.

O último momento na saga de nosso herói moderno foi nomeado por Lacan como o tempo da reintegração do objeto *a*. Essa reintegração é conquistada ao preço do luto e da morte, ou seja, ao preço da privação de Hamlet, induzida pelo significante que o marca, o divide, o aliena e o situa para além da miragem do Outro. Trata-se, nesse tempo, do encontro do sujeito com a hora de sua perda, aí onde o objeto é situado para além de sua inscrição como objeto do desejo: “alguma coisa se torna objeto no desejo quando toma o lugar do que do sujeito fica, por sua natureza, mascarado, esse sacrifício de si mesmo, esta libra de carne comprometida na sua relação ao significante” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 69).

Ao criticar a ideia de objeto do desejo, Lacan se diverte com as proliferações de objetos resplandecentes na hora do duelo. Todos os objetos de classe estão ali, entre eles cavalos, punhais, penduricalhos – os *vanitas* – os objetos *a*. Mas é Hamlet quem está na cena como objeto. Ele oferece seu corpo e sua vida àquele que deveria aniquilar, ou seja, ele segue à risca a prescrição fantasmática, “ele se aluga a um outro, além do mais por nada, da forma mais gratuita, e para este outro que é justamente seu inimigo, aquele que deve abater” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 71).

Essa interpretação lacaniana do ato de *Hamlet* contra si mesmo marca a sua impossibilidade de sair do território do ser, no qual ele é absorvido pela imagem do outro, especularmente. Nesse campo da miragem, Lacan situa a contradição do ideal do eu na medida em que ele é também aquele que Hamlet, ele mesmo, precisou matar. O ideal do eu era também o ideal do rei, o ideal de seu pai.

Então, eis a questão: foi por meio desse rival que ele pôde aceder a algo de sua posição viril, aos moldes do “semelhante remodelado que vai lhe permitir por um instante, sustentar o desafio humano de ser ele também um homem” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 72). Mas, para isso, é preciso, conforme explicam Justo e Costa, que se dê “um processo de subjetivação primária, a extração, saída do objeto do gozo do Outro para ascender como sujeito na relação com o que Lacan nomeou de “objeto *a*”, objeto metonímico causa-de-desejo” (JUSTO; COSTA, 2014/2015, p. 47).

Na ocasião da morte de Ofélia, que encarna o objeto-perdido que estrutura a economia do desejo, a nomeação “Hamlet, o dinamarquês” é a resposta ao luto do lugar de falo materno que abre as portas para a articulação do desejo além do objeto imaginário. Sobre essa especificidade do luto de Hamlet, encontramos no trabalho de Corrêa e Poli a mesma perspectiva. Segundo as autoras, Hamlet realiza uma retificação de seu desejo, saindo, assim, da sombra do desejo materno a partir do luto de Ofélia, “pois isto pressupõe a construção de tal objeto como causa do desejo, o que não ocorrera até então. Ofélia, enquanto seu objeto que sinaliza o falo, instaura em Hamlet a falta simbólica que, assim, mostra seu desejo” (CORRÊA; POLI, 2013, p. 338).

A retificação de seu desejo é possível se e na medida em que Hamlet se implica em fazer o luto do falo que ele foi para o Outro. Quando isso não se passa, é a textura imaginária que invade a cena, tal como demonstra Hamlet, que, analisa Jacques Lacan, se faz de louco ao aderir ao imaginário, dissimulando as suas intenções, que são as intenções do fantasma de seu pai e sua voz. Esse fantasma que porta, lembra Lacan com ironia, o mesmo nome de Hamlet, Hamlet-pai.

Finalmente, o que está em questão nesta obra é que, para além do fantasma de seu pai, o sujeito encontra no Outro um vazio articulado — “Não há Outro do Outro” — que insere o real, na estrutura do sujeito, como a palavra final desse seminário. O sentido do símbolo  $S(\mathbb{A})$  é que, em face à interrogação “Que queres?”, à qual o sujeito responde com a sua fantasia, o que devemos levar em consideração é, conforme enfatizamos anteriormente, a diferença entre o discurso para o Outro e o discurso do Outro.

O valor central de *Hamlet* é, assim, conforme orienta Miller (2014), o acesso ao nível do  $S(\mathbb{A})$  que porta o segredo da psicanálise: “Não há Outro do Outro” (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 353). E que só pode se manifestar quando o sujeito insere a questão: quem fala? (LACAN, [1958-1959]/1986, p. 352). A essa pergunta, o que se encontra no campo do Outro não responde totalmente pelo que se é. E é nesse sentido que o desejo se articula à falta.

No próximo capítulo, ampliaremos nossa reflexão sobre o gozo imaginário e a potencialização da dimensão da especularidade na adolescência a partir da tese do declínio da autoridade paterna e de sua relação com o supereu. Colocamos em questão, a partir da leitura freudiana do conflito entre a pulsão e a civilização, os efeitos, na adolescência de seu tempo, especialmente aquela que se viu desiludida pela guerra, da impossibilidade dos jovens se servirem dos semblantes da tradição na travessia em direção à vida adulta.

Embora na modernidade ainda tivéssemos fortemente demarcados a crença no Outro e o apoio na ordem simbólica fundada na tradição, para os jovens destituídos pela guerra, tal como para os adolescentes infratores e errantes com os quais trabalhamos, a questão da falta de referência de pertencimento no campo do Outro social e de projetos de vida nos permitiu



iniciar uma reflexão sobre os efeitos subjetivos do anonimato, que serão desenvolvidos no capítulo final desta tese.

Após esse percurso, propusemos uma reflexão sobre algumas especificidades de nossa contemporaneidade, localizando, da modernidade ao nosso tempo, as alterações do Outro social e a instauração progressiva do processo de outrificação deste Outro. Ambas remetem, em última instância, à “paixão da inscrição do reflexo” (LAURENT, 2016, p. 15-16), que marca, atualmente, as subjetividades juvenis.

### **III. Sobre a modernidade freudiana e a contemporaneidade: a adolescência e seus impasses**

*A adolescência transtorna o eu, os ideais e o mundo da infância. As transformações da puberdade, inicialmente no que elas modificam o estatuto do outro, a desqualificação dos pais em constituir o modelo do adulto, a decepção frente à promessa edípica que se revela enganadora e por isso mesmo, face a todos os discursos antigos, a saída do lar familiar em direção ao laço social exige uma nova construção identificatória.*

Jean-Jacques Rassial, em « A passagem adolescente. Da família ao laço social », 1997, p. 102.

A contemporaneidade é caracterizada pela fragilidade das instituições tradicionais, entre elas, a família, o Estado e a Igreja, pelo enfraquecimento das figuras de autoridade, pelo desaparecimento dos rituais de iniciação na juventude, pela crise — radicalizada nesses tempos sombrios — da legitimidade da lei e da justiça, pelo progresso da ciência, pela ascensão da cultura do consumo, pela cultura da imagem. Por sua vez, a juventude é o segmento populacional que vem encarnar as alterações de nossa época, servindo como um termômetro de nosso tempo, na medida em que a sua subjetividade é construída na topologia entre a singularidade e a organização social (HOFFMANN, 2004).

O nosso tempo foi abordado por Jacques-Alain Miller, em sua intervenção intitulada “Uma fantasia” (2005), a partir de um questionamento sobre o desbussolamento dos sujeitos contemporâneos na medida em que a moral civilizada foi abalada: “E então, escutando-os, eu me perguntava: desde quando é assim? Desde quando somos todos desbussolados? E eu me respondia: sem dúvida, desde que a moral civilizada (essa é uma expressão de Freud ‘moral civilizada’) foi abalada” (MILLER, 2005, p. 1).

Nesse texto, a ênfase do autor é na dinâmica entre o sujeito e o social. Ele discute, a partir das particularidades de nossa contemporaneidade, a diferença entre uma civilização orientada pelo discurso do mestre e outra regida pelo mais-de-gozar. Entretanto, antes de entrarmos nesse campo de reflexão, vamos situar o que Freud nos apresentou em relação ao trabalho da adolescência em sua época, a época da moral sexual civilizada.

No mesmo ano em que discutia o poder da moral sexual civilizada na produção da doença nervosa, Freud, no ensaio “Romances Familiares” (1909-1908/1996), abordou a adolescência como o tempo de um conflito: o de se libertar da autoridade de seus pais em direção à construção de uma nova vida, de novos anseios, de novos laços. Na infância, os pais eram a única fonte de autoridade moral e de conhecimento que a criança tinha em sua vida e era com eles que ela se identificava e queria se igualar. O que se inaugura com a puberdade é o imperativo do adolescente se distanciar, pouco a pouco, do ideal parental, mediado, nos diz Freud, pelo desenvolvimento de seus domínios intelectuais, que colocam em cheque o lugar com o qual estavam identificados.

Em “Um distúrbio de memória na Acrópole” (1936/1996), na carta aberta a Romain Rolland por ocasião de seu septuagésimo aniversário, Freud se refere à força que impele a tantos adolescentes fugirem de suas casas, a saber, a insatisfação com a casa e com a sua família, localizando que, nesse contexto, o que está em questão é o trabalho reservado, a cada adolescente, de ir além do pai. Para o adolescente, ir além do pai pressupõe construir e colocar à prova o pai que ele havia construído em sua infância, localizando, a partir de sua alteridade, “a face imaginária do Outro: a face do amor, das preferências (maternas/paternas), dos apelos à identificação. Implica também em aceitar a condição mais radical de nosso desamparo [...]” (KELL, 2011, p. 95).

A juventude da época freudiana foi aquela situada na leitura de Walter Benjamin a partir do *flâneur*, essa figura moderna que encontrou na rua um refúgio para as suas questões existenciais (BENJAMIM, 2015, p. 73). Para Benjamim, a figura do *flâneur*, que é uma das figuras da errância surgida na cena moderna no final do século XIX e no início do século XX, porta a ideia de ruptura dos jovens com o modo de vida burguês. Essa ruptura produziu como consequência a conquista das ruas que se tornaram um lugar possível para acolher a inquietude, a existência instável e o sentimento do jovem de ser desapossado de sua vida no momento em que suas referências parentais declinaram.

No caso dos adolescentes infratores e errantes, a questão da existência instável e do sentimento de desapossamento em relação à sua vida vai além do declínio das referências parentais que caracteriza a passagem da

adolescência à vida adulta. Isso porque o contexto de vida de muitos jovens envolvidos com a criminalidade e em errância é marcado pela exclusão social, pela ausência da crença nas figuras de autoridade, pela violência, pela ineficácia das instituições reguladoras, entre elas a família, a educação e a justiça. Nos contextos de vida dos adolescentes marcados pela exclusão e pelo risco social, conforme propõe Olivier Douville, a errância deve ser pensada a partir da ideia de falta de inscrição no campo do Outro social e familiar. Esse autor propõe que tenhamos em relação à errância uma atenção particular:

Ela demanda uma atenção particular, pois, ao invés de constituir um sintoma a decifrar, a errância deve, antes, ser situada como uma falta de inscrição e, mais especificamente ainda, como a impossibilidade do sujeito para superar uma falta de inscrição no que concerne a seu ser e também à sua filiação. (DOUVILLE, 2002, p. 77)

Para os adolescentes marcados pela falta de inscrição no campo do Outro e pela impossibilidade de se apoiar nos semblantes, partindo da premissa de que, em muitos casos, o desejo do Outro se apresenta ao adolescente, seja no campo parental ou no campo social, como um desejo anônimo, é a tirania do gozo que faz valer toda a sua potência sobre os jovens.

Para Jacques-Alain Miller (2005), a tirania do gozo é uma resposta à inexistência do Outro, do semblante que caracteriza nosso tempo, visto que não se encontram presentes na ordem do dia os grandes efeitos dos mandatos universais que traduziam a confiança nos significantes-mestres de uma civilização (MILLER, 2005). Nesse sentido, a adolescência infratora e errante é a própria encarnação do contemporâneo? Antes de tentarmos responder à essa questão é preciso responder sobre o que estava em jogo no conflito entre as exigências da pulsão e a civilização na modernidade, ou seja, no tempo em que havia uma crença no Outro parental e um importante apoio na ordem simbólica fundada na tradição.

Dessa forma, passemos a demarcar como Freud foi localizando e definindo o supereu no decorrer de seu trabalho, especialmente a partir do fenômeno da compulsão à repetição (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). Isso porque a questão da não-inscrição dos adolescentes no campo do Outro, articulado ao anonimato do desejo parental e social, nos reenvia aos territórios do supereu, um dos nomes da pulsão de morte, e seus imperativos de gozo na contemporaneidade.

### 3.1. Sobre o mal-estar na cultura e a compulsão à repetição

Na escrita do texto “Reflexões para o tempo de guerra e morte” (1915), Freud recorta um poderoso fator de aflição mental que acomete os indivíduos que viveram a guerra, a saber, a desilusão. A desilusão se refere ao sentimento, e não ao sentimentalismo, que se produz nos homens com respeito à queda dos padrões morais que os Estados civilizados (com sua “baixa moralidade revelada”) consideravam como a base de sua existência, produzindo-se, assim, a desintegração da pátria e a devastação das relações entre os concidadãos de uma nação. Para Freud, os efeitos da guerra acabam por desvelar a estrutura da atividade pulsional e sua relação com a cultura, pois demonstram que os impactos da vida podem produzir, nessa atividade, involuções, da mesma forma que, proporcionalmente, a suscetibilidade à cultura contribui para o enobrecimento da atividade pulsional:

Assim, as transformações da pulsão, em que se baseia nossa suscetibilidade à cultura, também poderá ser permanentemente desfeita pelos impactos da vida. Sem dúvida, as influências da guerra se encontram entre as forças que podem provocar tal involução; dessa forma, não precisamos negar a suscetibilidade à cultura a todos que no momento se comportam de maneira incivilizada, e podemos prever que o enobrecimento de suas pulsões será restaurado em tempos mais pacíficos. (FREUD, 1915/1996, p. 296).

Na esteira dessa discussão sobre o valor da cultura e a atividade pulsional, Freud acrescenta algumas particularidades do humano que convocam a nossa atenção. Primeiramente, ele acentua que os interesses afetivos são instrumentos da vontade humana, ou seja, a inteligência depende da vida emocional e, uma outra consideração, não menos importante, se refere ao fato de que as exigências civilizatórias em relação aos concidadãos devem ser limitadas, posto que é preciso considerar a impossibilidade de “erradicação do mal” entre os homens (FREUD, 1915/1996).

Entretanto, isso não quer dizer que a natureza do homem seja má, muito pelo contrário, os impulsos que movem os homens não são nem bons nem maus, mas são expressões de sua relação com as necessidades e exigências da comunidade humana atravessada pela presença da pulsão de morte, impossível de ser erradicada. Nesse sentido, para Freud, a proposta

civilizatória exige do homem o consentimento com a renúncia pulsional que deverá ser reforçado pela educação e pelo ambiente cultural:

Pela mistura dos componentes eróticos, os instintos egoístas são transformados em sociais. Aprendemos a valorizar o fato de sermos amados como uma vantagem em função da qual estamos dispostos a sacrificar outras vantagens. O fator externo é a força exercida pela educação, que representa as reivindicações de nosso ambiente cultural, posteriormente continuadas pela pressão direta deste ambiente. A civilização foi alcançada através da renúncia à satisfação pulsional, exigindo ela, por sua vez, a mesma renúncia de cada recém-chegado [...]. (FREUD, 1915/1996, p. 92)

Alguns anos depois, em “O Futuro de uma ilusão” (1927/1996), Freud abordou os comportamentos associais do homem, ou seja, os desejos pulsionais expressos no “canibalismo, no incesto e na ânsia de matar” (FREUD, 1927/1996, p. 20) e apresentou três tarefas fundamentais na vida em sociedade. Foram apresentados na composição do espectro do tornar-se humano (*Menschwerdung*) primeiramente a renúncia à satisfação pulsional, seguida pelo reconhecimento das obrigações mútuas e, finalmente, a introdução das instituições definitivas e, supostamente, invioláveis, tais como as que representam a moralidade e a justiça.

Ao avançar na tese do conflito entre a pulsão e a civilização, Freud sustentou que a construção da vida em comum é o que apresenta ao homem o maior desafio na vida em sociedade, especialmente devido à existência de um conflito irreconciliável entre as reivindicações culturais do grupo e os desejos particulares dos indivíduos. Somado a esse desafio que é o viver com o outro e renunciar à satisfação individual, Freud se referiu também à fragilidade do corpo, fadado ao envelhecimento, e à deterioração e à força da natureza como as outras duas grandes fontes do desamparo humano (FREUD, 1929-1930/1996).

Ao se erigir a partir do conflito entre a pulsão e a civilização, cada época é confrontada à criação de dispositivos reguladores das relações humanas que marcam a diferença de nossos antepassados animais. “Talvez possamos começar pela explicação de que o elemento de civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais” (FREUD, 1930/1996, p. 101). Essa “tentativa” de regulação, a que se refere Freud, introduz a presença do que “não se deixa regular” e foi articulado aos territórios

da pulsão de morte, o “mais além do princípio de prazer” (FREUD, 1920/2010), o mais pulsional.

No texto "Mais Além do Princípio do Prazer" (1920/2010), considerado como um marco no pensamento freudiano, foi estabelecida a teoria do dualismo pulsional – pulsão de vida e pulsão de morte – que permitiu o acréscimo conceitual de alguns elementos essenciais a respeito da compulsão à repetição, ou seja, do agir em prol da recordação e da elaboração. Essa referência freudiana apresenta uma importante dimensão de nossa contemporaneidade, tal como demonstra o trabalho com os adolescentes infratores e errantes, a saber, a tendência ao agir e o cometimento de atos que se apresentam à revelia do sujeito (LACADÉE, 2011).

Inicialmente, a partir da observação do comportamento de seu neto e do jogo do carretel que ele intitulou como jogo do “fort-da”, extraíndo daí o exemplo paradigmático do fenômeno da compulsão a repetir, Freud esclareceu que, quando a criança repete ativamente aquilo que viveu passivamente, ela realiza uma elaboração simbólica, visto que a criança é, ela mesma, o objeto que vai e vem, que aparece e desaparece aos olhos do Outro no qual ela se ampara. Segundo Jacques Lacan, em seu seminário, livro 11, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”(1964), o jogo freudiano do carretel se define da seguinte maneira:

“Quando Freud percebe a repetição no brinqueado de seu neto, no fort-da reiterado, pode muito bem sublinhar que a criança obstrui o efeito do desaparecimento de sua mãe fazendo-se o agente dele – este fenômeno é secundário. (...) é o ponto em que ela o deixou, o ponto que ela abandonou perto dele, que ele vigia. A ausência introduzida pela ausência, desenhada e sempre aberta, permanece causa de um traçado centrífugo no qual o que falta não é o outro enquanto figura em que o sujeito se projeta, mas aquele carretel ligado a ele próprio por um fio que ele segura – onde se exprime o que, dele, se destaca nessa prova, a automutilação a partir da qual a ordem da significância vai se pôr em perspectiva. Pois o jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira de seu domínio – a borda do seu berço – insto é, um fosso, em torno do qual ele nada mais tem a fazer senão o jogo do salto”(LACAN, 1964/1998, p. 63)

Paralelamente a esta abordagem do jogo do “fort-da”, a partir dos sonhos traumáticos, dos atos cometidos à revelia do sujeito e do fracasso terapêutico, Freud localizou a força da pulsão de morte em detrimento do princípio de prazer de regulação psíquica, que é o princípio que visa, em sua economia, uma diminuição da tensão psíquica (FREUD, 1911/1996). Em todos

estes casos, o que se demonstra com o conceito de compulsão à repetição é o poder de desconsiderar o princípio de regulação psíquica, tratando-se, portanto, de um aspecto da vida psíquica que podemos identificar com a ordem do pulsional (COELHO DOS SANTOS, 2001).

Em “Recordar, repetir e elaborar” (1914/1996a), Freud situa a repetição em oposição ao recordar e localiza que as experiências remotas da infância do sujeito, que não foram compreendidas em determinado momento, retornam, não pela via da elaboração simbólica, mas pela via do ato ou atuação (*acts it out*) contra o próprio médico, assim como, em todas as esferas da vida do sujeito, no trabalho, nas relações amorosas, entre outros (FREUD, 1914/1996a, p. 165).

O que interessa a Freud é que o paciente atualiza na relação transferencial, a partir da compulsão à repetição, aquilo que ficou esquecido. Segundo Freud: “Enquanto o paciente se acha em tratamento, não pode fugir a essa compulsão à repetição; e, no final, compreendemos que esta é a sua maneira de recordar” (FREUD, 1914/1996a, p. 166). A partir dessa tese, algumas indicações aos analistas são tecidas: primeiro, ele esclarece que quanto maior a resistência mais o paciente se vê incitado à atuação; em segundo lugar, a atividade de recordar, na medida em que causa sofrimento ao paciente, também leva à atuação; e, finalmente, na medida em que seus sintomas, suas inibições e seus traços de caráter se atualizam no decurso do tratamento é preciso tomar a sua doença não como algo do passado, mas como uma força atual. Essas indicações apresentam a dimensão do laço produzido no trabalho transferencial a partir do estabelecimento da neurose de transferência: “a transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para outra é efetuada” (FREUD, 1914/1996a, p. 170).

A discussão sobre a compulsão a repetir é retomada por Freud em seu texto “Análise terminável e interminável” (1937/1996), a partir dos limites impostos ao tratamento psicanalítico submetido, nesse momento, a um exame crítico. Na primeira parte desse trabalho, Freud se refere ao percurso de análise de um jovem que ele acompanhou por alguns anos para se interessar menos pelas conquistas efetuadas em seu tratamento e mais pelo retorno do material patogênico de sua história infantil que, nos diz Freud, “se desprendiam



– a comparação é inevitável – como suturas após uma operação ou pequenos fragmentos de osso necrosado. Achei a história do restabelecimento do paciente menos interessante do que sua doença” (FREUD, 1937/1996, p. 233). Tratava-se do caso “O Homem dos lobos”, esse jovem que antes da guerra vinha ao seu encontro devastado pela opulência e que retornara da guerra “refugiado e destituído” de todos os seus laços familiares, profissionais e de amizade (FREUD, 1937/1996).

Embora Freud tenha delegado as conquistas efetuadas no trabalho analítico a uma segunda importância, este caso obteve grandes sucessos terapêuticos. Isso porque tratava-se de um jovem desamparado no que diz respeito aos seus projetos de vida e laços familiares e que conseguiu, minimamente, se restabelecer. Em relação ao sucesso e ao insucesso do tratamento analítico, Freud estabeleceu três fatores decisivos, a saber, a influência dos traumas, a força constitucional das pulsões e as alterações do ego (FREUD, 1937/1996). E, ao se dirigir sobretudo ao tema da força pulsional, ele acrescentou uma dificuldade e um desafio para a psicanálise, a saber, o tema da puberdade, este momento no qual as forças pulsionais são reforçadas, recolocando em cena os limites e a possibilidade da eficácia analítica (FREUD, 1937/1996).

### **3.2. A travessia da puberdade: do mundo infantil ao mundo adulto**

Encontramos referências de Freud ao tema da puberdade em vários momentos de seu trabalho, embora as suas investigações tenham se centrado na infância, no caráter infantil da sexualidade do neurótico (COUTINHO, 2009). Freud acompanhou alguns adolescentes, entre eles “Dora” (FREUD, 1901/1996), “A jovem homossexual” (FREUD, 1920/1996) e o “O homem dos lobos” (FREUD, 1937/1996). Além dos casos clínicos, em um primeiro momento, Freud se ocupou do tema da puberdade no clássico livro “Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996). Posteriormente, a puberdade foi abordada de forma pontual no trabalho “Moral sexual civilizada e doença nervosa” (1908-1909/1996) e em “O ego e o id” (1923/1996) e colocada em questão a partir de uma reflexão sobre a autoridade e a transição do mundo infantil ao mundo adulto, a partir do diálogo com a educação, em

“Romances familiares” (1908-1909/1996). Lembramos também que Freud escreveu o prefácio do livro de Aichhorn, intitulado “Juventude desamparada” (1925/1996), já mencionado.

Em relação às transformações da puberdade pelas quais passa o adolescente, o corpo púbere é uma das referências do real em jogo que nesse tempo se apresenta e foi esquadrihado por Freud a partir da discrepância de suas substâncias gozosas, excitações, parcialidades, perigos, fixações, aberrações sexuais, desvios. Este *menu* corpóreo compõe o campo da excitação sexual inaugurada na infância, mas não a sua satisfação, que só é possível com o advento do corpo púbere, que é um aparelho altamente complexo, acionado por estímulos que provêm de três direções, do mundo externo, da excitação das zonas erógenas e do interior do organismo, ou seja, da vida anímica: “pelos três caminhos provocam-se o mesmo efeito, ou seja, um estado que se designa como excitação sexual e que se exprime por dois tipos de sinais, anímicos e somáticos” (FREUD, 1905/1996, p. 197).

Ao propor uma reflexão sobre o corpo e as formas de subjetivação na psicanálise, Birman (2013) contrapõe o corpo freudiano, pulsional, ao corpo cartografado pela medicina, pela racionalidade médica, e, assim, enfatiza a distinção entre a anatomia patológica e “uma outra cartografia do corpo, na qual a linguagem e o fantasma seriam agora fundantes” (BIRMAN, 2013, p.23). Essa nova cartografia inaugurada por Freud apresenta o conflito do adolescente com o seu corpo “a partir das solicitações da vida sexual normal” (FREUD, 1905/1996, p. 161), entre elas, as transformações dos órgãos secundários e desenvolvimento das genitálias para a execução da vida sexual.

O advento do corpo púbere, esse corpo preparado fisiologicamente para o ato sexual, esse corpo erógeno e pulsional, produz para o adolescente uma situação psíquica de excitação causadora de um desprazer, posto que eleva o nível de tensão psíquica (FREUD, 1911/1996). Essa excitação sexual e psíquica se relaciona tanto com o sentimento de prazer como com a produção de uma tensão desprazerosa sendo, portanto, paradoxal. Esse paradoxo foi apresentado por Freud em seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, a partir da localização de que a excitação sexual é “estranha à natureza do prazer sentido” (FREUD, 1905/1996, p. 198).

Essa tese freudiana é retomada por Stevens, no texto que porta o título de sua tese “adolescência: sintoma da puberdade” (2004), e foi relida a partir do real que irrompe na vida púbere como um elemento estrangeiro ao sujeito adolescente e que produz, por isso, um desprazer psíquico. Esse desprazer é traduzido como ausência de saber sobre o que fazer quanto ao sexo: “A inexistência da relação sexual é a dificuldade de saber o que fazer quanto ao sexo, é a ausência de um saber construído *a priori* sobre isso” (STEVENS, 2004, p. 30). Há, portanto, um enigma, um furo, um fora do sentido, um real que faz parte da estrutura do sexual, marcando como estrangeira a condição da própria adolescência (STEVENS, 2004).

Há, portanto, um excesso, o gozo, que insiste e que resiste a ser agregado em um contexto, configurando-se como “uma compulsão que resiste a uma incorporação desse pré-prazer específico num novo contexto” (FREUD, 1905/1996, p. 200). Isso porque a pulsão, “o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente” (FREUD, 1905/1996, p. 159), age, sem cessar, sobre o sujeito, produzindo uma exigência de trabalho que é feita à sua vida anímica devido à sua relação com o corpo. Essa exigência contínua de satisfação inerente à atividade pulsional é sustentada por uma espécie muito particular de encontro, o encontro com o objeto perdido, visto que “o encontro com o objeto é, na verdade, um reencontro do objeto” (FREUD, 1905/1996).

Essa formulação, segundo Viola e Vorcaro (2014), condensa a perspectiva freudiana da puberdade marcada por dois tempos, o tempo do encontro e o tempo do reencontro. Em seu intervalo, a fantasia e a latência são os operadores desta lacuna entre os dois tempos da sexualidade: “o papel crucial da fantasia inconsciente e da latência como operadores da lacuna entre os dois tempos da sexualidade, separando o ‘encontro’ do ‘reencontro’” (VIOLA; VORCARO, 2014, p. 62). Abordemos, assim, brevemente, o papel dessas duas atividades psíquicas.

Na primeira infância, a escolha objetal e o desenvolvimento da fase fálica preparam o caminho para o desfecho da sexualidade na puberdade a partir da travessia do adolescente por “um túnel perfurado desde ambas as extremidades” (FREUD, 1905/1996, p.196). Nas extremidades, apresentam-se

as duas correntes dirigidas ao objeto sexual, a terna e a sensual, que diferem o tempo infantil do tempo púbere mediado pela fase da latência.

Não se trata nesse intervalo inserido pela latência de um adormecimento da excitação sexual ou de sua suspensão na vida do pré-púbere. Não obstante, trata-se de um deslocamento dessa excitação para finalidades outras que não as sexuais. Esse deslocamento contribui para a formação dos sentimentos sociais e para a construção das barreiras contra a própria sexualidade: “Assim, se construiriam na infância, à custa de grande parte das moções sexuais perversas e com a ajuda da educação, as forças destinadas a manter a pulsão em certos rumos” (FREUD, 1905/1996, p. 219).

Dessa forma, na fase de latência, temos um deslocamento da excitação sexual, seguido do abandono e do esquecimento das coisas que a criança conhecia e fazia e, por fim, o surgimento de algumas atitudes do ego, entre elas a vergonha, a repulsa e a moralidade que são, segundo Freud, “destinadas a minimizar a tempestade ulterior da puberdade e alicerçar o caminho dos desejos sexuais que se vão despertando” (FREUD, 1926/1996, p. 204).

Na puberdade, sob o imperativo das pulsões sexuais, os velhos objetos incestuosos são novamente catexizados. Embora a escolha sexual infantil não tenha sido a escolha sexual definitiva, posto que esta se redefine na puberdade, ela já antecipa e indica a direção para essa escolha objetal futura. Isso equivale a dizer que o naufrágio do complexo edípico prepara os rumos das atividades pulsionais e dos laços eróticos na adolescência, esse tempo no qual se é confrontado com a tarefa de se desvincular dos pais e de sua autoridade e ideais para se tornar membro de uma comunidade, localiza Freud em seu ensaio “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna” (FREUD, 1908-1909/1996).

Essa travessia do jovem de seu mundo infantil ao mundo adulto encontra respaldo na construção da fantasia, cuja função é o estabelecimento de um laço do sujeito com o Outro, sustentando, assim, a via do desejo no laço social (COELHO DOS SANTOS, 2001; SALUM, 2007; CAPANEMA, 2019).

### **3.3. Os paradoxos da lei: do supereu como herdeiro do complexo de Édipo à insensatez da lei superegóica**

Conforme mencionamos no início deste capítulo, na modernidade tínhamos a dominância paterna na estrutura do laço social. Ou seja, o lugar do pai como exceção na estruturação dos laços sociais vinha respaldado pelo amor, pela renúncia pulsional e pela proibição. Contrariamente, em nossa contemporaneidade, a renúncia pulsional não está na ordem do dia e a proibição vem, a cada vez, dando lugar a uma sociedade mais permissiva, menos proibitiva. Essas alterações da ordem simbólica comportam também uma alteração do registro do supereu, dando-lhe o estatuto de imperativo de gozo.

O conceito de supereu, conforme esclarece Rudge (2014), demonstra tanto a continuidade como o amadurecimento do conceito freudiano de pulsão de morte, constituindo-se como uma ferramenta teórica que permitiu à psicanálise transitar do território da pulsão de morte – entendida como força biológica que afeta o ser vivo – para os domínios da clínica. Passemos, assim, à revisão desse conceito a fim de compreender como o supereu se deslocou de seu lugar de regulação, que marca o mal-estar na civilização freudiana, fundada na consequência da renúncia à satisfação pulsional e sustentada pela identificação com a lei do desejo do pai (COELHO DOS SANTOS, 2001), ao lugar de imperativo de gozo nas sociedades contemporâneas (LACAN, 1973/2003; LAURENT, 2011/2012; MILLER, 2010).

A pulsão de morte possui íntimas relações com o supereu que, conforme apresenta Gerez-Ambertín, pode ser considerado um dos conceitos mais obscuros da psicanálise, devido à sua dupla face, demarcada da seguinte maneira: “O supereu é herdeiro do isso, mas também é herdeiro do complexo de Édipo. Conclusão paradoxal, cabeça de uma longa série que percorre de ponta a ponta a obra freudiana” (GEREZ-AMBERTÍN, 2003, p. 105). O paradoxo dessa dupla face do supereu é que, por um lado, ele é lei proibitiva que sustenta a identificação do *infans* e, por outro, ele é lei insensata,

vinculada à etapa pré-edípica do processo de constituição do sujeito, articulando-se, portanto, ao imperativo de gozo.

O supereu é um conceito que marca a topologia do pensamento freudiano situado entre o mundo externo e o mundo interno. Inicialmente, ao percorrermos os primórdios das considerações freudianas sobre o supereu, encontramos a referência ao ‘indomável’ no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), no capítulo sobre as transformações da puberdade e, três anos depois, em “Moral sexual civilizada e doença nervosa” (1908), encontramos uma referência a esse conceito quando Freud se refere ao criminoso, ao ‘*outlaw*’, como “aquele que em consequência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão das pulsões, torna-se um criminoso diante da sociedade [...]” (FREUD, 1908/1996, p. 173).

Na década de cinquenta, em seu texto “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950), na Comunicação para a XIII Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa, em elaboração com Michel Cénac, Jacques Lacan abordou as relações entre supereu e o ato criminoso. Ele localizou, no campo das relações entre o indivíduo e seu ato criminoso, a função social da responsabilidade articulada ao “assentimento subjetivo” (LACAN, 1950/1998, p. 128) e enfatizou os crimes praticados pelos indivíduos sob o prisma do complexo edípico, ou seja, determinados pelo supereu. Ele propõe, assim, uma articulação entre a manifestação individual do supereu e as condições sociais do edipianismo, afirmando que “as tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde essa própria situação se desintegra” (LACAN, 1950/1998, p. 137).

Inicialmente, Jacques Lacan introduz uma discussão sobre o objeto da criminologia e a busca da verdade que o constitui na ordem das coisas judiciais, afirmando que cabe à psicanálise, em sua abordagem da delinquência, estabelecer seus limites legítimos definidos a partir de um novo estatuto dado ao criminoso, tal como expresso na tese que afirma “a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso” (LACAN, 1950/1998, p. 131). Essa proposição se sustenta sob a mola da transferência, a partir da qual o sujeito, na medida em que acessa os territórios imaginários aos quais seu ato responde, pode verificar o “caráter coercitivo da força que acarretou o ato do sujeito” (LACAN, 1950/1998, p. 141), humanizando-se na

medida mesmo em que se responsabiliza pelo seu inconsciente e pelo seu modo de gozo.

Aproveitamos essa passagem pela abordagem lacaniana do criminoso para retomar que, para a psicanálise, tal como apresentado por Freud em seu mito da fundação da cultura, intitulado “Totem e Tabu” (1913/1996), o crime do parricídio está na origem da civilização. O que esse mito do crime parricida coloca em questão é que o excesso pulsional, um dos nomes do gozo, deverá ser interditado. Ao colocar em relevo a instauração dos tabus relativos aos crimes do incesto e do parricídio, Freud esclarece que o tabu é uma lei prescrita, mas de origem indeterminada no coração de uma cultura e surge, na cena desse mito, em consequência do assassinato do pai, esse ato fundador da civilização, tendo, portanto, semelhança com o supereu.

A consequência do ato parricida foi o lugar de exceção dado ao pai, devido à interdição do absolutismo de seu gozo e à instauração, a partir de uma identificação dos filhos com o pai, tal como metaforizado pelo ato canibal de ingestão de uma parte do corpo daquele no banquete totêmico, da satisfação pulsional mediada pelo interdito, pela introjeção do supereu. Assim, a relação do homem com a lei se articula à interdição do pai primevo, esse pai do gozo, onipotente, o *Urvater* (FREUD, 1913/1996), este que impõe a lei, mas não se submete a ela, ou seja, que se encontra no lugar de exceção em relação à submissão à lei da castração, à função fálica. Ele é este Um fora da castração e é isso o que demonstra “a comédia do Pai-Orango, do perotante Otango [Père-Orang, du pérotant Outang]” (LACAN, 1972/2003, p. 457).

Mas o que se encontra na base da formação do supereu? É o desejo e o amor dos pais pela criança que está na base da formação do supereu, edificado devido ao medo da perda do amor parental por parte da criança. Isso porque, em nome do amor, o sujeito renuncia à satisfação das pulsões de forma que ele possa encontrar o desejo infantil de ser merecedor do amor dos pais, atingindo, ainda que às avessas, uma cota importante de satisfação pulsional:

Mas onde a renúncia pulsional, quando se dá por razões externas, é apenas desprazerosa, quando ela se deve a razões internas, em obediência ao superego, ela tem um efeito econômico diferente. Em acréscimo às inevitáveis consequências desprazerosas, ela também traz ao ego um rendimento de prazer – uma satisfação substitutiva, por assim dizer. O ego se sente elevado: orgulha-se da renúncia

pulsional, como se ela constituísse uma realização de valor (FREUD, 1939/1996, p. 132).

Entretanto, em outra perspectiva, em “O ego e o id” (1923/1996), Freud apresenta o supereu como um resíduo das primitivas escolhas objetais do id e como uma “formação reativa enérgica contra essas escolhas” (FREUD, 1923/1996, p. 47). O que Freud acentua é a presença de uma identificação mais arcaica na vida do *infans*, fruto das primeiras impressões de sua vida infantil, pré-edipiana, sendo, portanto, um resíduo das primeiríssimas identificações que constituem o próprio núcleo do eu (RUDGE, 2006). O que se evidencia no campo dessa identificação primária é o caráter inconsciente do desejo dos pais com o qual a criança se identifica e que sustenta a potência dos mandatos superegóicos sobre o sujeito:

O superego deve sua posição especial no ego, ou em relação ao ego, a um fator que deve ser considerado sob dois aspectos: Por um lado, ele foi a primeira identificação, uma identificação que se efetuou enquanto o ego ainda era fraco; por outro, é o herdeiro do complexo de Édipo e, assim, introduziu os objetos mais significativos no ego. (FREUD, 1923/1996, p. 61)

A partir do poder dos mandatos inconscientes e superegóicos sobre o sujeito, Rudge (2006) introduz a concepção lacaniana do masoquismo fundamental como tributário da dependência do sujeito ao Outro, que, como vimos, se refere à forma como o significante incide sobre a criança e instaura uma ordem simbólica às expensas de sua mortificação e de sua alienação.

Nesta direção, Vorcaro e Maia (2012) retomam as duas vertentes do supereu, a moral e a pulsional, enfatizando a dimensão residual das identificações e localizando que “a primeira dessas identificações se mantém à parte, sob a forma de um supereu” (VORCARO; MAIA, 2012, p. 60), agindo sobre o sujeito aos moldes do sadismo. Trata-se do supereu arcaico, ou seja, o supereu materno, ligado ao Outro primário das primeiras demandas do sujeito. O supereu materno se apresenta ao sujeito como vociferação dilacerante, posto que diz respeito a um significante isolado, um S1 isolado. Daí o seu caráter de lei insensata.

É na insensatez do supereu materno que a lei do Nome-do-Pai deverá incidir, se impondo a esse gozo e possibilitando um caminho para o desejo (LACAN, 1957-1958/1999). Essa lei, o Nome-do-Pai, ordena e metaforiza o Desejo da Mãe que, sem essa interdição, se apresenta como lei insensata. Ou seja, a introdução da “dimensão significante” (LACAN, [1955-1956]/2002, p.



270) marca a relação do sujeito com o seu desejo a partir do “discurso da lei” (LACAN, [1955-1956]/2002, p. 275), que se apresenta em duas vertentes, a da dívida simbólica e, no outro polo, imaginariamente impagável, a do Outro.

Nesta direção, retomamos a tese milleriana na qual, em Lacan, embora se encontre presente a ideia do supereu como regulador das pulsões, ou seja, regulador do que excede o sujeito, seu acento recai, especialmente na condição do supereu como instância que fomenta os excessos pulsionais. Em seu artigo “Do amor à morte”, Miller esclarece que o supereu interessa a Lacan na medida em que ele é uma função coordenada ao gozo e que faz, portanto, contraponto com a do Nome-do-Pai. Essa mudança de perspectiva da leitura sobre o supereu, segundo Miller, acompanha a perda da primazia do simbólico no ensino lacaniano. Isso porque, com o declínio da autoridade paterna, o supereu passou a ser apresentado como aquele que emerge do fracasso simbólico produzindo um gozo imaginário. E, nesse sentido, não cabe a psicanálise se orientar uma “ética do supereu” (MILLER, 2010, p. 14). Pois, o supereu é veiculador de uma lei insensata que, ao invés de regular o gozo, o incita. Essa vertente do supereu foi comparada por Jacques Lacan, em seu seminário “De um discurso que não fosse semblante” (1971), ao lugar do Pai original, totêmico, no qual a prescrição do supereu como imperativo de gozo forclui a castração:

Qual é a prescrição do supereu? Ele se origina precisamente nesse Pai original mais do que mítico, nesse apelo como tal ao gozo puro, isto é, à não-castração. Com efeito, que diz esse pai no declínio do Édipo? Ele diz o que o supereu diz. Não é à toa que ainda não o abordei até agora. O que o supereu diz é: goza! (LACAN, 1971, p. 166)

Finalmente, em seu seminário “Mais, ainda” (1972-1973/2002), ao partir da noção jurídica de usufruto, Lacan evoca a diferença entre o útil e o gozo para situar os seguintes aspectos: primeiramente, gozar de nossos meios não é a mesma coisa que enxovalhar a herança que recebemos; em segundo lugar, o que diz respeito ao gozo é o mesmo que se encontra na esfera do direito, ou seja, a repartição, a distribuição do gozo; e, finalmente, é com reserva que devemos pensar a questão do “direito-ao-gozo” (LACAN, [1972-1973]/2002, p. 11), pois, no campo do gozo, trata-se menos do direito e mais do dever: “O direito não é o dever. Nada força ninguém a gozar, senão o superego. O superego é o imperativo de gozo – Goza!” (LACAN,[1972-

1973]/2002, p. 11). A partir desse percurso, se esclarece que o supereu simbólico vai dando lugar à ideia de uma lei incompreendida se aproximando, assim, do campo do gozo (DALBERT; CALDAS, 2012).

Realizada essa revisão teórica sobre o conceito de supereu, pretende-se, a partir de agora, dialogar com alguns autores que abordaram o declínio da autoridade que sustentava o grande Outro moderno, a fim de verificar alguns argumentos que apontariam para a relação entre a errância na adolescência e o imperativo de gozo em nossa civilização.

### **3.4. Sobre as grandes narrativas e o relativismo pós-moderno**

Ao se perguntar quando a modernidade se fixou, Dufour (2005) assinala a impossibilidade de demarcação de uma data precisa, mas situa seus primórdios na virada dos séculos XV e XVI. Para o filósofo, a modernidade é marcada pelo início da mundialização das trocas e dos contatos entre as variadas populações do mundo, sendo caracterizada, assim, pela deriva, pela instabilidade, pela crise, pelo questionamento, pelas reviravoltas culturais, pela destruição dos valores, dos ritos e dos hábitos. Esses novos modos de viver a subjetividade vieram acompanhados da vacilação das narrativas que davam significado à vida. E o acréscimo de elementos diversos e estrangeiros produziu, como consequência, a vacilação das significações e a abertura do homem para novas buscas.

Essa configuração, a partir do advento do neoliberalismo, entra em uma nova esfera que foi explicitada por Dufour a partir da equação neoliberalismo mais dessimbolização do mundo, produzindo, assim, “uma forma de dominação inédita” (DOUFOUR, 2005, p. 189). O adjetivo “liberal” (DUFOUR, 2005, p. 200) se refere à condição do homem liberado dos valores, dos princípios e dos ideais ocupados, a partir de então, pelos ditames do mercado e cuja consequência foi um esvaecimento simbólico produzido pela quebra das instituições tradicionais, paralelamente ao aumento dos poderes do mercado na obtenção de indivíduos dóceis, precários e instáveis (DUFOUR, 2005). Nesse contexto, o filósofo esclarece que o neoliberalismo contribuiu para a produção do indivíduo como mercadoria a partir da promoção da

desinstitucionalização e da dessimbolização dos indivíduos. Em relação à essas duas faces do neoliberalismo, a proposta do autor é:

Nem tolerância zero, nem ampliação da tolerância, a única solução passa pela re-simbolização e pela recuperação da dignidade humana pelo novo sujeito precário. É, pois, uma luta contra a dessimbolização que é preciso empreender, o que supõe previamente identificar com precisão as formas atuais de que ela se reveste. (DUFOUR, 2005, p. 198)

A tese de Dufour, na qual a entrada de elementos novos na ordem discursiva do mundo produz a vacilação das significações, o que pode gerar tanto uma desorientação como a promessa de uma nova busca, encontra ressonâncias no trabalho de Stuart Hall (2014). Para este autor, o mal-estar resultante da vacilação das significações na ordem do mundo moderno é ampliada com o sentimento de exílio do homem de suas identidades que, com a modernidade, se tornaram fluidas, líquidas e pulverizadas devido aos efeitos da globalização. A globalização modificou as coordenadas do tempo e do espaço que definiam a ideia de representação. E foi devido a essa alteração que o lugar simbólico dado ao sujeito sofreu uma alteração, produzindo, assim, uma nova forma de subjetividade.

Como sabemos, a análise da alteração do simbólico foi iniciada por Jean-François Lyotard (1979) a partir de uma discussão sobre a transmissão do saber nas universidades e os efeitos da formação dos homens na sociedade pós-industrial. Nas sociedades pós-industriais, devido à nova era da informação que se anunciava anteriormente, a formação das grandes narrativas de saber e políticas, ou seja, as narrativas organizadoras da vida entre os homens, perderam sua força e produziram, desde então, alterações no que se refere à transmissão dos valores simbólicos. Ao demonstrar as principais fraturas e mudanças ocorridas na passagem do século XIX para o século XX, o filósofo se refere ao vínculo social na perspectiva pós-moderna, enfatizando que:

A novidade é que, neste contexto, os antigos polos de atração formados pelos Estados-nações, os partidos, os profissionais, as instituições e as tradições históricas perdem seu atrativo. [...] As identificações com os grandes nomes, com os heróis da história atual, se tornam mais difíceis. (LYOTARD, 1979, p. 28)

Essa perda das identificações do sujeito com os grandes nomes da história apresenta os primórdios do declínio da *imago* do Pai, que se inicia na modernidade, ou seja, nas sociedades tradicionais, nas quais o saber ainda

podia ser extraído do Outro, o que significava que ao sujeito cabia entrar no campo das estratégias com o desejo do Outro (MILLER, 2005).

Talvez seja nesse sentido que, ao se referir à suposta saída da modernidade, Lipovetsky (2004) localiza que não temos um marco preciso que fizesse uma fronteira nítida da modernidade com a pós-modernidade. Para este autor, inclusive, a saída da modernidade teria acontecido apenas de forma parcial, não existindo, portanto, uma ruptura absoluta com a época moderna.

Por sua vez, contrariamente ao saber suposto no Outro que caracteriza as sociedades tradicionais, para Lyotard, trata-se em nosso tempo da era do relativismo. O relativismo moderno é oposto às grandes narrativas, que são construídas a partir do lugar do mestre enquanto que a relativização dos saberes e dos valores simbólicos encontra ressonâncias na decomposição dos grandes relatos, na dissolução dos vínculos sociais e no movimento das massas. Sobre esses três aspectos, lembramos que Freud, em seu ensaio “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/1996), na leitura realizada sobre os dois grupos artificiais, a Igreja e o Exército, afirmou que a estrutura da hierarquia trabalha contra os efeitos de dispersão e hipnose produzidos no território da horizontalidade.

Quando tudo se torna relativo o que aparece na cena do mundo? As possibilidades de respostas a essas questões, conforme apresenta Lyotard, não devem esquecer que, embora as grandes narrativas tenham sido relativizadas, esse fenômeno não implica a barbárie, visto que “a legitimação não pode vir de outro lugar senão de sua prática de linguagem” (LYOTARD, 1979, p. 74). Ou seja, outros referentes, embora diferentes da ordem simbólica tradicional, vêm ocupar o lugar das grandes narrativas e, por isso, optamos por utilizar a expressão esvaecimento ou enfraquecimento simbólico, o que não significa precariedade simbólica, mas uma alteração no campo das narrativas mestras. O que não nos parece dizer exclusivamente de um desarvoramento dos homens no mundo, mas parece se referir a novas formas de construção de saberes e fazeres em contraponto à antiga ordem tradicional.

Nesta linha de raciocínio, acompanhamos o pensamento de Žižek (2016) ao acentuar que, se por um lado a eficácia simbólica deixou de ser operativa nos tempos atuais, é preciso ponderar a tentação de seguir a “conclusão pós-moderna” (ŽIŽEK, 2016, p. 347), na qual deixamos de ser

portadores de uma identidade sócio-simbólica fixa e na qual, devido a isso, estaríamos vagando “entre uma multiplicidade inconsistente de Eus” (ZIZEK, 2016, p. 347) ou perdidos na parcialidade de personalidades múltiplas que ganham, em cada clique, as telas.

Na contramão de uma suposta errância causada no mundo por indivíduos egóicos e inconsistentes, o que está em questão para Zizek é o fato de que o ideal do eu perdeu seu posto na contemporaneidade para os domínios imaginários do eu ideal, produzindo, assim, efeitos de infantilização na subjetividade contemporânea:

Hoje, no entanto, a própria função simbólica do pai é que é cada vez mais minada, isto é, está perdendo sua eficácia performativa: por isso o Pai já não é mais visto como Ideal do Eu, o portador (mais ou menos fracassado, inadequado) da autoridade simbólica, mas, como eu ideal – o competidor imaginário – o resultado é que os sujeitos nunca “crescem” realmente, e hoje lidamos com indivíduos de trinta, quarenta anos que, em termos de economia psíquica, permanecem adolescentes imaturos em competição com seus pais. (ZIZEK, 2016, p. 351)

Dessa forma, das grandes narrativas ao relativismo pós-moderno, temos: o rebaixamento das tradições e das relações verticalizadas, o foco no presente, a dificuldade de projetar o futuro, a ampliação dos limites e da ideia de liberdade, a dificuldade de aceitação das pequenas conquistas cuja consequência foi que o homem passou a viver um tipo muito particular de desamparo, o da ilusão de todos os possíveis (LEBRUN, 2008).

Essas características convocam a psicanálise a se posicionar em face aos fenômenos contemporâneos a partir de uma “orientação para o real” (GARCIA, 2012), ou seja, inserindo na cena do mundo a dimensão do impossível e do gozo, esse mais além do princípio de prazer que insiste em se fazer enlaçar e que, ao mesmo tempo, resiste a esse enlaçamento. Mas, também, essas características de nosso tempo convocam a psicanálise a escutar a abertura que se anuncia nas novas formas de fazer que imperam na juventude atual, ou seja, convocam a psicanálise a ser contemporânea de sua época.

### **3.5. Sobre a alteração do Outro na passagem da modernidade à pós-modernidade**

Jean-Pierre Lebrun (2008) inicia sua análise da modificação do Outro na modernidade a partir de uma leitura dos efeitos da Revolução Francesa no século XVIII. A França era um país absolutista, ou seja, o rei governava com poderes absolutos a política, a economia, a religião. Nesse contexto, os trabalhadores e camponeses viviam uma situação de extrema pobreza. A gravidade da situação social somada ao alto nível de insatisfação popular foi o disparador da revolução, que colocou fim ao poder soberano do Rei Luiz XVI.

O triunfo da Revolução Francesa foi trabalhado por Barros (2005) a partir do lugar da crença entre os homens. Em seu livro “Do direito ao Pai”, Barros esclarece que a modificação das crenças de um povo vem acompanhada da transformação dos elementos que sustentam determinada civilização. Ou seja, toda transformação implica um período de anarquia e desordem no social antes que uma outra crença seja construída para organizar os povos e multidões em um outro ordenamento. Segundo Barros:

A revolução francesa pôde triunfar quando as multidões anárquicas depositaram na ascensão de uma nova crença, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a esperança de retificação da antiga ordem falida. Venceram o poder instituído anteriormente e acreditaram que a sociedade seria conduzida pelos seus dirigentes, que garantiriam ao povo o direito à liberdade, igualdade e fraternidade. (BARROS, 2005, p. 29)

Avançando nesta reflexão, Eric Laurent (2004) situa a Revolução Francesa como causa da ruptura do modelo do pai fundado na transcendência e o início do movimento de decomposição e recomposição do pai e sua pluralização. Ao analisar os efeitos da Revolução Francesa, que, na esteira dos ideais iluministas, elevou ao estatuto de universalidade o lema da igualdade, da liberdade e da fraternidade, Laurent indica que, a partir do surgimento do Estado-nação, produziu-se o conseqüente deslocamento do lugar de exceção anteriormente ocupado pelo soberano.

Esse deslocamento do lugar de transcendência em direção a um ente abstrato e corporificado pela Constituição produziu efeitos nos laços sociais e na relação do sujeito com a autoridade e com o poder, visto que, a partir da

instauração da democracia, o poder passa a emanar do povo, produzindo, assim, novos arranjos entre os concidadãos de uma nação (BIGNOTTO, 2012).

Para Lebrun, o fato de que o poder emana do povo pressuporia a seguinte equação: deixamos de ser filhos de Deus, ou seja, de ocupar o lugar de filho em face à transcendência de um terceiro superior/exceção, para sermos filhos da ciência e, atualmente, nos tornamos filhos de ninguém. Essa leitura se sustenta na ideia de um “surto de liberdade” que se agita na humanidade atualmente, especialmente entre os jovens, e que pode tanto ser favorável a um progresso cultural, como pode ir em uma contradição, aquela sustentada pelos efeitos do individualismo com suas tendências hostis à cultura.

Essa tese do autor parece estar na mesma linha das teorizações freudianas sobre a liberdade, pois, para Freud, a liberdade não é um dom da civilização, tendo em vista que o desejo de liberdade não caminha na direção do processo civilizatório: “A liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização. O desenvolvimento da civilização impõe restrições a ela, e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições” (FREUD, 1930/1996, p. 102). Para Freud, o desejo de liberdade do homem contribui para a construção dos laços libidinais apenas quando se trata de, em nome de um coletivo, lutar por mudanças e pela construção de novas leis.

Avançando em sua análise sobre o processo de alteração do Outro na modernidade, Lebrun interpreta que, no decorrer do século XX, produziu-se um fenômeno de “outronomia” radical correspondente ao desaparecimento progressivo do lugar do terceiro fundador da dessimetria entre os seres na produção do que ele denomina como os neosujeitos, estes que “pensam que podem se organizar sozinhos, a partir deles mesmos” (LEBRUN, 2008, p 39). Isso porque o advento da democracia, ao retirar a governabilidade outorgada a um terceiro fundado na exceção, situaria a governabilidade dos homens a seu próprio encargo, não sem grandes dificuldades.

Essa dificuldade é nomeada de duas formas: passagem da transcendência à imanência e passagem da heteronomia à autonomia. Essas modificações da ordem do mundo se fundam na ilusão do homem e em sua crença na conquista dessa autonomia sem o Outro. Mas, como essa crença em uma autonomia sem o Outro se deu?

Ele verifica que, nos últimos vinte anos, o liberalismo desenfreado e as pseudo-ciências romperam com o lugar dado ao vazio constituinte do humano em relação ao seu desejo. A consequência desse fenômeno, fruto do enlaçamento do discurso científico com a lógica do mercado neo-liberal, foi a construção de um projeto de estirpação do vazio que contribui, em larga escala, para a formação de uma sociedade gregária, formada por indivíduos dependentes dos pequenos outros nos quais se alienam.

Em sua leitura da sociedade atual, o autor relaciona os caminhos da autonomia e da democracia ao advento da ciência e aos remodelamentos subjetivos ocasionados pela lógica mercadológica, localizando a produção de uma alteração substancial nas sociedades contemporâneas nos campos da filiação, da frustração e da obediência no que diz respeito à legitimidade do Pai. O fim do patriarcado e a dissociação entre o gozo sexual e a reprodução produzida pelo discurso da ciência são apresentados por este autor como exemplos da crise da legitimidade no laço social, cuja mutação gerou importantes efeitos na subjetividade, especialmente no campo da educação, considerada como o “lugar onde se enodam laço social e subjetividade” (LEBRUN, 2008, p. 18).

Mas, haveria, em nosso contexto, para o lugar da exceção, da transcendência, alguma pertinência? Lebrun responde a essa questão retomando a tese freudiana da necessidade de perda do ilusório todo-poder infantil como um traço irredutível da comunidade humana. A exclusão, na cena social, do interdito, contribui para a manutenção desse poder infantil, cuja característica é, exatamente, excluir o vazio e o impossível, na medida mesmo em que se renuncia ao adiamento da satisfação pulsional e à submissão do princípio de prazer pelo princípio de realidade que é, entretanto, sempre contrariado pelo mais-além do princípio de prazer (FREUD, 1920/2010).

A sua crítica resvala para a seguinte leitura: o real e o impossível passam a ser vistos como um traumatismo a ser apagado e não como condição do advento do sujeito. Ou seja, é na exclusão do real como condição do sujeito marcado pela castração que está a questão, visto que, ao suprimir da cena do mundo o real, sob o argumento de reparação do real que traumatiza, acaba-se por conferir certo peso ao registro do imaginário que exclui a negatividade que funda o sujeito como dividido.



### 3.6. Pós-modernidade: do Outro aos outros?

A ausência da presença da lei como transcendência pode produzir uma forma de organização social especular, regida pelos pares, pela irmandade? Para Lebrun, a ideia de autonomia deve ser pensada em termos de uma Out (r) onomia: “O humano é um out (r) ônomo, um autônomo a partir do Outro (LEBRUN, 2008, p. 62). Entretanto, ele afirma que a dimensão da “Outronomia”, sustentada por Jacques Lacan, se radicaliza a partir do século XX, produzindo uma sociedade fundada na manutenção do “nós”, ou seja, uma sociedade gregária que, para esse autor, porta a marca de uma economia coletiva perversa, sustentada na ideia de que haveria um regime simbólico que escaparia à negatividade.

Esta “outronomia” que, em sua leitura, acompanha a instauração da democracia moderna, produziu um efetivo abandono do Imaginário social tributário de um Outro consistente, que culminaria, a partir da aliança do liberalismo, da ciência e do capitalismo, com a instauração de uma “democracia democratista” (LEBRUN, 2008, p. 101) fundada nos mandamentos do mercado. Os homens, regidos pelos mandamentos do mercado, terminariam por se situar como em meio a uma multidão dispersa, distantes dos ideais da coletividade, restando no território do Um sozinho, do anonimato.

A questão da transcendência e da legitimidade foi pensada por Zizek (2016) a partir de duas formas de degradação da autoridade simbólica em nosso tempo. Primeiramente, o autor ressalta a substituição das normas proibitivas simbólicas pelos ideais imaginários e, em segundo lugar, na esteira dessa crise da eficácia simbólica, ele enfatiza “o ressurgimento das figuras ferozes do supereu” (ZIZEK, 2016, p. 388).

Essa substituição das normas proibitivas simbólicas pelas figuras ferozes do supereu, assim como pelos ideais imaginários, vem acompanhada de um problema concernente ao narcisismo. Os indivíduos, na medida em que se organizam a partir do eu ideal, se tornam frágeis do ponto de vista de seu equilíbrio narcísico, que fica, a todo instante, ameaçado. Por sua vez, essa fragilidade de seu equilíbrio narcísico acaba produzindo um circuito fechado do

sujeito em si mesmo, facilitando, assim, a sua submissão às injunções superegóica de gozar: “A chamada subjetividade ‘pós-moderna’ envolve, portanto, uma espécie de ‘superegoização’ direta do Ideal imaginário, causada pela ausência da proibição simbólica adequada [...]” (ZIZEK, 2016, p. 388).

No caso de Luana, retomando o capítulo anterior, é a dimensão da proibição que vacila no discurso materno. Luana pode estar em qualquer lugar. Nem sua mãe, nem seu pai comparecem com a função de orientar, delimitar, barrar isso que sobrevém a ela como excessivo em face ao qual ela fica “fora de si”. Ela, por sua vez, vai encontrar algumas referências, a partir do amor, com um parceiro com quem era “colada”, tal como era “colada com a sua mãe”. Ela se conecta aos nomes que encontra no caminho, toma para si, via identificação imaginária, alguns nomes com os quais se veste. Por exemplo, se torna “malvada”, pois o luto da morte de seu namorado, “que tinha maldade”, não se configura. Ela é ele, identificada com a sombra do objeto que recaiu sobre seu eu.

Na esteira desta discussão sobre as particularidades de nosso tempo, em relação aos fenômenos contemporâneos, algumas outras referências são colocadas em relevo por Miller (2005), a saber, a redução do Outro da tradição à multiplicidade dos semblantes, produzindo como consequência a prevalência do registro do imaginário sobre o registro do simbólico. Mas a característica marcante de nosso tempo, extraída de Jacques Lacan e retomada por Miller, é a tese lacaniana da elevação do objeto *a* ao zênite da civilização. (LACAN, 1973/2003). Essa tese aponta para uma nova economia de gozo, na qual a verticalidade dos ideais foi substituída pela proliferação de formas de gozo particulares na medida mesmo em que o ideal foi substituído pelo *a* minúsculo e o Outro, anteriormente elevado à categoria de transcendência, foi reduzido à sua condição de semblante. (MILLER, 1996-1997/2005a)

Nepomiach (2011), reafirmando a tese mileriana acima mencionada, acrescenta o seguinte argumento: o eu, marcado pela idealidade e sede das flutuações imaginárias, tem como contrapartida o evacuamento de sua existência como sujeito, produzindo um “Eu gestor com seu imperativo de gozo imediato e efêmero, ao qual o *gadget* responde como uma espécie de prótese para cumulá-lo” (NIPOMIACH, 2011, p. 33).

Nestes termos, o autor conclui que a dominação do simbólico pelo imaginário produz uma economia psíquica que não se centra no objeto marcado pela negatividade, ou seja, pelo objeto perdido, inapreensível no espelho. É nesse sentido que ele propõe pensar a contemporaneidade a partir da elevação do Eu ao zênite da cultura cuja consequência foi lançar o sujeito num território que apresenta o seguinte paradoxo superegóico: ele pode ser tudo e qualquer coisa, mas isso é impossível. Entretanto, o impossível é possível, logo, ele, o eu, é reduzido a nada. Assim, no território contemporâneo das identificações sustentadas pelo ideal imaginário prevaleceriam reivindicações identitárias, que vão da agressividade à segregação (NIPOMIACH, 2011).

Passaremos, assim, à reflexão final sobre a contemporaneidade desenvolvida neste trabalho a partir da seguinte pergunta: em territórios sem Outro ou no qual temos um considerável “recuo do Outro” (ZIZEK, 2016), o que temos é a produção de subjetividades especulares?

A questão da especularidade nos remete a uma das primeiras discussões sobre a sociedade das imagens, antecipada por Guy Debord, em 1979, em seu livro “Sociedade do espetáculo” (1997). Esse autor sustenta que a relação social passou a ser medida pelas imagens e, assim, a *Weltanschauung* se tornou o espetáculo. Uma questão por ele extraída é que a sociedade passou a se organizar a partir de uma alienação recíproca, pois a transformação do mundo real em imagens teria gerado um comportamento hipnótico no qual a espetacularização produziu, com a “realização da técnica do exílio”, um tipo muito particular de alienação, aquela que equivale o homem à mercadoria. Isso, em última instância, culminou em um “movimento autônomo do não vivo” (DEBORD, 1997, p. 13), na conformação de um território de anônimos, na medida mesmo em que exerce sobre o homem, tornado mercadoria, uma técnica do exílio, do exílio em relação ao seu desejo.

Avançando na análise dos fenômenos contemporâneos, em “O avesso da biopolítica: uma escrita para o gozo”, Eric Laurent (2016), em um diálogo com a tese de Lyotard (1979) sobre o apagamento dos grandes relatos identificatórios e com a leitura de Lipovetsky (2015) do laço social fundado no hedonismo e sua fragilidade, verifica, para além de todas as formas alternativas

de sanar o corpo e a mente que se proliferam em nosso tempo, o aumento considerável dos custos com a saúde mental atualmente. Ele propõe, assim, que esse sujeito contemporâneo, frágil, que luta sem sucesso para tentar excluir o real, acaba sendo confrontado por dois fenômenos: o corpo transformado em máquina plural e o corpo como “imagem unificada difratando sua falsa unidade nas mais variadas telas” (LAURENT, 2016).

Nós privilegiamos, em seu itinerário de exploração, o segundo fenômeno, ao qual ele acrescenta a ideia da “paixão da inscrição do reflexo” (LAURENT, 2016, p. 15/16), sustentada no imediatismo da imagem: “a força da imagem em todos esses níveis é encarnar, num objeto separado, o que da lógica subjetiva escapa à representação. Não se vê o sujeito, mas se veem as imagens do corpo, de sua forma e de seu funcionamento” (LAURENT, 2016, p. 16). A questão que chama a atenção de Laurent é que essa falsa unidade que preenche a tela com representações variadas e variáveis, esse corpo-imagem tem a mesma estrutura de nosso primeiro outro, essa armadilha narcísica, radicalmente diferente do estatuto do sujeito. Assim, temos, de um lado, o corpo como consistência mental, esse ao qual nada falta e, do outro, o corpo “superfície de inscrição falha (*em défaut*) com relação ao trauma do gozo” (LAURENT, 2016, p. 18).

Essa falsa unidade do corpo preenchida pela tela, com suas representações variadas e variáveis, contribuiria para a proliferação das identidades fluidas em nosso tempo? Ao ler os impasses de nossa era pós-edipiana, Coelho dos Santos (2001) aborda a dimensão contemporânea do gozo deslocalizado e do laço social e afirma que a característica de nosso tempo é a proliferação das identidades fluidas que marcam a deriva do sujeito contemporâneo. Este que, por estar radicalmente alienado ao que, de fato, causa o seu desejo, segue de identificação em identificação, metonimicamente.

Sobre essa configuração atual das identificações, Lima (2007) também acentua como característica de nosso tempo o aprisionamento do sujeito ao campo especular, ao imaginário mortífero, enfatizando que, nesse território, é o objeto olhar que impera. Mas que, além da imagem, é preciso inserir a dimensão do sujeito “às voltas com seu desamparo e com sua solidão”, de forma que o desejo se apresente em sua potência, ou seja, para além do território alienante da imagem (LIMA, 2007, p. 91).

Assim, a partir das reflexões tecidas neste capítulo, inferimos que, com o declínio das figuras do Outro na contemporaneidade, ampliaram-se o território dos outros e a subida ao zênite da civilização do objeto *a*: “O objeto *a* não seria a bússola da civilização de hoje?” (MILLER, 2005, p. 2). Essa configuração apresenta, para os adolescentes, novos impasses e questões, sobretudo em relação ao que causa seu desejo, sempre singular.

#### IV. O despertar para a angústia e suas relações com a errância e o ato infracional na adolescência

*O despertar, como não ver que ele tem um duplo sentido – ; o despertar, que nos restitui a uma realidade constituída e representada, tem um duplo emprego? O real, é para além do sonho que temos que procurá-lo – no que o sonho revestiu, envelopou, nos escondeu, por trás da falta de representação, da qual lá só existe um lugar-tenente. Lá está o real que comanda, mais do que qualquer outra coisa, nossas atividades, e é a psicanálise que o designa para nós.*

Jacques Lacan, em “Os quatro conceitos da psicanálise”(1964), p.61.

A proposta de ler o despertar da adolescência como o despertar para a angústia é devido ao redimensionamento que ocorre, da vida infantil ao tempo púbere, da relação estabelecida com o desejo do Outro em relação ao qual o adolescente busca meios para balizar a sua presença e se separar. Esse novo encontro, esse reencontro inclui a própria estrangeiridade do adolescente — a de seu corpo e de seu gozo — e a de seu lugar no campo do Outro. Essas estrangeiridades contrariam a imagem construída pelo adolescente sobre si mesmo e, portanto, contrariam o reconhecimento que se tinha no campo do Outro parental e social, fazendo precipitar a angústia, considerada por Jacques Lacan, em seu seminário “A angústia” ([1962-1963]/2005), livro 10, como o sinal da irreducibilidade do real.

*Che vuoi?* Essa expressão, extraída do romance de Jacques Cazotte (1972 [1992]), “O diabo enamorado” e traduzida por Jacques Lacan como “O que queres de mim?” (RINALDI, 2014), insere a dimensão do enigma do desejo do Outro que aponta, por um lado, para a identificação que daria um suporte para o sujeito e, por outro, para o fato de que há, para além do que poderia ser a resposta ao Outro, um resto não incorporável no eu, fora da identificação, o objeto *a*, estrangeiro e íntimo ao sujeito e que o causa. Nesse romance, no momento em que Biondeta, o diabo travestido de mulher, coloca essa questão a Alvarez, ele sente que sua cabeça se põe a girar, seu campo de visão se turva, pois há algo de insuportável nessa pergunta, na medida em que implica a relação do sujeito com o seu próprio desejo.

Conforme explicita Miller (2005), a diferença que o seminário “A angústia”, livro X, marca no desenvolvimento do pensamento lacaniano é que a

via do amor e do falo como símbolo do desejo da mãe, do desejo como desejo do Outro, são atravessadas pela via da angústia que conduz ao objeto real: “Ela é feita para conduzir ao objeto da satisfação, uma satisfação que não é a da necessidade, mas sim a da pulsão, uma satisfação que é gozo”. (MILLER, 2005, p. 41).

Ao se referir à particularidade da angústia articulada à estranheidade, Jacques Lacan retoma o estádio do espelho e a função do duplo e esclarece que ela, a angústia, se precipita “sobretudo quando há um momento em que o olhar que aparece no espelho começa a não mais olhar para nós mesmos. *Initium*, aura, aurora de um sentimento de estranheza que é a porta aberta para a angústia” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 100).

O que não é visto no espelho, no espelho do Outro, angustia ao mostrar o que não é passível de aí ser reconhecido, configurando um certo ponto de fuga da imagem. Trata-se do objeto *a*, que é “fora da imagem, ele não pertence ao império identificatório da identidade imaginária” (BROUSSE, 2014, p. 9). Esse fora da imagem, esse resto insolúvel, esse resíduo singular que é objeto *a*, foi retomado por Jacques-Alain Miller a partir de três processos: “aquele de uma dessimbolização do objeto, de uma designificantização do objeto, correlativa também a uma desimaginarização” (MILLER, 2005, p. 19).

#### **4.1. Angústia e desejo anônimo**

O desejo do Outro foi trabalhado por Jacques Lacan, em “Nota sobre a criança” (1969/2003), a partir da localização na constituição subjetiva da criança, da irreducibilidade da transmissão de um “desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969/2003, p. 369) e em relação ao qual as funções do pai e da mãe são recolocadas sobre o jugo da psicanálise a partir de duas referências: o desejo da mãe e o pai como vetor de uma encarnação da Lei no desejo.

A irreducibilidade de uma transmissão que afirme o desejo não-anônimo, apresentado como a função de resíduo da família, indica que é o desejo que particulariza o sujeito, que faz vacilar esse lugar que a criança é convocada a ocupar, o de objeto da fantasia materna, que compõe o jogo da tapeação, já

mentionado, no qual a criança se confunde, visto que dotada da função inglória de revelar a verdade do objeto *a* na fantasia materna.

Nesse sentido, a mãe, um dos nomes do gozo, deverá sofrer o interdito do Nome-do-Pai que permite metaforizar o seu desejo mediando, assim, a relação do sujeito com a realidade. Quando esse processo se passa razoavelmente, “o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar” (LACAN, 1969/2003, p. 369). Ou seja, o sintoma representa a verdade do casal familiar (LACAN, 1969/2003, p. 369) e este seria, segundo Lacan, o caso mais acessível às intervenções do psicanalista. Essa acessibilidade se refere ao fato de que o sintoma da criança traz a marca da metáfora paterna, ou seja, o desejo da mãe, enquanto articulado ao nome do pai, se sustenta sobre a barra colocada na relação mãe-criança-falo, posto que há algo além da criança ao qual o desejo da mulher se dirige (SANTORO, 2011).

Entretanto, nos casos em que o sintoma da criança prevalece como decorrente da subjetividade da mãe, quando a criança está implicada, sem balizas, como objeto da fantasia materna, o trabalho do analista conhece outras dificuldades que se referem à exposição da criança às capturas fantasísticas de várias ordens, na medida mesmo em que “ela satura, substituindo-se a esse objeto, a modalidade de falta em que se especifica o desejo (da mãe), seja qual for a sua estrutura especial: neurótica, perversa ou psicótica” (LACAN, 1969/2003, p. 369).

Esta reflexão sobre o desejo anônimo, ao nosso ver, aponta para o que Lesourd (2004) afirmou predominar na juventude hoje em dia, a saber, menos as questões da rivalidade edipiana com o pai, e mais a “questão arcaica da existência do eu diferenciado do outro” (LESOURD, 2004, p. 158). Nesta direção, em relação aos comportamentos e atos juvenis circunscritos na dimensão especular, Lesourd enfatizou o lugar de “uma delinquência do gozo arcaico com a mãe” (LESOURD, 2004, p. 158), ou seja, vinculado a uma confusão mortífera entre o eu e o outro, a uma indissociação do sujeito em relação ao gozo materno.

Esse desafio colocado aos psicanalistas nos leva a retomar com Jacques Lacan, em seu seminário “Os quatros conceitos fundamentais da psicanálise” (1964), os mecanismos de alienação e separação fundadores do



sujeito em sua dinâmica com o Outro, não-todo, que é a condição para que essa dinâmica se dê, posto que ela só é possível de ser articulada quando não se considera mais o Outro como um todo (BASTOS; CALAZANS, 2010).

Ao trabalharem com os mecanismos de alienação e separação como elementos para a construção do caso clínico, Pisetta e Besset (2011), na direção prevista pela dinâmica da relação com o Outro do inconsciente para além de sua subordinação irrestrita a ele, localizam as seguintes questões:

Que escolhas tem o sujeito, já que se constitui a partir do Outro? É a questão que parece guiar Lacan nesse ponto. O que definiria seu ser, o que garantiria sua existência, se suas referências iniciais (significantes) são trazidas pelo Outro? Em outros termos, como pode o sujeito se definir se as definições trazem a marca do Outro? (PISETTA, M. A; BESSET, V., 2011, p. 319)

Na alienação temos a captura do sujeito pelo significante do Outro, ou seja, o sujeito está inserido na armadilha do Outro da linguagem, com suas regras e códigos já definidos, no qual ele se funda e, ao mesmo tempo, se apaga. Assim, no campo do Outro, temos os significantes e os símbolos que alojam o sujeito que é, por definição, um conjunto vazio e que, assim, se opõe ao S1 sozinho de um “Tu és isto” (LACAN, 1949/1998, p. 103) conectado a um S2 que conforma a cadeia de sentido do qual o sujeito se aliena.

No caso de Riobaldo, a sua identificação com a figura paterna, assegurada pela fantasia materna, dá ao significante “um merda como seu pai” o estatuto de um S1 sozinho, “Tu és isto” (LACAN, 1949/1988, p.103). No trabalho feito pelo adolescente, o índice de separação produzido em seu tratamento se deu a partir de seu assentimento com esse traço paterno que ele pôde dialetizar, “eu sou como meu pai, eu não quero ser como meu pai”. O que é um pai? Foi essa a questão que Riobaldo bordejou.

Vale, neste momento, retomar a diferença assinalada por Miller (2014), tal como trabalhado no capítulo dois, entre o apagamento produzido no sujeito e a identificação. Isso porque, enquanto para Riobaldo a sua escolha pela errância responde a uma identificação paterna, no caso de Luana, o que temos como fator desencadeante de sua errância é o seu apagamento como sujeito quando ela é confrontada com o anonimato do desejo materno. Digo isso porque, no tempo do despertar de sua adolescência, ela não encontra no Outro aquilo que a particulariza. Na relação que estabelece com o “amor da sua vida”, com seu namorado, com quem era “colada”, ela se serve dos

significantes disponíveis por ele, sem saber ao certo o que movimenta o seu desejo, sem saber ao certo para qual direção se orientar: ela pode estar em qualquer lugar, na medida mesmo em que não reconhece a marca que a singulariza no campo do Outro.

Ali onde o sujeito está identificado ou apagado no campo do Outro, a separação, essa operação a partir da qual o sujeito pode se distanciar e se separar do Outro, é o que possibilita que o sujeito se implique com a sua condição de desejante. Para aceder a essa condição é preciso que tenha se dado a extração do objeto pequeno *a*, situado na interseção entre o sujeito e o Outro (NASCIMENTO, 2010). A partir do Outro, o objeto *a* assume seu isolamento, constituindo-se, nesse campo, como resto e como aquilo que falta a ambos, ao sujeito dividido e ao Outro, abrindo, assim, a possibilidade de um novo laço que inclua o desejo, alguém e além do Outro:

Aquilo pelo quê o sujeito encontra a via de retorno do vel da alienação é essa operação que chamei, outro dia, separação. Pela separação o sujeito acha, se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação significativa no que ela é alienante. É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrá-lo, a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para alguém no que ela diz, no que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. (LACAN, 1964/1996, p. 207)

Dessa forma, conforme propõem Bastos e Calazans (2010), é preciso compreender que os mecanismos de separação e alienação se dão tanto em relação ao que Jacques Lacan denominou como o desejo caprichoso do Outro, o Desejo da Mãe, o gozo, “quanto ao movimento do sujeito em relação ao objeto como causa de seu desejo” (BASTOS; CALAZANS, 2010, p. 249), o objeto *a* “enquanto presente na pulsão” (LACAN, 1964/1996, p. 174-175). Ou seja, os mecanismos de alienação e separação introduzem “a dialética do sujeito com o Outro” (ELIAS, 2012, p. 71) no nível da subjetivação acéfala, primeira face da topologia apresentada por Lacan e definida como:

(...) um osso, uma estrutura, um traçado, que representa uma face da topologia. A outra face é a que faz com que um sujeito, por suas relações com o significante, seja um sujeito furado. (LACAN, 1964/1996, p. 174)

Assim, a prática psicanalítica, sustenta Jacques Lacan, “se engaja na falta central em que o sujeito se experimenta como desejo. Ela tem mesmo o estatuto medial, de aventura, na hiância aberta no centro da dialética do sujeito

e do Outro” (LACAN, 1964/1996, p. 251). Passemos, assim, a refletir sobre os impasses do desejo e o gozo na adolescência, esse tempo considerado como propício a enunciação do sujeito (POLI, 2012).

#### **4.2. Adolescência e errância: o gozo deslocalizado**

Para avançarmos em nossa reflexão sobre a errância entre o desejo e o gozo na adolescência, tomaremos como orientação a leitura lacaniana da adolescência. Como sabemos, o tema da adolescência foi pouco trabalhado por Jacques Lacan. A sua grande contribuição é o pequeno texto escrito, mais uma vez, a partir do aporte da literatura e intitulado “Prefácio a *O despertar da primavera*, de Franz Wedekind”<sup>8</sup> (1974/2003). Esse escrito se inicia com o testemunho do jovem Melchior sobre o “fim da inocência” (WEDEKIND, 2014, p. 1) que marca a sua entrada na puberdade.

Na leitura dessa peça de Wedekind, encontramos a presença dos grandes trabalhos da adolescência ao nos depararmos com o declínio da autoridade e do saber parental e com o valor real que tem, para cada personagem, o encontro com o corpo, com o gozo e com a morte (LACAN, 1973-1974). Em face ao real em jogo para o ser falante, duas respostas são apresentadas pelos adolescentes, a saber, o laço com o Outro e o exílio do Outro, ou seja, a entrada no território dos não-tolos, estes que erram (LACAN, 1973/1974). Passemos, rapidamente, por algumas falas dos personagens que compõem essa peça e que apresentam a problemática da adolescência:

##### **(a) O declínio da autoridade paterna:**

Moritz: “Para que serve uma enciclopédia que responde tudo, menos a pergunta mais importante sobre a vida?”. (WEDEKIND, 2014, p. 4)

Wendla: “Sabe o que eu acho? Que todo mundo que consegue escapar da religião cai de cabeça na idiotice da superstição”. (WEDEKIND, 2014, p. 3)

Wendla: “Não acredita em Deus. Não acredita em outra vida. Não acredita em nada”. (WEDEKIND, 2014, p. 3)

##### **(b) O encontro com o sexual, com o real**

---

<sup>8</sup> Para o leitor interessado em uma leitura pormenorizada da obra de Wedekind e da análise lacaniana, indica-se o trabalho de Carla Capanema, intitulado “A contingência da paternidade como forma de amarração do quarto ele do nó borromeano na adolescência” (2015).

Melchior: “uma noite, um dos meninos começa a sonhar e acorda com o instinto fervendo. Eu aposto, Moritz”. (WEDEKIND, p. 6, 2014)

Melchior: “Na verdade eu já tinha tido essa coisa faz um tempo. Um ano”. (WEDEKIND, p. 8, 2014)

Moritz: “Na hora eu pensei que um raio tinha me acertado”. (WEDEKIND, p. 8, 2014).

### (c) O enigma, o não-saber e o sem sentido

Wendla: “Não tenho a menor ideia de como as coisas acontecem. Não fique brava, mãe. Para quem eu posso perguntar se não for para você?”. (WEDEKIND, p. 20, 2014).

Melchior: “O tempo inteiro eu me sinto tão distante. Quase um estrangeiro”. (WEDEKIND, p. 19, 2014).

Moritz: “Pensei que eu tinha uma doença sem cura, que eu ia apodrecer por dentro. Aí eu comecei a anotar tudo num diário e isso foi me acalmando”. (WEDEKIND, p. 6, 2014)

O que é universal nessa peça é o impasse que o encontro com o gozo, o corpo e a morte, esses três nomes do real (LACAN, 1973/1974), apresenta para cada adolescente. O que é singular, em contrapartida, é a resposta que cada adolescente pôde dar a isso que sobrevém a ele como estrangeiro, desconhecido, ou seja, a irrupção de um gozo, apresentado por Ramirez como “um despertar que inclui o corpo, já não unicamente como imagem, mas também como sede de gozo. Ali acontece uma passagem entre o menos de gozo na infância para um mais de gozo na puberdade” (RAMIREZ, 2014, p. 11).

É o corpo como sede de gozo que atormenta Wendla, Melchior e Moritz. Diante desse gozo que se precipita aos adolescentes, uns recorrem ao saber do Outro e, Moritz, sai da cena do Outro. O livro “O Coito” testemunha, segundo a interpretação dos educadores, a depravação desses jovens em suas investigações sexuais. Para eles, foram essas investigações que levaram Moritz a cometer o ato criminoso de suicídio.

No final da peça, um “homem”, um elemento solitário nessa peça, o “homem mascarado” aparece na cena. Melchior, atordoado, conversa com este que agora ocupa o reino dos mortos, Moritz. O homem mascarado lhe diz que pode lhe dar a mão porque ele sabe das coisas. Melchior seguirá seus passos. Wendla descobre que há mais coisas além do que sua mãe lhe disse. Moritz continuará no reino dos mortos, no reino dos tolos, daqueles que erram.

A reflexão lacaniana sobre essa passagem dessa peça, a partir do estatuto do homem mascarado, esse elemento solitário que faz, entretanto, a

função de guia, de orientação a Melchior, indica, tal como esclarece Zenoni, que, se há uma variedade dos Nomes-do-Pai, é porque nenhum deles é o Nome-do-Pai, ou seja, estamos no território dos semblantes:

Mas o pai tem tantos e tantos que ele não tem Um que seja conveniente, se não o Nome de Nome de Nome. Não há um Nome que seja seu Nome-Próprio se não o Nome como ex-sistência. Ou seja, o semelhante por excelência. (LACAN, 1974/2003, p. 561)

Moritz está fora do território dos semblantes devido à impossibilidade de se situar no território do “Um entre Outros” (LACAN, 1974/2003, p. 558) no qual ele se localizaria a partir de suas insígnias fálicas e, daí, a sua errância, uma possível leitura de sua errância.

Moritz é um jovem personagem que, da angústia, passa ao ato (CAPANEMA, 2015; LIMP, 2014), pois ele sai da cena do Outro, se exila dela, se suicida. Em seu encontro com o sexual, o que ele encontra é o murmúrio do Outro que se torna a ele ameaçador, pois o Outro sexo ameaça na medida em que é impossível crer no semblante, se apoiar nele. E, por isso, Moritz não se encaixa, ele fecha a porta e pronto: liberdade. Moritz não sabe o que perdeu. Por isso ele se perde, erra, pois não está submetido ao significante fálico e à castração, encarnando o não-tolo (CAPANEMA, 2015).

Moritz: “As folhas murmuram alguma coisa. É como se eu escutasse a minha avó, que Deus a tenha, me contando baixinho a história da Rainha sem cabeça. Era uma rainha muito bonita, a mulher mais linda do reino. Mas por uma infelicidade, tinha vindo ao mundo sem cabeça. Não podia comer, nem beber, nem ver, nem rir. E também não podia beijar. Só podia se comunicar por gestos, com suas mãos pequenas e macias [...]. Um dia ela foi derrotada por um reino cujo rei tinha duas cabeças. As duas brigavam muito. Discutiam de tal maneira que nenhuma deixava a outra falar. O mágico da corte pegou a cabeça menor e colocou na rainha. Foi perfeito, encaixou como uma luva. Eles se casaram e, a partir desse dia, as cabeças não brigaram mais [...]. Desde as férias eu não penso em outra coisa a não ser a Rainha Sem Cabeça. Não paro de pensar nela. E quando eu vejo uma menina bonita, eu imagino como ela seria sem cabeça. Depois, de repente, eu sou a Rainha sem Cabeça. Eu. E a possibilidade de alguém colocar outra cabeça sobre o meu pescoço”. (WEDEKIND, 2014, p. 18)

Nessa passagem, verificamos que Moritz encarna também o duplo, demonstrando que, onde não há índice de sujeito, ressoa a potência do objeto real e a angústia entra em cena em seu “caráter extremado (*émoi*, que etimologicamente é derrota, fracasso, destruição) pelo gozo do Outro” (COELHO DOS SANTOS, 1994, p. 46). O duplo, esclarece Zizek (1993), é o

mesmo que o eu (*moi*) e, no entanto, me é totalmente estranho. Isso porque a imagem do duplo se transforma facilmente em seu contrário, se transforma em radical alteridade, equivalente à “massa amorfa do real”, o “intratável” (ZIZEK, 1993, p. 115), o objeto *a*.

#### **4.3. Sobre a escolha pela errância e a “suspensão” do Outro**

Conforme desenvolvido por Bemfica e Vilas Boas (2015) a partir do documentário de João Moreira Sales e Katia Lund, intitulado “Notícias de uma guerra particular” (1999), há, além de todo enquadre social e político da vida dos adolescentes autores de atos infracionais, um conflito particular vivenciado pelo adolescente consigo mesmo no que diz respeito à sua guerra interna singular, à sua errância e à “escolha forçada” pela vida infracional.

Em nossa prática verificamos que, quando o adolescente encontra o desejo anônimo no campo do Outro familiar que o particulariza e que o delega, com seu anonimato, a um lugar de objeto-dejeto, a recusa do Outro, por parte do jovem, quase como uma denegação, ganha certo valor. Entendemos que a recusa do jovem em ser capturado nesse lugar mortífero de objeto-dejeto positiva a sua errância como um desvio. A errância é, nesse sentido, defesa e fuga desse Outro consistente que se apresenta ao adolescente imaginariamente.

No aprisionamento superegóico e imaginário, que caracteriza o aprisionamento do adolescente em um “Tu és” sem mediação simbólica, o que fica excluído é a função da falta e o que fica em evidência é a potencialização da angústia, posto que ela “não é o sinal de uma falta, mas de algo que devemos conceber num nível duplicado, por ser falta de apoio dado pela falta” (LACAN, [1962-1963]/2005, p. 52). Nesse confinamento do sujeito ao Outro, visto que está em questão a destituição da falta que estrutura a relação do sujeito com a realidade e com seu gozo, produz-se uma perturbação da dimensão do movimento que caracteriza o sujeito que se encontra sempre em vias de advir.

Quando a angústia ultrapassa o sujeito, ela pode produzir algo como uma destituição subjetiva face à qual ele resta como que confinado no campo

do Outro (COELHO DOS SANTOS, 1994). Nesse sentido, não seria a potencialidade da errância, e aqui retomamos nossa proposta final sobre a errância neste trabalho, a de inserir um intervalo desse confinamento, dessa alienação no campo do Outro no qual o adolescente pode se encontrar aprisionado?

Entendemos que a função da errância pode ser pensada como uma suspensão, uma abertura, um intervalo de tempo para que o sujeito se apresente, na medida mesmo em que produz uma separação do Outro no qual o sujeito se encontra alienado. Essa leitura nos parece encontrar ressonâncias na seguinte abordagem proposta por Lacadée:

Fugas e errâncias aparecem no momento em que o sentimento de vazio assombra o adolescente. Separar-se daquilo que se foi na condição de criança capturada pelo discurso do Outro desnuda um vazio, um buraco de significação. (LACADÉE, 2011, p. 46)

Ali onde o sujeito se aliena, trata-se de sustentar o vazio e levar o adolescente a não deixar de crer na ambiguidade da língua, mantendo, em relação a esta, a sua condição de “ser de exílio” (LACADÉE, 2011, p. 14). A ambiguidade da língua, que é a marca introdutória do sujeito, implica, nos termos psicanalíticos, conforme trabalhado, no manejo com os mecanismos de alienação e separação que constituem o sujeito.

Nesta direção, ao se perguntar sobre a errância na adolescência, Sauvagnat (2004) localiza a presença de certas demandas inconscientes que o jovem faz ao Outro social na busca de uma função mediadora de seu gozo ao mesmo tempo em que aponta para um questionamento ou para uma pergunta sobre o seu lugar, como sujeito, no desejo do Outro.

Digo isso porque, ao colocar uma questão no Outro no qual e a partir do qual ele responde, o Outro que o nomeia, o sujeito já tomou uma posição, pois já se começou a esboçar uma dúvida sobre o lugar mortífero que o Outro delega e que requer ser relativizado de forma que o adolescente possa localizar, em sua bagagem simbólica, elementos que possam contrariar esse lugar instituído pela “maldição parental” que, no caso dos adolescentes aqui em questão, anunciam, do erro ao pior, o lugar de objeto-dejeto e dejetado no campo do Outro. Essa maldição marca a importância de se inserir a dimensão do engano do Outro, de sua inconsistência, ou seja, colocá-lo em suspenso, no trabalho com os jovens.

Mas como desejar quando se está identificado com o lugar de objeto-dejeto? Para que haja a possibilidade do adolescente esboçar algo de seu desejo entendemos que se trata, inicialmente, de produzir uma vacilação desse Outro caprichoso e gozador de forma a abrir uma brecha para o sujeito, ou seja, abrir uma brecha para o vazio da significação de seu ser no campo do Outro. Ou seja, trata-se de balizar a incidência destrutiva do “Tu és”, em seu peso de significante puro, superegóico, localizando com o adolescente a função da escolha pela errância.

Tanto no caso intitulado “Aquele que faz tudo errado”, como no caso que nomeamos “Aquele que está em qualquer lugar”, a escolha pela errância feita, respectivamente, por Riobaldo e por Luana é uma resposta ao anonimato do desejo materno que a eles se apresentou de forma impositiva, precipitando sua fuga. Mas é preciso demarcar uma particularidade. Para Riobaldo, seu lugar está dado no desejo materno que localiza: “tu és um merda”. Esse significante o particulariza, ao mesmo tempo em que o aprisiona e o mortifica. Não se trata de um desejo anônimo no sentido de que ele não seria particularizado no campo do Outro. Mas se trata de um desejo anônimo, posto que não há uma aposta que aponte para seus laços de vida, há uma desistência parental colocada em seu caso, o que situa também uma das dimensões do “desejo anônimo”. O significante que o particulariza o encerra no campo do Outro como um objeto-dejeto e dejetado de sua cena. Para Luana, não há um “Tu és isto” petrificador. Mas é a sua particularidade que fica em suspensão quando o desejo do Outro se impõe a ela de forma anônima, pois ela se apaga e cola no outro, ficando “fora de si”.

#### **4.4. Entre errâncias: na cena e fora da cena do Outro – *Acting out* e passagem ao ato**

O anonimato do desejo parental potencializa na adolescência a dimensão do gozo que se precipita ao adolescente nesse tempo do despertar de seu sonho infantil, nesse tempo do despertar para o real que seu sonho revestia e envelopava. Isso porque, quando o adolescente não encontra suporte no desejo do Outro, em suas raízes e em relação à sua história, observamos que



ele vivencia tanto um sentimento de não-pertencimento, como fica mais exposto à violência do imaginário especular e do real do gozo que a ele se precipita.

Temos, sobre a relação entre a errância e o ato infracional, uma questão: quando o sujeito se vê aniquilado, esmagado pelo Outro ao qual seu desejo se articula, posto que o desejo do Outro está em situação de exílio, ou seja, quando a errância está colocada como resposta do sujeito a essa configuração, temos um campo propício para a passagem ao ato e para o *acting out*? Entendemos que sim, pois, quando o desejo está banido no campo do Outro, exilado, apresentando-se, portanto, como anônimo ao sujeito, é o real, correspondente à “superegoização do eu ideal” (ZIZEK, 2016), que se precipita como angústia imposta ao adolescente a partir desse tamponamento da falta pelo eu ideal.

Essa proposta nos convoca a retomar a abordagem lacaniana da angústia em seu seminário, livro 10, “A angústia” ([1962-1963]/2005), que, na direção do “último pensamento de Freud”, especificamente a partir da tese freudiana da angústia-sinal, define-se como um sinal no eu, no campo imaginário do eu, ou seja: “a angústia-sinal que se produz no eu (*moi*) concerne a um perigo interno. É um sinal que representa uma coisa para alguém, digamos, o perigo interno para o eu” (LACAN, [1962-1963]/2005, p. 69). Ao dar um passo além da ideia de perigo interno do eu, Lacan irá situar a angústia na borda da imagem, na superfície, tendo relação com o eu ideal [*i* (a)]. A angústia é, nesse sentido, um “fenômeno de borda” que concerne ao campo imaginário do eu e que se produz quando a falta falta, quando a lei do desejo não faz sua função de barrar o gozo.

O despertar para a angústia, esse afeto que se “desprende, fica a deriva” e que “podemos encontrá-lo deslocado, enlouquecido, invertido, metabolizado [...]” (LACAN, [1962-1963]/2005, p. 2), encontra na passagem ao ato e no *acting out* uma solução contrária ao sintoma. Posto que o afeto não está amarrado na rede significante — que rompe ou impossibilita o laço social que implica a divisão do sujeito (COELHO DOS SANTOS, 2001; SALUM, 2008). A angústia, esse “afeto (*Affect*) por excelência da clínica psicanalítica”, (COELHO DOS SANTOS, 2001, p. 108) é o sinal da divisão do sujeito entre o

desejo e o gozo (castração), é o gozo deslocalizado que aponta, tal como indica Mezêncio (2008), entre os adolescentes, para uma clínica da passagem ao ato que é fruto da desagregação da vertente simbólica do sintoma e que implica, portanto, um retorno do gozo no real e não uma clínica do retorno do recalado.

Essa clínica que opera com o gozo deslocalizado nos remete a abordagem lacaniana da passagem ao ato e do *acting out* na parte IX do seminário “A angústia” (1962-1963/2005). Neste seminário, Jacques Lacan retoma a relação do objeto pequeno *a* com o sujeito e seu Outro, ou seja, este lugar no qual o sujeito pode se enlaçar, onde ele se constitui e no qual ele pode assumir um lugar de portador da fala — para enfatizar a dimensão do afeto que deriva em relação à cadeia associativa do sujeito (BASTOS; CALAZANS, 2010).

O *acting-out*, “expressão derivada do *agieren* freudiano” (BASTOS; CALAZANS, 2010, p. 246), se refere à presença desse afeto que não está harmonizado na cadeia associativa do sujeito. Nesse sentido, o afeto em deriva se atualiza em ato, através do agir, se mostrando na conduta do sujeito de forma orientada para o Outro. E isso, nos diz Lacan, merece todo o destaque. Pois, o *acting out* se mostra para o Outro, mas, na análise, ele se dirige ao analista (BASTOS; CALAZANS, 2010), sendo, portanto, o começo da transferência, “é a transferência selvagem” (LACAN, 1962-1963]/2005, p. 140).

Na passagem ao ato, o objeto pequeno *a* se articula à função de resto, do que é deixado cair da cena do Outro, pois há um curto-circuito entre o objeto pequeno *a* e o sujeito devido a uma ruptura do circuito que os conectava, produzindo a queda ou a saída do sujeito do campo do Outro. Em sua abordagem da passagem ao ato, Jacques Lacan situa duas condições essenciais: “a primeira é a identificação absoluta do sujeito ao *a* ao qual ele se reduz. [...] A segunda é o confronto do desejo com a lei” (LACAN, 1962 [1963]/2005, p. 125).

A passagem ao ato é uma resposta à angústia vinculada ao apagamento do sujeito no campo do Outro no qual ele soçobra como resto, produzindo uma precipitação em ato da afânise do sujeito e sua queda: “ele se precipita e despenca fora da cena” (LACAN, [1962-1963]/2005, p. 12). Uma outra

referência desse conceito é que, com a passagem ao ato, o sujeito produz uma mudança em seu destino. Ou seja, a sua radicalidade é se tratar de um antes e de um depois, visto que a saída da cena do Outro é uma evasão e, por isso, Lacan corresponde a passagem ao ato à fuga:

A que chamamos fuga, no sujeito que nela se precipita, sempre mais ou menos colocado numa posição infantil, senão a essa saída de cena, à partida errante para o mundo puro, na qual o sujeito sai de cena à procura, ao encontro de algo rejeitado, recusado por toda a parte? Ele vira fumaça, como se costuma dizer, e, é claro, retorna, o que talvez lhe de ensejo de ser valorizado. A partida é justamente a passagem da cena para o mundo. (LACAN, 1962-963/2005, p. 130)

Os jovens que acompanhamos e que instigaram a realização dessa pesquisa, em suas “partidas errantes para o mundo”, entre atos, duelos e encontros com “a hora da morte”, após serem apreendidos, capturados nas malhas do Outro da justiça, da lei e da proteção, puderam contar com um Outro que, com seu desejo, deu lugar a um espaço de fala. Assim, do imperativo do ato, do agir, à possibilidade de dizer, de tomar a palavra e de dar lugar à função da errância em sua vida, cada adolescente pôde, talvez, produzir algumas condições de balizar sua angústia, ou seja, de mediar a sua relação com o desejo do Outro, a partir da inserção de índices de separação na alienação que o constitui como sujeito e da localização de algo de seu gozo nas tessituras de sua rede significante.

#### **4.5. Errância e outras rotas**

Sonia Alberti (2009), na “travessia das aparências” na qual situa a adolescência, aborda o despertar para a puberdade localizando, primeiramente, o impossível da relação de complementaridade entre os sexos e, em segundo lugar, o fato de que o sujeito vai se deparar sempre com o ponto de obscuridade, o real de seu gozo.

Conforme mencionado, a tese da não-relação sexual que sustenta a abordagem lacaniana da adolescência implica a composição do gozo e do semblante ali mesmo onde a relação sexual não se inscreve, colocando, para além da ideia de uma estrada guia principal para o adolescente seguir, a estrada do Nome-do-Pai, “as pontes, as passarelas, os edifícios, as

construções, em suma, que correspondem à carência da não relação sexual” (LACAN, 1971, p, 15).

No seminário “Os Nomes-do-Pai” (1963/2005), nomeado por Miller como “o seminário inexistente”, visto que ele não se encontra na série numérica de seus seminários, Jacques Lacan retoma a doutrina freudiana da metáfora do Nome-do-Pai, metaforizador simbólico do Desejo da mãe, e avança, seguindo o traçado de seu seminário “A angústia”, livro X, na direção da pluralização do Nome-do-Pai, ou seja, desloca-se da ênfase dada à função do pai como interditor para aquela que transmite a causa do desejo. Essa nova noção indica a pluralização do pai nos variados nomes que fazem suporte à sua função, ou seja, trata-se do pai como artifício devido a sua própria multiplicidade e causa de desejo, o “pai-versão do gozo”:

Do pai inicial, fundamento do laço social reduzido a um símbolo, portanto na condição de morto, passamos agora a um pai vivo; da unicidade a uma multiplicidade de “exceções” à lei; da universalidade à particularidade do objeto (a) que um homem extrai do corpo de uma mulher. A questão trata menos do poder do pai sobre o filho do que do sintoma do pai: seu objeto pulsional encontra-se em uma mulher ou em outra coisa? É o que Lacan também chama, mas em outro sentido, desta vez a partir do desejo do pai, de versão “pai” do gozo, da “pai-versão” [père-version] do gozo. (ZENONI, 2007, p. 24)

Em seu seminário posterior, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964/1996), livro XI, Jacques Lacan anuncia que não iria mais retomar os Nomes-do-Pai em seus seminários. Por que, então, no seminário intitulado “Os não-tolos erram” (1973), livro XXI, dez anos depois, ele faz esse retorno (GONZÁLES TÁBOAS, 2015, p. 16)? Neste momento final deste trabalho, respeitando nossos limites nesta pesquisa, abordaremos brevemente algumas particularidades sobre essa retomada lacaniana a fim de localizar, no deslocamento de um termo ao outro, o destaque dado por Táboas Gonzáles, no passo a passo da leitura desse livro realizada em quinze tópicos ou “clases”, a “o pequeno erre” nesse seminário lacaniano:

Le sucede desde el título mismo que há elegido para su seminario, *Les non dupes errent*, resultado de un pequeño error (un petit erre) del que le há surgido la homifonía, cuya pronunciación en lengua francesa da lugar a dos significados diferentes: Les noms du Père suena em francés como Les nom-dupes errent. (TÁBOAS GONZÁLES, 2015, p. 36)

Trata-se, nesse seminário, da localização do espaço do ser falante nos registros do real, do simbólico e do imaginário, sem uma preferência dada a um ou outro registro. Sobre esse tempo do ensino lacaniano, três referências são

localizadas por Capanema e Vorcaro (2011): em primeiro lugar, o significante mestre não é suficiente para garantir a identidade do sujeito; em segundo lugar, o significante fálico não garante a relação com o outro sexo; e, finalmente, o nome-do-pai elevado, a sua pluralização, introduz novas perspectivas para se pensar a saída da adolescência a partir da amarração dos registros do imaginário, do simbólico e do real (CAPANEMA; VORCARO, 2011).

A pluralização dos nomes do pai indica que o itinerário do desejo a ser mapeado por cada adolescente pode servir como uma baliza à sua errância, produzindo um saber que “se sabe, consigo” (LACAN, 1976/1998, p. 571), na medida em que o verdadeiro está à deriva quando se trata do real, a respeito do qual se deve ser tolo: “A boa tolice, aquela que não erra, é necessário que haja alguma parte do real do qual ela seja tola”<sup>9</sup> (LACAN, 1973/1974).

Ao deslocar-se da errância ao *erreur*, ao *erre*, Jacques Lacan localiza que erram aqueles que não se encontram enamorados de seu inconsciente, erram aqueles que não são tolos do real, embora errem também os que o são. Sobre o real e o “erre”, “esse negócio que impele”, Lacan pronuncia:

Mas é talvez esse erre (e, dois, r, e) vocês sabem, esse negócio que impele aí, quando o navio se deixa balançar – é talvez aí que podemos apostar em achar o Real um pouco mais adiante [...]. (LACAN, 1973, p. 57)

A referência ao *iterare* em oposição ao viajante errante, localiza Táboas Gonzáles (2015), situa a repetição, o recomeço constante, a insistência disso que impele e que encontra na linguagem, na errância, à qual o analisante se dispõe ao tomar a palavra e deslizar na língua, a chance de poder encontrar uma outra coisa que possa responder pela sua condição de sujeito de desejo e de gozo. Assim, ao se deslocar metonimicamente da errância ao *erreur* e, finalmente, ao *erre*, à letra, a errância é situada nos domínios da repetição, para afirmar que o erro é acreditar que se é um estrangeiro em relação à própria vida, no sentido em que é preciso se saber causado pelo inconsciente:

Errar resulta da convergência do erro (*erreur*) com algo que não tem estritamente nada a ver com isso, que tem parentesco com essa errância (*erre*) da qual lhes falei há pouco, que é estritamente a relação com o verbo iterar. Iterare, além disso! [...] [Que] está ali unicamente por *iter*, que quer dizer viagem [...] Só que, de todo modo,

---

<sup>9</sup> Este trecho se encontra na lição intitulada “O batismo do real”, número 3, do seminário XXI, “Os não-tolos erram” [1973/74], Bahia, julho, 1995.

errar vem de iterar, que nada tem a ver com viagem, pois iterar quer dizer repetir, de iterum. (Lacan, [1973-1974], 1995)<sup>10</sup>.

É com a questão, “Por que é que ele vem?” (BROUSSE, 2011), que Marie Hélène Brousse enfatiza o “isso” que porta aquele que se dirige ao analista, o “isso falha”, seu mal-estar, o que se repete, *iterare*. No caso de Riobaldo, a experiência de quase ter morrido o fez se deparar com o “ponto diante do qual, desamparado diante do real, sem o véu da imagem ou a tradução significativa, o encontro com a coisa provoca no sujeito o afeto que não mente” (MACHADO, 2008, p. 1). Quando ele vem encaminhado pelo Juiz da Infância e da Juventude para o cumprimento de sua medida socioeducativa é disso que ele fala: da morte e da vida. Isso fala através da repetição reiterada manifesta na confusão em que ele se mete, a cada vez, com seus colegas com os quais briga, rompe. Ele vai além, infringe a lei do Outro do tráfico, fica ameaçado. O que ameaçava esse adolescente? A sombra de ser um merda como seu pai? Esse adolescente, ao se dispor à errância de seu dizer, contrariamente “à recusa do espaço do ser falante” (LACAN, 1973/1974), que é também errância, localiza, para além do nome-do-pior que lhe mortifica como um objeto-dejeto do capricho materno, o que é a sua herança paterna, da qual ele quer se desembaraçar. Esse trabalho, minimamente realizado por esse jovem, lhe permitiu circular por outros significantes, demonstrando seus índices de separação do lugar alienado no desejo do Outro no qual se funda.

No caso de Luana, entre o anonimato do Outro e o completamente “fora de si” que a singularizava, em sua errância, ela encontra, primeiramente, o amor. Um amor narcísico, colado, imaginário, como o amor por sua mãe. Com o argumento de que seu “psicológico era fraco”, essa jovem demanda ser escutada. Do que fala essa jovem? Do amor, do desamor, da falta de limite em relação ao outro, de como se cola no outro, não sem agressividade. Ela não quer falar do seu ato agressivo contra a menina. Mas da tentativa de assassinato de seu padrasto. Ele percorre em sua fala o deserto materno, o

---

<sup>10</sup> A trecho acima se encontra no seminário, livro 21, “Os não-tolos erram” [1973/74], Bahia, julho, 1995. Para melhor situar o leitor, segue o trecho em sua versão em francês: « Seulement, il faudrait bien savoir ce que ça veut dire : ça erre. Errer résulte de la convergence de error : erreur, avec quelque chose... qui n'a strictement rien à faire, et qui est apparenté à cette erre dont je vous parlais tout à l'heure ...qui est strictement le rapport avec le verbe iterare. Seulement, quand même, errer vient de iterare, qui n'a rien à faire avec un voyage, puisque ça veut dire répéter, de iterum [re-iterum] ». (Lacan, 1973/1974, p. 16).

inferno que é para ela a relação com o outro, os significantes que usa para se defender do outro que se lhe apresenta ameaçador, esse outro especular que a invade, inserindo-a no território da rivalidade e demonstrando que é o “fora de si” o que aparece em cena. Ela está fora de si quando não se separa do seu outro especular, ela erra de duplo em duplo, ora atacando, ora sendo atacada.

Nesse contexto, a oferta da escuta psicanalítica contribui para essa jovem, primeiramente, se posicionar em relação ao seu ato, pois ela sabe que algo se precipita nela e sabe também que não se controla quando fica “fora de si”. Trata-se, em oposição, de localizar o que particulariza essa adolescente no campo do Outro. E, para essa jovem, é a recuperação de algo menos nocivo da herança materna, alocada a partir de sua tia que aceita acolher essa jovem, o que apresenta um índice de sua particularização no campo do Outro, um Outro que lhe dê abrigo para que dele, posteriormente, quem sabe, ela possa se separar.

## **Conclusão**

*No desatino de nosso gozo, só há o Outro para situá-lo, mas na medida em que estamos separados dele.*

Jacques Lacan, "Televisão" [1973], p. 533.

Começaremos a conclusão deste trabalho a partir do nosso ponto de partida, a saber, a impossibilidade de esgotar a potencialidade que o termo errância aloca em si mesmo e de contemplar em uma pesquisa aquilo que cada adolescente, muito além das reflexões aqui tecidas, nos ensina em nosso trabalho. Dessa forma, esta investigação, como toda pesquisa, nasce de um impossível, o impossível de tudo dizer.

O encontro com a puberdade marca um novo tempo para o adolescente no que diz respeito ao redimensionamento de seu lugar no desejo do Outro, ao luto de seu corpo infantil e à reconstrução de sua imagem. A adolescência é, por isso, uma travessia e um tempo propício à enunciação de uma posição desejante. E, por outro lado, é também o momento em que o adolescente é confrontado com a sua estranheza, a estranheza de seu gozo e de seu corpo que a ele se precipita. Essa particularidade do encontro com a puberdade, que configura para Sigmund Freud a adolescência, articulada à questão do desejo anônimo, situa nossa abordagem da errância entre os territórios do desejo e do gozo.

Os casos que inspiraram esta pesquisa exigiram, primeiramente, uma delimitação do contexto social no qual os adolescentes autores de atos infracionais pertencem, assim como uma reflexão sobre os elementos que estariam articulados à errância. Em relação a esses elementos, elencamos: a invisibilidade, a indiferença, o sentimento de não pertencimento no campo do Outro e as predicções nominativas que reduzem o adolescente autor de ato infracional a um objeto-dejeto e dejetado do campo do Outro social.

Nesse campo de reflexão, ao abordar a sociedade atual a partir da dimensão freudiana do ingovernável, Matos (2004), no diálogo estabelecido com Jacques-Alain Miller, trabalha com a ideia de nomadismo como consequência do esgarçamento do antigo tecido social na produção da angústia na subjetividade contemporânea marcada, por sua vez, pelas figuras do desligamento, da desconexão, da desfiliação, e do desplugamento. Esses significantes, conforme mencionado em nossa pesquisa sobre a errância, são



muito presentes na vida dos adolescentes infratores que são desligados das medidas socioeducativas, desconectados do Outro da tradição, desfilados em relação ao desejo do Outro.

Essa configuração contemporânea que os jovens com os quais trabalhamos demonstram vem acompanhada, em contrapartida e de forma assertiva, das palavras de ordem, tal como apresentadas por Matos, vigiar e punir. Entretanto, contrária a essa ordem, a psicanálise se orienta pela perspectiva do laço social, a partir dos meios singulares de satisfação que o sujeito adolescente encontra para se enlaçar ao campo do Outro. Mas, sustentada na lógica do caso a caso, a psicanálise não pode excluir também, no caso a caso, a função que pode ter a punição e a vigilância para determinado adolescente.

A partir da análise dos casos acompanhados, verificamos que a errância, para alguns jovens, é uma resposta ao desejo anônimo do Outro parental e social em face ao qual o adolescente soçobra como um objeto-dejeto. O desejo anônimo é, nesse sentido, condição para o engendramento de um Outro dotado de uma poderosa consistência imaginária na cena da adolescência.

Ou seja, no deserto de referência de um Outro do desejo, o adolescente resta aprisionado em um “Tu és isto” (LACAN, 1949/1998, p. 103) que incide sobre ele de forma imaginária e superegóica, tal como previsto no esquema da dialética intersubjetiva (esquema L), no qual se evidencia a relação dual como um obstáculo ao advento do sujeito, na medida mesmo em que a anulação do sujeito duplica o eu. Essa consistência imaginária, seja no âmbito familiar ou social, presentifica para o adolescente a potência da sua alienação na identificação com aquele que é dejetado da cena do Outro social e familiar. Por outro lado, quando em relação ao desejo anônimo o adolescente se encontrar como que apagado da cena do Outro, na medida em que falta o desejo que o particulariza, ao perder o seu nome de sujeito, a errância pode ser também uma resposta privilegiada.

Com esse recorte, inicialmente, propomos nesta pesquisa a ideia de uma errância especular que apresenta, logo de saída, um paradoxo. Afinal de contas, como a errância, que é movimento — vagar, errar — pode se articular à especularidade, que é inércia? Foi a partir da expressão lacaniana “sombra

errante de seu próprio eu” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 211) que encontramos, tendo como referência o duplo e o ponto de fuga da imagem, condições de propor que, quando o adolescente se encontra aprisionado no registro imaginário do eu, colado no outro ao qual se aliena, a errância se realiza nesse circuito fechado do eixo  $a-a'$ , na medida em que a diferença e a alteridade não estão presentes.

Para sair desse circuito imaginário vinculado a um gozo arcaico com a mãe, ou vinculado à “suspensão à hora do Outro”, tal como nos ensina *Hamlet*, há um preço a ser pago: o preço do luto e da morte, ou seja, o preço do deslocamento do lugar de falo do Outro materno no qual o adolescente pode se encontrar aprisionado na tentativa inglória de responder à fantasia materna. Essa questão é fundamental em nosso trabalho com os adolescentes, pois a potência do desejo anônimo é exatamente deixar o sujeito “suspenso à hora do Outro”, visto que, ao não se particularizar, o sujeito resta como presa do fantasma do Outro materno e submetido ao supereu em sua face de personagem sombreado, que compõe o registro do imaginário, e como figura obscena e feroz, insensata, que o localiza no registro do real. O supereu, especialmente o supereu materno, é também um dos nomes da “maldição parental” da qual o adolescente em sua travessia precisa se deslocar (SAUVAGNAT, 2004).

A questão da carência do Nome-do-Pai apresentada na fala de alguns adolescentes nos levou a abordar algumas particularidades da modernidade e de nossa contemporaneidade. Se na modernidade o Outro se apresentava em declínio, na medida em que o saber parental e a crença nas instituições já se anunciavam, em nosso tempo atual, na medida em que o Outro do saber foi elevado à condição de semblante e, especialmente, na medida em que o ideal perdeu seu posto para o objeto  $a$  e o eu elevados ao zênite da civilização, torna-se mais propícia a captura dos jovens pelos ideais imaginários, que facilitam as identificações fluidas, ao mesmo tempo em que distanciam os jovens do saber, construído singularmente, sobre algo de seu desejo. Entretanto, isso não quer dizer que vivenciamos um território de sujeitos errantes, mas localiza novos desafios para os adolescentes. Especialmente em um contexto de vida em que se recolhem os efeitos de desregulação pulsional

devido à precariedade dos laços sociais e libidinais no campo do Outro familiar e social.

Depois, ao abordarmos o despertar da adolescência como o despertar para a angústia, localizamos, para além da angústia vinculada à falta da falta, o atravessamento real ao qual é convocado o adolescente confrontado com a sua parte não inscrita no campo do Outro no qual ele se funda e se aliena e da qual deve se separar para poder advir como sujeito. Nesse sentido, foi fundamental em nosso trabalho operarmos a partir da dinâmica do sujeito com o Outro, pois esse dimensionamento permite localizar uma outra função da errância na adolescência, a saber, a de inserir um intervalo entre o sujeito e o Outro no qual ele se aliena. Nesse sentido, a errância é positividade, abertura para o novo e implica, portanto, a sustentação de uma “ética da tolice”, ou seja, essa que afirma a “inconsistência do Outro” (SAUVAGNAT, 2016) em relação à qual o adolescente pode se relançar, a partir de sua errância, na direção de novas rotas que incluam seu desejo e seu modo de gozo.

Por fim, concluímos este trabalho com uma reflexão sobre a responsabilidade da psicanálise no trabalho com adolescentes autores de atos infracionais e em errância. Entendemos que a responsabilidade da psicanálise consiste em sustentar uma posição subversiva, ou seja, que faça resistência ao paradoxal enquadre das identificações fluidas e dos ideais em declínio que imperam sobre a juventude com toda a sua potência alienante. Ou seja, propomos como responsabilidade da psicanálise a tarefa de situar o real como princípio e trabalhar na vertente da construção do sintoma ali mesmo onde a errância entre os adolescentes é uma primeira resposta subjetiva que demonstra, por um lado, a relação com a alienação ao desejo do Outro e, por outro, uma tentativa primeira de separação.

No escopo de sua responsabilidade está também a tarefa de sustentar um desejo não anônimo no trabalho com os adolescentes acompanhados, de forma que eles possam encontrar um suporte para mapear os territórios imaginários e simbólicos a partir de onde respondem ao real em jogo em suas vidas. Nesse sentido, é preciso ir além do predicado que encarcera os modos de vida, é inevitável suspender o verbo e convidar o sujeito a tomar seu posto de autoria e responsabilidade pela sua própria condição alienada ao Outro e dele separada, não-todo alienada.

## Referências bibliográficas

AICHHORN, A. **Juventud desamparada**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

ALBERTI, Sonia. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

\_\_\_\_\_. Sintoma e falência do Pai. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA EPFCL/AFCL, 2010, Fortaleza. Disponível em <<http://encontrofortaleza.jimdo.com/prel%C3%BAdios/sintoma-e-a-fal%C3%AAncia-do-pai/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

ARANTES, E. Práticas piedosas aos desvalidos, assistência pública a menores abandonados e crianças e adolescentes como titulares de direitos. In: BEMFICA, A. (org.). **Psicologia Jurídica: ética, transmissão e política**. Rio de Janeiro: Imago, 2011, p. 171-190.

\_\_\_\_\_. **A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência da categoria “menor abandonado” no Brasil. 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008. Disponível em: <[www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/noticias/noticiaDocumento/A\\_reforma\\_das\\_prisoes.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/noticias/noticiaDocumento/A_reforma_das_prisoes.pdf)>. Acesso em : 12. Nov. 2015

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. A inquirição da vítima de violência sexual intrafamiliar à luz do melhor interesse da criança. In: **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília, 2009.

BARROS, Fernanda Otoni. O objeto “a” é um fundamento do laço social. **Revista eletrônica do IPSM-MG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalisemg.com.br/psicanalise/almanaque/textos/O%20objeto%20a%20como%20fundamento%20-.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Do Direito ao Pai**. A paternidade no tribunal e na vida. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2005.

\_\_\_\_\_. Direito e Psicanálise: controversias. In: GUERRA, A; FERRARI, A; OTANI, M (Orgs). **Direito e Psicanálise: controversias contemporâneas**. Curitiba, CRV, 2014.

BARROS, P. **“Eu vinha andando pela rua”**. Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua? 2015. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

BASTOS, A; CALAZANS, R. Passagem ao ato e acting out: duas respostas subjetivas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 254-256, Maio/Ago. 2010. Disponível em:

<<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/404> 2010>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BEMFICA, A. G ; VILAS BOAS, Cristina Campolina. **Rede e políticas públicas**: a ação do psicólogo na construção da política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei inserido no sistema socioeducativo. Barbacena. Fumarc, 2015, p. 101-119.

BEMFICA, A. G.; MARTELO, A. “Eu me sucumbo, eu me abismo”: reflexões sobre o des (encontro) amoroso na adolescência a partir da psicanálise, da literatura e do cinema. **revista dEsEnrEdoS**, ano VII, n. 24, p. 1-19, Teresina, 2015. Disponível em: <<http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/24-Artigo-BemficaEMartello-Amor.pdf>><<http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/24-Artigo-BemficaEMartello-Amor.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

o político-clínico  
no trabalho com os adolescentes: responsabilidades compartilhadas.  
**Perspectivas em políticas públicas**, v. VIII, n. 15, p. 233-253, jun. 2015.  
Disponível em:  
<[http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal8P20150410111103.p](http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal8P20150410111103.pdf)  
[df](http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal8P20150410111103.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BENJAMIM, W. **Baudelaire e a modernidade**. São Paulo: Autêntica, 2015.

BIGNOTTO, N. Homogeneidade e exceção. **Revista Curinga**, Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise Seção Minas, n.35, p. 63-74, 2012.

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. A fragmentação infinita do corpo. In: FREIRE, Ana B. (org). **O corpo e suas vicissitudes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 17-33.

BRANDÃO E SOUZA, Mônica. **Adolescentes em conflito com a lei**: um estudo sobre os adolescentes no tráfico de drogas e o alcance das medidas socioeducativas em meio aberto. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Medida socioeducativa em meio aberto: a experiência de Belo Horizonte**. Vol 1. Metodologia. Belo Horizonte: Santa Clara, 2010.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Declaração universal dos direitos do homem e do cidadão**. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>>. Acesso em: 12 de nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Código dos Menores**. 1979. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso em:  
12 nov. 2015.

BRISSET, F. A ginga entre a lei e o tô fora da lei. In: CALDAS, H; BEMFICA; A, BOECHAT, C. **Errâncias, adolescências e outras estações**. Belo Horizonte: Editora EBP, 2016, p.111-125.

BROUSSE, M. Corpos lacanianos: novidades contemporâneas sobre o Estádio do espelho. **Opção Lacaniana online nova série**, ano 5, n. 15, p. 1-17, 2014. Disponível em  
<[http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_15/Corpos\\_lacanianos.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_15/Corpos_lacanianos.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Por que é que ele vem? **Opção Lacaniana online nova série**, ano 2, n. 4, p. 1-7, 2011. Disponível em:  
<[http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_4/Porque\\_que\\_ele\\_vem.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_4/Porque_que_ele_vem.pdf)>. Acesso em 12 jan. 2017.

CAPANEMA, C. **As modalidades do ato na psicanálise e sua singularidade na adolescência**. 2009. Dissertação de mestrado. Orientadora: Angela Vorcaro. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp110515.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **A contingência da paternidade como forma de amarração do quarto el do nó borromeano na adolescência**. 2015. Tese de doutorado. Orientadora: Ângela Vorcaro. Univeridade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:  
[http://www.fafich.ufmg.br/ppgpsicologia/attachments/article/276/Tese%20Carla%20Capanema%20\(LAN%C3%87ADO\).pdf](http://www.fafich.ufmg.br/ppgpsicologia/attachments/article/276/Tese%20Carla%20Capanema%20(LAN%C3%87ADO).pdf). Acesso em: fev. 2017.

CAPANEMA, C; VORCARO, A. Modalidades do ato na particularidade da adolescência. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151614982012000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982012000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Chicanas da travessia adolescente. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 82-99, 2011. Disponível em:  
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n1/v17n1a07.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

CAZOTTE, J. O diabo amoroso (1972). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1992.

CASTILHO, P. Uma discussão sobre a angústia em Jacques Lacan: um contraponto com Freud. **Revista do departamento de psicologia**, Niterói, UFF, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n2/04.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

CASTRO, S. Direitos e deveres. **Revista Curinga**, Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise Seção Minas, n.35, p. 13-16, 2012.

COELHO DOS SANTOS, Tania. A psicopatologia psicanalítica de Freud a Lacan. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, v. XVIII, n. 184, p. 74-82, 2005. Disponível em: <<http://www.berggasse19.psc.br/site/wp-content/uploads/2012/07/A-psicopatologia-psicanal%C3%ADtica-de-Freud-a-Lacan.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. A angústia na clínica e na teoria psicanalítica. Publicado na revista do Tempo Psicanalítico número 27, Ed. SPID, RJ., pags. 45-59, 1994. Disponível em : [http://www.isepol.com/bibliotecavirtual/4angustia teoria e na clinica.pdf](http://www.isepol.com/bibliotecavirtual/4angustia%20teoria%20e%20na%20clinica.pdf)

\_\_\_\_\_. La pratique psychanalytique et sa jouissance. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 218-233, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142014000200218](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000200218)>. Acesso em: 11 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Angústia e sintoma na clínica psicanalítica. [Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental], 2001. Disponível em: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume04/n1/a\\_angustia\\_e\\_o\\_sintoma\\_na\\_clinica\\_psicanalitica.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume04/n1/a_angustia_e_o_sintoma_na_clinica_psicanalitica.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2014.

\_\_\_\_\_; SALUM, Maria José Gontijo. A psicanálise de orientação lacaniana e a criminologia. In: COSTA-MOURA, Fernanda (Org.). **Psicanálise e laço social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 125-144.

\_\_\_\_\_. A materialidade da letra e o realismo da estrutura na psicanálise de orientação lacaniana, p. 81-100. In: LO BIANCO, A.C. (Org.) **A materialidade da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2011.

\_\_\_\_\_; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Org.). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2014.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do último ensino de Jacques Lacan**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Núcleo de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. SEPHORA. Disponível em: <[http://www.isepol.com/down\\_pos/livro\\_paradigmas\\_lacan.pdf](http://www.isepol.com/down_pos/livro_paradigmas_lacan.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **A família**: resíduo de um desejo que não seja anônimo. [Revista aSEPHallus. **Revista eletrônica do núcleo Sephora**. Disponível em: <[http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_04/editorial.htm](http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/editorial.htm)>. Acesso em 20 de out. 2016.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a juventude. **Jovenes, Revista de Estudios sobre Juventud**. México. v.9, n. 22. Jan/Jun 2005. p. 338-355.

CORDEIRO, N; BASTOS, A. Supereu: Imperativo de gozo e voz. **Periódicos eletrônicos em psicologia**. Revista Tempo Psicanalítico, n. 43, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010148382011000200011&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010148382011000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14. nov. 2014.

CORRÊA, H; POLI, C. **Saber, desejo e ato. O que Édipo e Hamlet ensinam à psicanálise**. Revistafsa, vol. 10, Teresina, 2013. Disponível em: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/143>. Acesso em: 10 nov. 2016.

COUTINHO, L. **Adolescência e errância: destinos do laço social contemporâneo**. Rio de Janeiro: NAU, 2009.

DALBERT, D; CALDAS, H. O Imperativo de Gozo do Supereu e sua Conexão com a Demanda de Amor Insaciável das Mulheres. [Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, 2012]. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/271/27130172004.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

DANTAS COELHO, M. Hamlet e o problema da verdade. [Psicologia: teoria e pesquisa, vol. 23, 2007]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010237722007000400013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722007000400013)>. Acesso em: 25 out. 2016.

\_\_\_\_\_. O Parricídio na obra de Freud. **Revista Cógitos**. Salvador, n. 12. p. 69-73, 2011. Disponível em: <<http://www.circulopsibahia.org.br/n12a14.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

DEBIEUX, V.; VINCENTI, M. Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade, 2010. **Psicologia Política**. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Cometários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Editora contraponto, 1997.

DOUVILE, Olivier. De l'adolescent errante dans nos mondes contemporains. **Hal archives-ouvertes**, 2006. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00113256/document>>. Acesso em: 9 dez. 2014

\_\_\_\_\_. Fundações subjetivas dos lugares da adolescência. Porto Alegre, **Revista Apoa**, p. 76-89. 2002. Disponível em: <<http://www.apoa.com.br/download/revista23.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2014.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade neoliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.



ELIAS, Luciano. Condições de destrutibilidade do desejo indestrutível de Freud como fato de estrutura, p. 69-79. In: ELIAS, Luciano; MANSO, Rita (Orgs.). **Estrutura e psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012.

FAZZIN; HATEM; SALUM; CAMPOS; SANTOS; AARÃO. **Infâncias e adolescências: cidadania em construção**. Coleção Infância e Adolescência, ICA. Belo Horizonte: Editora Fumarc, 2015.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A construção do caso clínico: uma contribuição da Psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, v. VII, n. 1, p. 75-86, 2003. Disponível em: <[http://200.18.45.28/sites/residencia/images/Disciplinas/a\\_construcao\\_do\\_caso\\_clinico\\_uma\\_contribuicao\\_da\\_psicanalise\\_a\\_psicopatologia\\_e\\_a\\_saude\\_mental.pdf](http://200.18.45.28/sites/residencia/images/Disciplinas/a_construcao_do_caso_clinico_uma_contribuicao_da_psicanalise_a_psicopatologia_e_a_saude_mental.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FIGUEIREDO, Ana Cristina; VIEIRA, Marcus André. Psicanálise e ciência: uma questão de método. In: BEIVIDAS, Waldir (Org.). **Psicanálise, pesquisa e universidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002. p. 13-31.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, [1895] 1996. p. 333-449.

\_\_\_\_\_. Fragmento da Análise de Um caso de Histeria. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905 [1901], 1996. P. 13-108.

\_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, [1905] 1996. p. 117-196.

\_\_\_\_\_. Personagens psicopáticos de palco. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, [1905/1906] 1996. p. 289.

\_\_\_\_\_. Moral sexual civilizada e doença nervosa. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, [1908] 1996. p. 169-191.

\_\_\_\_\_. Romances familiares. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol IX. Rio de Janeiro: Imago, (1999 [1908])1996. p. 219-225.

\_\_\_\_\_. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, [1911] 1996. p. 231-245.

\_\_\_\_\_. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, [1912] 1996. p. 121-135.

\_\_\_\_\_. Totem e Tabu. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, [1913] 1996. p. 11-163.

\_\_\_\_\_. Recordar, repetir e elaborar. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, [1914] 1996a. p. 159-173.

\_\_\_\_\_. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, [1914] 1996b. p. 75-110.

\_\_\_\_\_. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, [1914] 1996c. p. 243-248.

\_\_\_\_\_. História de uma Neurose Infantil. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, [1914] 1918, 1996. p. 13-129

\_\_\_\_\_. Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, [1915] 1996. p. 285-311

\_\_\_\_\_. As pulsões e seus destinos. In: \_\_\_\_\_. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Trad. Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, [1915] 2013, p. 13-73.

\_\_\_\_\_. Alguns tipos de caráter encontrados no tratamento analítico. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, [1916] 1996. p. 321-351.

\_\_\_\_\_. Sobre transformações dos instintos, em particular o erotismo anal. In: \_\_\_\_\_. **História de uma neurose infantil, “O homem dos lobos”; Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1917] 2010, p. 240-252.

\_\_\_\_\_. O inquietante. In: \_\_\_\_\_. **História de uma neurose infantil, “O homem dos lobos”; Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1919] 2010, p. 328-377.

\_\_\_\_\_. O ‘Estranho’. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, [1919] 1996. p. 233-275.

\_\_\_\_\_. A jovem psicogênese de um Caso de Homossexualismo Numa Mulher. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, [1920] 1996. p. 155-158.

\_\_\_\_\_. Luto e Melancolia. \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, (1917 [1915]) 1996. p. 243-265.

\_\_\_\_\_. Além do princípio do prazer. In: \_\_\_\_\_. **História de uma neurose infantil, “O homem dos lobos”; Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1920] 2010, p. 161-240.

\_\_\_\_\_. Psicologia de grupo e análise do ego. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, [1921] 1996. p. 77-55.

\_\_\_\_\_. O ego e o Id. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, [1923] 1996. p. 13-77.

\_\_\_\_\_. Dois verbetes de enciclopédia. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, [1923/1922] 1996d. p. 263.

\_\_\_\_\_. O problema econômico do masoquismo. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, [1924] 1996. p. 173-189.

\_\_\_\_\_. Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, [1925] 1996. p. 303-310.

\_\_\_\_\_. A questão da análise leiga. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, [1926] 1996. p. 175-247.

\_\_\_\_\_. O futuro de uma ilusão. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, [1927] 1996. p. 11-65.

\_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, [1930/1929] 1996. p. 65-148.

\_\_\_\_\_. Conferência XXXIII. Feminilidades. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, [1932/1933] 1996. p. 113-134.

\_\_\_\_\_. A Questão da *Weltanschauung*. Conferência XXXV. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, [1932/1933] 1996e. p. 155-179.

\_\_\_\_\_. Conferência XXXIV – Explicações, Aplicações e Orientações. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, [1933] 1996f. p. 135-154.

\_\_\_\_\_. Um distúrbio de memória na Acrópole. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, [1936 ], 1996. p. 233-249.

\_\_\_\_\_. Análise terminável e interminável. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, [1937] 1996. p. 223-271.

\_\_\_\_\_. Moisés e o monoteísmo. Três ensaios. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, [1939] 1996. p. 15-146.

GARCIA, Célio. Os termos que dividem. **Curinga**, n. 35, **Psicanálise, política e gozo**, p. 107-113, 2012.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Jurídica – orientações para o real**. Belo Horizonte: Oficina de arte e prosa, 2011.

\_\_\_\_\_. **Clínica do social**. Belo Horizonte: Editora oficina arte e prosa, 2011.

GEREZ-AMBERTÍN, Marta. **As vozes do supereu**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

GONZÁLEZ TÁBOAS, C. **Un amor menos tonto**. Uma lectura del seminário XXI de Lacan. Buenos Aires: Grama ediciones, 2015.

GOROSTIZA, Leonardo. As tentações da transferência. Notas sobre a transferência e a posição do analista em a direção da cura. 2004. **Revista eletrônica do núcleo Sephora**. Disponível em: <[http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_01/artigo\\_01port\\_edicao01.htm](http://www.isepol.com/asephallus/numero_01/artigo_01port_edicao01.htm)>. Acesso em: 1 out. 2016.

GUERRA, A; FRANÇA NETO, O. Laço social e adolescência: O pai e a infração. **Psico**. vol. 4, n. 43, p. 490-499, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/10335/8508>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GUERRA, Andréa Máris Campos. A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. **Revista Ágora**, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v4n1/v4n1a06.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Identificação e laço social: questões para o psicanalista na contemporaneidade. **Revista Pulsional**, 2003. Disponível em: <[http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/168\\_08.pdf](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/168_08.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUERRA; CUNHA; COSTA E SILVA. Risco e sinthome. A psicanálise no sistema socioeducativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, p. 171-177, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n2/06.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2017

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

HOFFMANN, C. L'adolescence, du père au pire. **Figures de la psychanalyse**, 1(9), 2004, p. 9-12. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-figures-de-la-psy-2004-1-page-9.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

IANINI, G.; TAVARES, H. As pulsões e seus destinos. In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. São Paulo: Autêntica, 2013, p. 91-135.

JULIEN, Philippe. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

\_\_\_\_\_. **Neurose, psicose e perversão**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

JUSTO, J.; COSTA, M. Pós-modernidade e formas de subjetivação. Proposições da psicanálise no campo de Freud e Lacan, 2014/2015. Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana. Núcleo Sephora de Pesquisas sobre o Moderno e o Contemporâneo. p. 43-55, Disponível em: <http://docplayer.com.br/37682299-Pos-modernidade-e-modos-de-subjetivacao-proposicoes-da-psicanalise-do-campo-de-freud-e-lacan.ht> Acesso em: fev. de 2016.

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KEHL, M. Em defesa da família tentacular, 2011. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>>. Acesso em: 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

LACADÉE, Philippe. **O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições: a adolescência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

\_\_\_\_\_. A clínica da língua e dos atos dos adolescentes. **Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 253-268, set. 2011/fev. 2012. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao02/7.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao02/7.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2016.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares na formação do indivíduo. Ensaio de análise de uma função em psicologia**. Rio de Janeiro: Zahar, [1938] 2002.

\_\_\_\_\_. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: \_\_\_\_\_.  
**Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1949] 1998. p. 96-104.

\_\_\_\_\_. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In:  
\_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1950] 1998. p. 127-152.

\_\_\_\_\_. Variantes do tratamento padrão. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro:  
Jorge Zahar, [1953] 1998, p. 325-364.

\_\_\_\_\_. Função e campo da fala e da linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de  
Janeiro: Jorge Zahar, [1953] 1998. p. 238-324.

\_\_\_\_\_. O seminário sobre “A carta roubada”. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de  
Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p.13-69.

\_\_\_\_\_. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano.  
In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1960] 1998b. p. 807-842.

\_\_\_\_\_. A significação do falo. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge  
Zahar, [1958] 1998c. p. 692-703.

\_\_\_\_\_. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: \_\_\_\_\_.  
**Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1958]1998d. p. 591-654.

\_\_\_\_\_. De uma questão preliminar ao tratamento possível da psicose. In:  
\_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1957-1958]/1998e, p. 537-590.

\_\_\_\_\_. Kant com Sade. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,  
[1963] 1998. p. 776-807.

\_\_\_\_\_. A ciência e a verdade. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge  
Zahar, [1965] 1998. p. 869-893.

\_\_\_\_\_. Da psicanálise em suas relações com a realidade. In: \_\_\_\_\_. **Outros**  
**Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1967] 2003. p. 350-359.

\_\_\_\_\_. Alocução sobre as psicoses da criança. In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**.  
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1967-1968], 2003. p. 359-368.

\_\_\_\_\_. “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol. V.  
Stein”, [1965] 2003. p. 198-206.

\_\_\_\_\_. Nota sobre a criança. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro:  
Jorge Zahar, [1969] 2003. p. 369-370.

\_\_\_\_\_. Radiofonia. In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,  
[1970] 2003, p. 400-448.

\_\_\_\_\_. O aturdito. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1972] 2003, p. 448-497.

\_\_\_\_\_. Televisão. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1973] 2003, p. 508-543.

\_\_\_\_\_. Prefácio a O despertar da primavera. In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1974] 2003, p. 272-274.

\_\_\_\_\_. Prefácio à Edição inglesa do Seminário 11. In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1976] 2003. p. 567-569.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 1**. Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1953-1954] 1986.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 2**: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, [1954-1955] 1985.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 3**: As psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, [1955-1956] 2002.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 4**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1956-1957] 1995.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 5**: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1957/1958] 1999.

\_\_\_\_\_. **Le séminaire, Livre 6** : Le désir et son interprétation. Éditions de La Martinière. Le Champ Freudien. Colection dirigée par Jacques-Alain et Judith Miller, [1958-1959] 2013.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 10** : a angústia. Rio de Janeiro: Zahar, [1962-1963] 2005.

\_\_\_\_\_. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1963] 2005.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1964] 1998.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 12**: Problemas Cruciais para a psicanálise. [1964-1965] Aula de 15/05/65. Publicação para circulação interna. Centro de Estudos freudianos do Recife, outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 14**: A lógica da fantasia. [1966-1967] Publicação não-comercial exclusiva para os membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Out. 2008

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 16**: De um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1968-1969] 2008.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 18**: De um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro, [1971] 2009.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 19: ...Ou pior.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1971-1972] 2012.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 20: mais, ainda.** Rio de Janeiro: Zahar, [1972-1973] 1985.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 21: Os não tolos erram.** Livro: 12 J- Estante 2/Prateleira 3. Bahia: Edição Pirata, [1973-1974] 1995.

\_\_\_\_\_. **Le seminaire, livre 21.** Le non-dupes errent, 1973/1974. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/wi0quhg07h6pi2s/Jacques%20Lacan%20-%20O%20semin%C3%A1rio%20-%20Livro%2021%20-%20Les%20non-dupes%20errent.pdf?dl=0>>. Acesso em: 1 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Hamlet por Lacan.** Textos Psicanalíticos 1. São Paulo: Editora Escuta, [1958-1959] 1986.

\_\_\_\_\_. **Meu ensino.** Rio de Janeiro: Zahar, [1967] 2006.

LAIA, S. A violência nas cidades e o enxame que emaranha a vida: uma leitura referenciada na Psicanálise de orientação lacaniana. In: COELHO DOS SANTOS, T.; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Org.). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial.** Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2014. p. 281-305.

LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAURENT, Éric. Como recompor os nomes-do-pai? **Curinga**, n. 20. Belo Horizonte: EBP, nov. 2004, p. 17-26.

\_\_\_\_\_. O supereu sob medida: uma entrevista de Eric Laurent sobre a nova ordem simbólica no século XXI. **Gente**, Bahia, v. 1, p. 1-6, 2011.

\_\_\_\_\_. **O avesso da biopolítica: uma escrita para o gozo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

LAURENT, E; MILLER, J.A. O Outro que não existe e seus comitês de ética. **Curinga**, 12, 1996-7, Belo Horizonte.

LEBRUN, J.P. **A perversão Comum.** Viver junto sem Outro. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LESOURD, S. **A construção do adolescente no laço social.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.



LIMA, C. Os destinos do supereu no final de análise. **Clínica Lacaniana**, 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/320233699/Celso-Renno-Os-destinos-do-supereu-no-final-de-uma-analise1-pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

LIMP, T. **Feminilidade, parceria amorosa e a entrada das adolescentes no tráfico de drogas**: uma contribuição da psicanálise. 2014. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Profa. Dra. Andréa Guerra. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: \_\_\_\_\_. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 19-20.

LYRA, Rodrigo. As imagens, as palavras e o desencaixe. In: MACHADO, Ondina Maria Rodrigues; GROVA, Tatiane (Org.). **Psicanálise na Favela**. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008, p. 128-131.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, [1979] 2004.

MACHADO, Z. Da angústia ao desejo do analista. **Revista Reverso**, vol. 30, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952008000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952008000200004)>. Acesso em: set 2016.

MATOS, S. Vigiar e prevenir: ensaio sobre a regulamentação perpétua. **Revista Curinga**. Clínica do Contemporâneo. Belo Horizonte, sessão Minas, 2004.

MEZÊNCIO, M. Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 104-113, jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Adolescência e desatino do gozo. **Revista Reverso**, 2008. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalisemg.com.br/psicanalise/almanaque/textos/numero3/2.%20Adolescentes%20e%20o%20destino%20do%20gozo%20-%20M%C3%A1rcia%20Mezencio.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

MILLER, Jacques-Alain. Uma fantasia. *Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. **Opção Lacaniana**, nº 42, 2005. Disponível em: <<http://www.congressoamp.com/pt/template.php?file=Textos/Conferencia-de-Jacques-Alain-Miller-en-Comandatuba.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Clínica e cultura. In: \_\_\_\_\_. **Lacan elucidado: palestras no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 287-385.

\_\_\_\_\_. Lacan e a política. In: Lacan e a política. *Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. **Opção lacaniana**, 2004, n. 40. Disponível em:

<http://www.ebp.org.br/publicacoes/opc%CC%A7a%CC%83o-lacanianana-40/>. Acesso em: fev. de 2015. P. 7-21

\_\_\_\_\_. Do amor à morte. **Opção Lacaniana online**, v. 1, n. 2, jul. 2010. Disponível em: <[http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_2/Do\\_amor\\_a\\_morte.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_2/Do_amor_a_morte.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. O osso de uma análise. **Agente – Revista de Psicanálise**. Bahia: Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise, p.101, 1998.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva dos escritos e outros escritos de Lacan**. Entre desejo e gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós, [1996-97] 2005a.

\_\_\_\_\_. Apresentação do seminário VI, O desejo de sua interpretação, de Jacques Lacan. **Opção Lacaniana**, nº 14, 2014. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero14/texto1.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MIRANDA JÚNIOR, H. **Um psicólogo no tribunal de família: a pr'ática na interface Direito e Psicanálise**. Belo Horizonte: Artesã, 2010.

MV BILL; SOARES, L. E.; ATHAYDE, C. (Org.). **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

NASCIMENTO, Marcos. Alienação, separação e travessia da fantasia. **Revista Opção Lacaniana Online** Nova série, vol. 1. Disponível em: [http://opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_1/Aliena%c3%a7%c3%a3o\\_separa%c3%a7%c3%a3o\\_e\\_a\\_travessia\\_da\\_fantasia.pdf](http://opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/Aliena%c3%a7%c3%a3o_separa%c3%a7%c3%a3o_e_a_travessia_da_fantasia.pdf)>. Acesso em 14. out. 2016.

NAVEAU, Laure. Adolescência e análise: uma saída do impasse. In: NAVEAU, Laure. **Primeiro florilégio clínico do ano 2000**. Buenos Aires, 2000.

NAVEAU, Pierre. Fantasia. In: SCILICET. **A ordem simbólica no século XXI não é mais o que era. Quais as consequências para o tratamento**. Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2011, p. 155-160.

NEPOMIACHI, R. Alienação. In: SCLICETT. **A ordem simbólica no século XXI. Quais as consequências para o tratamento**. VII congress da associação mundial de Psicanálise. AMP, 2011. p. 31-34.

NOGUEIRA, C. **A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo**. Dissertação de mestrado. 2006. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7WSNL2/documento\\_\\_nico\\_p\\_s\\_defesa\\_11\\_ago.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7WSNL2/documento__nico_p_s_defesa_11_ago.pdf?sequence=1)>. Aceso em: 11 set. 2015.

OLIVEIRA, Tulio Melo Machado. **A reincidência dos adolescentes na prática de atos infracionais na cidade de Belo Horizonte**. Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista. CRISO: Centro de estudos de criminalidade e segurança pública, Belo Horizonte, UFMG, 2010.

PINTO, Jeferson. Uma política de pesquisa para a psicanálise, 2015.

Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/268047250\\_UMA\\_POLITICA\\_DE\\_PESQUISA\\_PARA\\_A\\_PSICANALISE\\_A\\_RESEARCH\\_POLICY\\_FOR\\_PSYCHOANALYSIS](https://www.researchgate.net/publication/268047250_UMA_POLITICA_DE_PESQUISA_PARA_A_PSICANALISE_A_RESEARCH_POLICY_FOR_PSYCHOANALYSIS)>. Acesso em: 1 out. 2016.

PISETA, M. A; BESSET, V. Alienação e separação: elementos para a construção de um caso. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, 2011. Vol. 16. n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a15v16n2.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2016.

POLI, M. C. **Clínica da Exclusão**. A construção do fantasma e o sujeito adolescente. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

\_\_\_\_\_. De volta para casa. **Revista Appoa**, 2002. Disponível em:

<<http://www.apoa.com.br/download/revista23.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

QUADROS, José Luiz. Sobre a sociedade da competição. (O totalitarismo sorrateiro). In: BEMFICA, A. (org.). **Psicologia Jurídica: ética, transmissão e política**. Rio de Janeiro: Imago, 2011, p. 41-63.

RAMIREZ, Mario Elkin. Do inimigo a sua nomeação. **Curinga**, n. 35 . p. 25-32, 2012.

\_\_\_\_\_. **Despertar de la adolescência**. Freud y Lacan, lectores de Wedekind. Olibod: Grama Ediciones, 2014.

\_\_\_\_\_. Apresentação do livro: “Despertar da adolescência. Freud e Lacan leitores de Wedekind”. **Opção Lacaniana**, 2014. Disponível em:

<[http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_15/Apresentacao\\_do\\_livro.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_15/Apresentacao_do_livro.pdf)>. Acesso em: 12. jan. 2017

\_\_\_\_\_. **Empédocles y Édipo. Paralelo filosófico de referências de Freud**. Argentina: Editora Tres Haches, 2009.

\_\_\_\_\_. Errância e adolescência. In: CALDAS, H; BEMFICA, A; BOECHAT, C. **Errâncias, adolescências e outras estações**. Belo Horizonte: Editora EBP, 2016, p. 136-147.

RASSIAL, J-J. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

\_\_\_\_\_. **A passagem adolescente.** Da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

RINALDI, D. O conceito de angústia em Lacan, 2014. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/o-conceito-de-angustia-em-lacan-doris-rinaldi.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016

RABINOVICH, D. **A significação do falo.** Uma leitura. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

RUDGE, Ana Maria. **Pulsão e linguagem:** esboço de uma concepção psicanalítica do ato. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. A pulsão de morte como efeito do supereu. **Revista Ágora**, vol. 9, 2014. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/%0D/agora/v9n1/a06v9n1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SALES, João Moreira; LUND, Katia. **Notícias de uma guerra particular.** Documentário. Vídeo Filmes. Brasil, 1999. 1 DVD (57 min), son., color.

SALUM, M. J. G. A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea. Tese de doutorado em Teoria Psicanalítica. Orientação da Prof. Dra. Tania Coelho dos Santos. PPGTP/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.psicologia.ufrj/pdfs/tese\\_mariajose.pdf](http://www.psicologia.ufrj/pdfs/tese_mariajose.pdf)>. Acesso em: 11. nov. 2015.

SANTIAGO, J; FEREZ, L. O mundo sem operadores e a ordem de ferro do supersocial. In: COELHO DOS SANTOS, T.; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Org). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial.** Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2014. p. 331-350.

SANTORO, Vanessa Campos. O fio do desejo. *Revista Reverso*. N. 62. Vol. 33. Belo Horizonte. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952011000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952011000200011). Acesso em: 26 sept. 2016.

SAUVAGNAT, François. El precio de una errancia. **L'interrogant**, Barcelona, n. 5, p. 8-14, 2004. Disponível em: < [http://www.revistainterrogant.org/wp-content/uploads/05\\_todo\\_web.pdf](http://www.revistainterrogant.org/wp-content/uploads/05_todo_web.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2012.

\_\_\_\_\_. A questão da errância: uma comparação entre A leste do Éden, de J. Steinbeck e “Os não-tolos erram”, de Lacan. In: CALDAS, Heloisa; BEMFICA, Aline; BOECHAT, Clarisse (Org.). **Errâncias, adolescências e outras estações.** Escola Brasileira de Psicanálise, 2016, p. 248-275.

SHAKESPEARE, W. **Romeu e Julieta e Hamlet.** Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Edição Nova Fronteira, 2015.

SILVA, Gustavo de Melo. **Ato Infracional: fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte.** Dissertação de mestrado. Faculdade de filosofia e

ciências humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <<http://www.prvl.org.br/wp-content/uploads/2010/09/Ato-infracional-fluxo-do-Sistema-de-Justi%C3%A7a-Juvenil-em-Belo-Horizonte.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana: Édipo Rei. Édipo em Colono. Antígona.** Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SOLER, Collet. **Lacan, o inconsciente reinventado.** Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Psicanálise na civilização.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

STEVENS, Alexandre. Adolescência, sintoma da puberdade. **Curinga**, n. 20, p. 27-39, 2004.

TENDLARZ, S; GARCIA DANTE, C. **A quem o assassino mata?** São Paulo: Atheneu, 2012.

THOREAU, W. **A desobediência civil.** Porto Alegre: L&PM pocket, 2012.

TIZIO, Hebe. Novas modalidades do laço social. **aSEPHallus**, n. 4, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/136718354/Assephallus-Sobre-Familia>. Acesso em: 10 março. 2016

TOEWS, John. A evolução da teoria freudiana como fábula moral. In: ROTH, Michael (org.). **Freud. Conflito e cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 63-76

VIOLA, D; VORCARO, A. O problema do saber na adolescência e o real da puberdade. **Psicologia USP**, n 26, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00062.pdf>>. Acesso em 12 de out. 2016.

VIVES, Jean-Michel. Para introduzir a questão da pulsão invocante. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 329-341, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n2/v12n2a07.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

VORCARO, A; MAIA, A. Supereu e pulsão: noção de resíduo em “O problema econômico do masoquismo”. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 15, 2012. Disponível em: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume15/n1/supereu\\_e\\_pulsao.p.\\_58\\_a\\_70.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume15/n1/supereu_e_pulsao.p._58_a_70.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2016.

WEDEKIND, Frank. **O despertar da primavera.** Trad. Sheila Ewert. Adapt. Zé Henrique de Paula, 2014. Disponível em:<[www.desvendandoteatro.com](http://www.desvendandoteatro.com)>. Acesso em: 1 out. 2016.

ZACCHÉ, K. **Orientadores sociais voluntários no programa Liberdade Assistida de Belo Horizonte: contextualização e experiência**. Dissertação de mestrado. [mais dados: universidade, cidade], 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-966HTA>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ZAMORA, M. H. Adolescência em conflito com a lei, medidas sócioeducativas e Políticas. In: Primeiro Congresso de Psicologia Jurídica: uma interface com o Direito. **Anais**. Belo Horizonte, 2010.

ZEITOUNE, Christiane Mota. **A clínica psicanalítica do ato infracional: Os impasses da sexualização na adolescência**. 2010. Tese de Doutorado. Orientadora: Prof. Dra. Tania Coelho dos Santos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://teopsic.psicologia.ufrj.br/arquivos/documentos/8DC032B4F657517933C3DF4030435377.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

ZENONI, Alfredo. Versões do Pai na psicanálise lacaniana: o percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. **Psicologia em Revista**, vol. 13, 2007. Disponível em: <[http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20080521171150.pdf](http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080521171150.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ZIZEK, Slavoj. **O sujeito incômodo**. O centro ausente da ontologia política. São Paulo : Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **L'intratable**. Psychanalyse, politique et culture de masse. Paris: Anthropos, 1993.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a08.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.